

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 30

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 30, dezembro 2022

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A SOCIOLOGIA *ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

N.º de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 30, December 2022

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsh.unl.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) and Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJL, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
| 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



ÍNDICE

Artigos

Quem são os eleitores populistas? Avaliação da presença de traços de identidade comum entre eleitores populistas na União Europeia.....	11
<i>Marco Cellini, Ilaria Di Tullio, Gabriella D'Ambrosio</i>	
O património imóvel avesso à estatística? Os Monumentos Nacionais e o acesso público.....	30
<i>Jorge Santos, Sofia Costa Macedo, José Soares Neves e Ana Paula Miranda</i>	
O que pode a sociologia dizer sobre antigas áreas mineiras? Um estudo sobre herança mineira, identidades locais coletivas e histórias orais	59
<i>João Teixeira Lopes, Rita Correia Madeira e Sandra Mendes Couto</i>	
A Brasileira: Mais do que um café, um lugar de sentido e de identidade-comunidade.....	82
<i>Helena Pires</i>	

Recensões

OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2022). Trabalho digno e a economia social e solidária: 110.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT.110/Relatório VI)	105
<i>Raquel Rego</i>	
Marchi, Riccardo. (2022). A Bolha: Uma Direita Antipopulista. Edições 70	110
<i>Jaime Roque</i>	
Pratas, Sérgio. (2022). Associações, Democracia e Utopias Reais. O Caso das Associações de Cultura, Recreio e Desporto. Almedina	115
<i>Jéssica Chainho Pereira</i>	
Normas para autores/as	121



CONTENTS

Articles

Who populist voters are? Assessing the presence of common identities' traits among populist voters in the European Union.....	11
<i>Marco Cellini, Ilaria Di Tullio and Gabriella D'Ambrosio</i>	
Is built heritage averse to statistics? National Monuments and public access.....	30
<i>Jorge Santos, Sofia Costa Macedo, José Soares Neves and Ana Paula Miranda</i>	
What can sociology say about former mining areas? A study on mining heritage, collective local identities and oral stories	59
<i>João Teixeira Lopes, Rita Correia Madeira and Sandra Mendes Couto</i>	
A Brasileira: More than a coffee-shop, a place of meaning and community-identity	82
<i>Helena Pires</i>	

Reviews

OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2022). Trabalho digno e a economia social e solidária: 110.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT.110/Relatório VI).....	105
<i>Raquel Rego</i>	
Marchi, Riccardo. (2022). A Bolha: Uma Direita Antipopulista. Edições 70	110
<i>Jaime Roque</i>	
Pratas, Sérgio. (2022). Associações, Democracia e Utopias Reais. O Caso das Associações de Cultura, Recreio e Desporto. Almedina	115
<i>Jéssica Chainho Pereira</i>	
Submission guidelines	124



ARTIGOS
ARTICLES

WHO POPULIST VOTERS ARE?

Assessing the presence of common identities' traits among populist voters in the European Union

QUEM SÃO OS ELEITORES POPULISTAS?

Avaliação da presença de traços de identidade comum entre eleitores populistas na União Europeia

Marco Cellini

FUNÇÕES: Conceptualization, Data curation, Formal Analysis, Investigation, Methodology, Supervision, Validation, Writing — original draft, Writing — review & editing

AFILIAÇÃO: National Research Council (CNR), Institute for Research on Population and Social Policies (IRPPS). Via Palestro 32, 00185, Roma, Italy

E-mail: marco.cellini@irpps.cnr.it | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7580-2804>

Ilaria Di Tullio

FUNÇÕES: Conceptualization, Formal Analysis, Investigation, Validation, Writing — original draft, Writing — review & editing

AFILIAÇÃO: National Research Council (CNR), Institute for Research on Population and Social Policies (IRPPS). Roma, Italy

E-mail: ilaria.ditullio@irpps.cnr.it | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0596-4795>

Gabriella D'Ambrosio

FUNÇÕES: Conceptualization, Formal Analysis, Investigation, Validation, Writing — original draft, Writing — review & editing

AFILIAÇÃO: Sapienza University of Rome, Department of Communication and Social Research. Roma, Italy

E-mail: gabriella.dambrosio@uniroma1.it | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2676-030X>

Abstract: Political, economic and, now, health dynamics have caused and continue to cause a worsening of citizens' living conditions within most of western democracies. The literature highlighted how this contributed to the increase of citizens' frustration and the drop of their trust in democratic institutions. In this context, a populist upsurge has been registered among all western democracies. Established political parties, media and academics often tend to identify populist voters as merely less educated and ignorant citizens, but is this characterization correct and fully explaining the phenomenon? Who populist voters are? Are they united by common identities? And if it is so, what are the identities and belongings they share? The present paper answers these questions by tracing a profile of populist voters within European Union countries. The results show how populist voters show a statistically significant difference from non-populist ones when comparing demographic, economic, social values, political trust, and perceptions characteristics. However, the modest extent of these differences in most cases questions the effectiveness of the use of the concept of populism in distinguishing it as a political movement with its own transnational characteristics

Keywords: populist voters, populist identity, populist profile, populist parties.

Resumo: As dinâmicas políticas, económicas e, recentemente, da saúde causaram e continuam a causar um agravamento nas condições de vida dos cidadãos na maioria das democracias ocidentais. A literatura destacou o contributo destas mudanças para o aumento da frustração dos cidadãos e para a queda da sua

confiança nas instituições democráticas. Nesse contexto, um surto populista foi registado em todas as democracias ocidentais. Os partidos políticos, os média e os académicos estabelecidos tendem a identificar os eleitores populistas apenas como cidadãos menos educados e ignorantes, mas estará essa caracterização correta e explicará totalmente o fenómeno? Quem são os eleitores populistas? Estão unidos por identidades comuns? E se for assim, quais são as identidades e pertenças que partilham? O presente artigo responde a essas perguntas traçando um perfil de eleitores populistas nos países da União Europeia. Os resultados mostram como os eleitores populistas diferem significativamente dos não populistas quando se compararam as características demográficas, económicas, valores sociais, confiança política e percepções. No entanto, a pequena dimensão dessas diferenças, registada na maioria dos casos, questiona a eficácia do uso do conceito de populismo para o distinguir como um movimento político com características transnacionais próprias.

Palavras-chave: eleitores populistas, identidade populista, perfil populista, partidos populistas.

Introduction

Some of the social and political dynamics that were perceived as enduring and immovable in Western societies have recently changed and continue to change. The economic crises that hit the world in 2007 caused a deep and persistent worsening of citizens' living condition, especially within western democracies. Among other factors, income inequality and unemployment harshly increased; the job market undergone through an exceptional worsening registering wages stagnation, an increase of precarious jobs and a decrease of workers' purchasing power. At the same time, in most of western countries social mobility dramatically dropped (Archibugi & Cellini, 2018). The COVID-19 pandemic is worsening the picture.

The combination of these factors, according to the literature, contributed to the spread of citizens' frustration and the drop in their trust in democratic institutions (Dotti Sani & Magistro, 2016; Foster & Frieden, 2017). In this context, a populist upsurge has been registered among all western democracies with populist parties and movements gaining consensus and, in some cases, governmental appointments. Populist parties and movements that emerged in the last decades are often based on certain rhetoric advocating for the superiority of national identities and the necessity of closing national borders to preserve national traditions and to come back to the splendor of an idealized past. Most of the established political parties, media, and academics often tend to identify populist voters as merely less educated and ignorant citizens, but is this characterization correct and fully explaining the phenomenon? Who populist voters are? Do they have common characteristics? Are they united by common identities? And if it is so, what are the identities and belongings they share, and which are more associated with the populist vote? The present paper seeks to answer these questions by tracing a profile of populist voters within European Union countries, identifying their characteristics, and assessing whether there are

identities' traits able to explain populist support. To do so, it analyses the data provided by the European Social Survey that, besides identifying respondents' parties voted, allow to isolate different identity and belonging characteristics.

The paper is organized as follows: the next section presents an overview of the literature related to the concepts of populism, identity, and political identity. Sections "Methodology" and "Results" present the analytical strategy employed, describing the data used in the quantitative analysis and the results obtained. Finally, section "Discussion and Conclusions" concludes the paper by discussing the outcomes and their implications.

Theoretical Framework

There is not a shared definition of what populism is, and this label is applied to different parties and movements. In general terms, populism highlights a form of political identity that calls into question the nature of the actions of a community associated with a political party, underlying the need to rethink the linkage between citizens and politics by contrasting the elite. In this respect, several authors define the term populism (and populist) applying it to political groups and individuals who make appeals to "the people" in contrast to "the elite" (McDonnell & Cabrera, 2019; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2013, 2017); Albertazzi and McDonnell (2008) define populism as an ideology that juxtaposes the virtuous and homogeneous people against a set of dangerous elites trying to steal the sovereign people of their rights; therefore, as pointed out by Mudde and Rovira Kaltwasser (2017), populism "involves a critique of the establishment and an adulation of the common people" (p. 5); Ardit (2005) defined populism as a "drunken guest at a dinner party" (pp. 90-91), assuming that populism usually it's seen as a dangerous guest in a democracy, underlining the entire legitimation process of those in power. For these reasons, populism is characterized by contradictions, starting with the fact that it articulates anti-party discourse, but resorts to party form itself, or that it calls for popular participation but that it secures it by simply garnering support for personalized forms of leadership.

Without entering into the academic discussion on the definition of populism, which is not the focus of the present work, it is useful to stress that, according to the international literature, populism's common denominator is represented by the belief in the existence of a monolithic and virtuous people, the distrust in the elites that are thought to be corrupt, and the consequent distrust in established political parties and institutions that in populists' view are the expression of such corrupt elites.

For the purpose of the present paper, however, it is fundamental to delimit what populism is and what is not and, for this reason, we chose to employ the definition of populist parties provided by The PopuList project. The Project (Rooduijn et al., 2019), starting from the definition provided by Mudde (2004), defines populist parties as:

parties that endorse the set of ideas that society is ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, “the pure people” versus “the corrupt elite,” and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people. (Mudde, 2004, as cited in Rooduijn et al., 2019, para. 7)

To be able to outline the identity characteristics of populist voters, a definition of the concept of identity is also needed. Looking at its etymology, the word “identity” is connected to the adjective *idem* (same, identical) that has a double interpretation: on the one hand, it refers to the concept of uniqueness, to all those characteristics capable of qualifying a specific individual by distinguishing him and making him recognizable from others; on the other hand, it refers to the notion of identification, that is the tendency to identify an individual with those who are believed to be similar, thus emphasizing the contribution of the community to the definition of the *Self*. Since the beginning, the concept of identity has been one of the central issues of the social sciences both from a micro- and a macro-sociological point of view: indeed, over the decades, the notion of identity or, to better say, the process of the construction of identity has been an object of theoretical reflection by numerous scholars, whether they are related to the so-called structuralist approach (see Parsons, 1951) or to the interactionist and/or ethnomethodological one (see Blumer, 1969; Garfinkel, 1967; Mead, 1934; Simmel, 1950). In this sense, the paradigm of identity belonging can be viewed as the basis for both personal self-identification and relationships between individuals, groups, and communities. So, identity is built in the multiple interactions among individuals in which forms of mutual recognition are realized, supporting the construction of networks and dynamics that often can also lead to discriminatory practices. In the words of Jenkins (1996):

social identity is our understanding of who we are and of who other people are, and, reciprocally, other people’s understanding of themselves and of others (which includes us). Social identity is, therefore, no more essential than meaning; it too is the product of agreement and disagreement, it too is negotiable. (p. 5)

Hence, this also means that the concept of identity concerns how the individual considers and constructs himself as a member of certain social groups such as nation, social class, cultural level, ethnicity, gender, profession, and so on.

In this respect, identity politics differs from the standard sociological definition of identity above mentioned, since the former focuses on the persistence of the same characteristics that identify an individual. Erikson (1968) conceptualized the modern notion of national identity as a social category; Fearon (1999) defines it as a set of persons marked by a label and distinguished by rules deciding membership and (alleged) characteristic features or attributes. So, the notion of identity politics, as well as the traditional notion of identity, are socially constructed and they vary over time and space depending on the social and historical context.

Indeed, identity politics is based on promises to protect the “silent majority” from the harmful consequences of globalization, as well as the European identity and integration and the constant growing immigration. According to Müller (2016), populism is a form of identity politics that combines the anti-establishment rhetoric with a conviction that only populists should be legitimate to represent the civil society, “the people”, as they hold a superior national spirit. In this sense, identity politics focused on ascriptive characteristics, such as race, origins, and religion. Indeed, as Noury and Roland (2020) stated: populist radical right parties are usually Eurosceptic parties and resort to nativism, which combines nationalism and xenophobia and feeds on the feeling that EU integration and mass migration, as well as mechanisms of multiculturalism, threaten ethnic or national identity (see, *e.g.*, also Rooduijn, 2019). In addition to this, Mudde (2007) proposed a minimal definition of identity politics, also called the “ideational” approach, defying populism as a:

thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, “the pure people” versus the “corrupt elite”, and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people. (Mudde, 2007, p. 23)

Furthermore, as sustained by Viviani (2017) populism presents different degrees of intensity and it belongs to the several different identities of the modern leadership which represent our hyper-fragmented society and also highlights groups that are more disadvantaged relative to others and through them, populism promotes national identity. By way of example, the economic situation and the consequent economic anxiety (precariousness and uncertainty about the future) raise the receptivity of the messages coming from populist parties, mostly centered on the cultural backlash and the perception of the existence of an “us” and of “the others”. Political phenomena as the Brexit referendum in the UK or the election of Trump in the USA, both in the same year (2016) as well as the cultural movements for the rejection of globalization and the less tolerance toward immigrants, have

been labeled as populist movements, even if they seem to be more closely to nativism (mostly the right populism), but it is also strictly connected to the concept of identity politics (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017; Rooduijn, 2019).

Methodology

To assess populist voters' characteristics and answer to our research question, namely, to what extent populist voters share common identity traits and common characteristics compared with non-populist voters, we employed a quantitative approach by analyzing individual micro-data of a pool of citizens from 29 European countries.

Data have been retrieved from the ninth round of the European Social Survey (ESS), carried out in 2018. The ESS is a biannual survey, carried out within the European Union countries, which enquire respondents about a variety of aspects, including but not limited to merely demographic questions, questions related to socio-political attitudes, up to questions regarding individual wellbeing and human values.

Among the political aspects, the survey enquired respondents about their political preferences by asking them which political party they voted for in the last national, local or European election. We, therefore, coded populist voters based on the party voted in the last election in their countries.

As we already pointed out, the definition of what populism is and what are the aspects and characteristics that classify a party as populist are still contested issues within the academic debate. Since the definition of the populist phenomenon goes much beyond the scope of the present work, to code populist parties, as already pointed out, we chose to adopt the definition of populist parties provided by The PopuList project, according to which populist parties are those:

parties that endorse the set of ideas that society is ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, "the pure people" versus "the corrupt elite," and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people. (Mudde, 2004, as cited in Rooduijn et al., 2019, para. 7)

According to this definition, the PopuList classifies political parties of 31 European countries. The complete list of the populist parties, by country, included in the analysis is presented in Table 1.

Once respondents that have not voted for the last elections available have been eliminated, the resulting sample comprises 33,088 respondents. From these, all the

Table 1 List of populist parties included in the sample and their positioning on the left-right scale

Country	Populist Parties	Left/Right
Austria	FPÖ	R
Belgium	Front National Lijst Dedeker Parti Populaire Vlaams Belang	R R R R
Bulgaria	Grazhdani za evropejsko razvítie na Bulgariya (GERB) Obedineni patrioti — NFSB, Ataka i VMRO Volya	R R R
Switzerland	Federal Democratic Union Swiss People's Party Ticino League	R R R
Cyprus	Citizens' Alliance (SYMMACHIA POLITON)	L
Czech Republic	ANO 2011 Svoboda a přímá demokracie	R R
Germany	Alternative for Germany (AFD) The Left (Die Linke)	R L
Denmark	Dansk Folkeparti — Danish People's Party	R
Estonia	Eesti Konservatiivne Rahvaerakond	R
Spain	EH-Bildu En Comú Podem Unidas Podemos VOX	L L L R
Finland	True Finns	R
France	Debout la France FI (La France Insoumise) FN (Front National)	R L R
United Kingdom	Sinn Féin (nir) UK Independence Party	L R
Croatia	Koalicija HDSSB-HKS Koalicija Živi zidv, Promijenimo Hrvatsku, Abeceda, HDSS Most nezavisnih lista (Most)	R L R
Hungary	Fidesz (Fidesz Magyar Polgári Párt) Jobbik (Jobbik Magyarországért Mozgalom)	R R
Ireland	Sinn Féin	L
Iceland	Flokk fólksins Miðflokkinn	L R
Italy	Forza Italia Fratelli d'Italia Lega Nord Movimento 5 Stelle	R R R L
Lithuania	Labour Party (DP) Party Order and Justice (TT) Political Party 'The Way of Courage' (DK)	L R R
Latvia	Politiskā partija KPV LV	R
Netherlands	Forum for Democracy Party for Freedom Socialist Party	R R L
Norway	Fremskrittspartiet	R
Poland	Kukiz'15 Prawo i Sprawiedliwość	R R
Sweden	Sverigedemokraterna	R
Slovenia	L — Levica LMS — Lista Marjana Šarca SDS — Slovenska demokratska stranka SNS — Slovenska nacionalna stranka	L L R R
Slovakia	Obyčajní ľudia a nezávislé osobnosti Slovenská národná strana (SNS) SME Rodina	R R R

Source: Authors' elaboration.

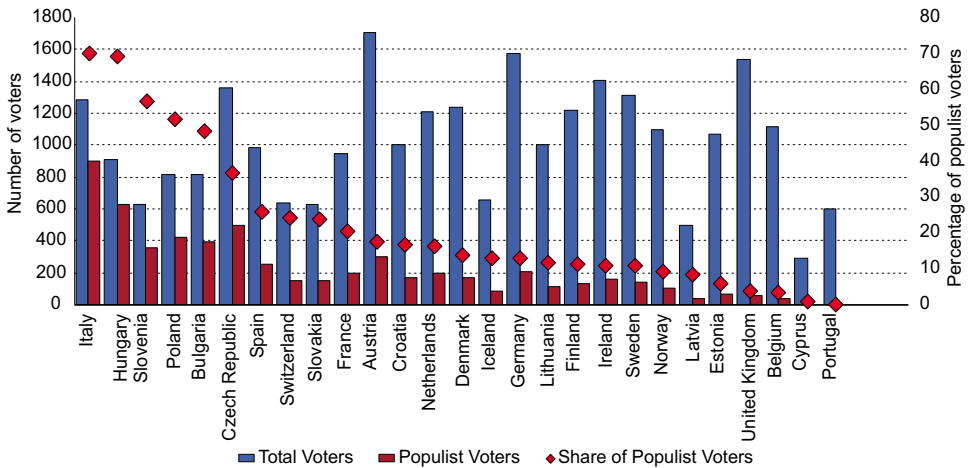


Figure 1 Total number of voters, and number and share of populist voters by countries

Source: Authors' elaboration on ESS data.

respondents that refused to disclose the party for which they voted have been dropped. The resulting sample that has been the focus of our analysis comprises 27,539 individuals from 27 European countries. Figure 1 graphically reports the total number of voters, the number of populist voters, and their corresponding share.

As shown by Figure 1, populist parties within countries varies consistently in terms of electoral weight. Data show that their share among respondents varies from 70% in Italy to 0% in Portugal.

From the ESS several relevant variables have been selected. Variables selected have been then classified according to seven categories:

- Demographic;
- Economic;
- Social values;
- Political;
- Trust;
- Perceptions.

Respondents who voted in the last election and that disclosed the party voted have been coded as populist voters and non-populist voters. Average and percentage values have been calculated for the total of voters and compared with those of populist and non-populist voters.

Table 2 Report of the results of the two-samples Kolmogorov-Smirnov tests of equality of distributions

Category	Variable	Smaller group	D	P value
Demographic	Education	Non-populist	0.011	0.348
		Populist	-0.197	0.000
		Combined K-S	0.197	0.000***
Economic	Payd employment	Non-populist	0.023	0.006
		Populist	0.000	1.000
		Combined K-S	0.023	0.013
	Unlimited duration unemployment	Non-populist	0.000	1.000
		Populist	-0.018	0.081
		Combined K-S	0.018	0.162
	Unemployment more than 12 months	Non-populist	0.000	1.000
		Populist	-0.060	0.000
		Combined K-S	0.060	0.000***
	Income	Non-populist	0.000	1.000
		Populist	-0.087	0.000
		Combined K-S	0.087	0.000***
Values	Religious belonging	Non-populist	0.000	1.000
		Populist	-0.029	0.000
		Combined K-S	0.029	0.001***
	Gays and lesbians free to live life as they wish	Non-populist	0.165	0.000
		Populist	0.000	1.000
		Combined K-S	0.165	0.000***
Political	Interested in politics	Non-populist	0.099	0.000
		Populist	0.000	1.000
		Combined K-S	0.099	0.000***
	Not able to take active role in political groups	Non-populist	0.000	1.000
		Populist	-0.055	0.000
		Combined K-S	0.055	0.000***
Perception	Trade union member	Non-populist	0.122	0.000
		Populist	0.000	1.000
		Combined K-S	0.122	0.000***
	Government take into account the interests of all citizens	Non-populist	0.003	0.899
		Populist	-0.118	0.000
		Combined K-S	0.118	0.000***
	Decisions in country politics are transparent	Non-populist	0.003	0.943
		Populist	-0.056	0.000
		Combined K-S	0.056	0.000***

Note: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Source: Authors' elaboration.

To assess the presence of statistically significant differences between the two groups, depending on the type of variable, two samples *t*-tests the equality of means (Welch, 1947), and two-samples Kolmogorov-Smirnov tests of equality of distributions (Kolmogorov, 1933; Smirnov, 1933) have been performed. The results of all the tests performed are reported in Table 2 and Table 3.

Table 3 Report of the results of the two samples *t*-tests the equality of means

Category	Variable	Diff.	t.
Demographic	Gender	0.051***	-7.02
	Age	2.207***	-8.77
	Children	0.142***	-8.03
Political	Country's cultural life undermined or enriched by immigrants	1.588***	-42.29
	Country's cultural life undermined or enriched by immigrants	1.588***	-42.29
	Important that people are treated equally and have equal opportunities	-0.193***	-12.25
	Important to care for nature and environment	-0.099***	-6.97
Trust	Trust Parliament	0.665***	-17.8
	Trust legal system	0.829***	-21.44
	Trust politicians	0.617***	-17.77
	Trust political parties	0.586***	-17.08
	Trust EU parliament	0.887***	-24.3

Note: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Source: Authors' elaboration.

Results

Before moving to the core analysis of the profile of populist voters, it is important to note that, in addition to varying in terms of electoral weight, populist parties also varies within countries in terms of their positioning in the left-right political spectrum. Table 4 reports the total number of populist parties, the number of left-wing and right-wing populist parties, and their share of voters within the countries considered.

Data show how the analysis considers a total of 57 populist parties. Among the countries considered, the number varies from 0 in Portugal to 4 in Italy, Slovenia and Spain. Out of the 57 total populist parties considered, 40 are positioned in the right side of the political spectrum while the minority, 17, are positioned in the left side. Within 15 out of 27 countries considered, populist parties are represented by right-wing parties only, while within 2 countries, Cyprus and Ireland, populist parties are represented only by left-wing parties.

Made this important premise, to outline the profile of populist voters we firstly analyzed their demographic characteristics. From this analysis emerged that populist voters represented respectively by 51.4% of men and 48.6% of women, while among both total voters and non-populist voters the share of women is higher than that of men. Compared to total and non-populist voters that on average are respectively 54.2 and 54.7 years old, populist voters are on average younger, showing an

Table 4 Total number of populist parties, number of left-wing and right-wing populist parties, and their share of voters within the countries considered

Country	Total Populist Parties	Number Left-wing Parties	Number Right-wing Parties	Share Left-wing voters	Share Right-wing voters
Austria	1	0	1	0.0%	100.0%
Belgium	4	0	4	0.0%	100.0%
Bulgaria	3	0	3	0.0%	100.0%
Croatia	3	1	2	0.0%	100.0%
Cyprus	1	1	0	100.0%	0.0%
Czech Republic	2	0	2	0.0%	100.0%
Denmark	1	0	1	0.0%	100.0%
Estonia	1	0	1	0.0%	100.0%
Finland	1	0	1	0.0%	100.0%
France	3	1	2	40.0%	60.0%
Germany	2	1	1	52.7%	47.3%
Hungary	2	0	2	0.0%	100.0%
Iceland	2	1	1	44.7%	55.3%
Ireland	1	1	0	100.0%	0.0%
Italy	4	3	1	56.1%	43.9%
Latvia	1	0	1	0.0%	100.0%
Lithuania	3	1	2	61.2%	38.8%
Netherlands	2	1	1	48.5%	51.5%
Norway	1	0	1	0.0%	100.0%
Poland	2	0	2	0.0%	100.0%
Portugal	0	0	0	0.0%	100.0%
Slovakia	3	0	3	51.4%	48.6%
Slovenia	4	2	2	58.7%	41.3%
Spain	4	3	1	0.0%	100.0%
Sweden	1	0	1	0.0%	100.0%
Switzerland	3	0	3	14.0%	86.0%
United Kingdom	2	1	1	0.0%	100.0%
Total	57	17	40		

Source: Authors' elaboration on ESS data.

average age of 52 years. Also, populist voters on average report a lower number of children than total and non-populist voters, respectively 2.06, 2.16, and 2.2. Lastly, the share of non-populist voters' that hold a tertiary education degree almost double that of populist voters, respectively 32.3% and 17.3%.

For all the three variables, the differences between populist and non-populist voters resulted to be statistically significant even if, with the exception of the share of voters holding a tertiary education degree, quite modest.

Moving to the second category, namely that of socio-economic characteristics, Figure 2 presents data about having a paid employment, having a fixed-term employment contract, ever being unemployed for more than one year and the income level of total voters and populist and non-populist voters.

Data outline a clear picture showing how, on average, populist voters are in a worse socioeconomic position compared to non-populist ones. Populist voters, in fact, not only have an employment in a lower share of cases, but they are also less

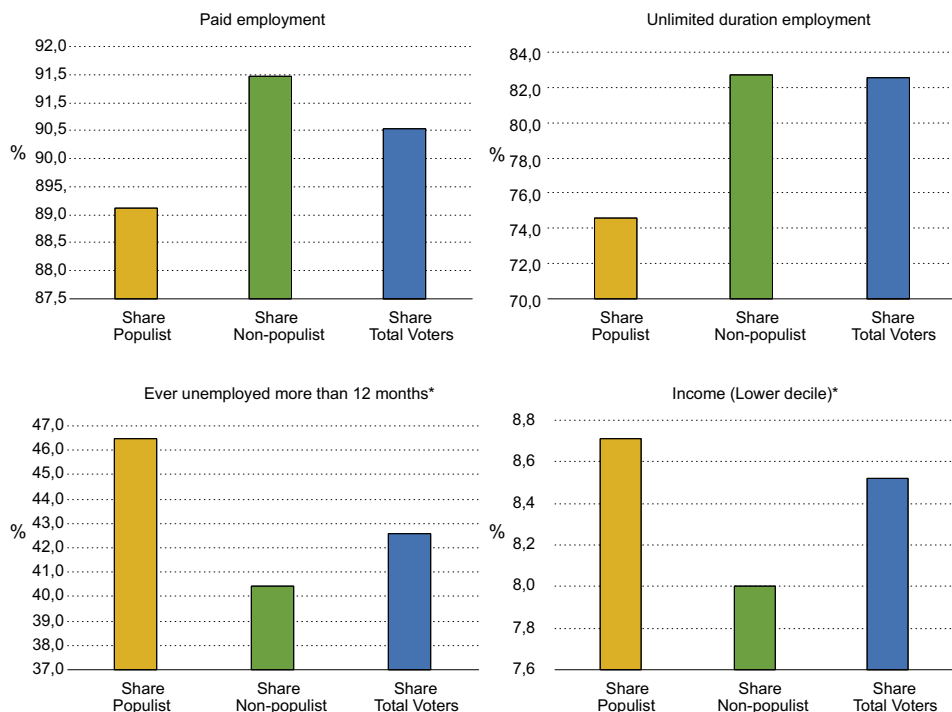


Figure 2 Socio-economic characteristics of total, populist and non-populist voters: having a paid employment, having a fixed-term employment contract, being unemployed for more than one year and income level

Note: asterisks highlights those variables in which a statistically significant difference of at least 0.05 has been registered

Source: Authors' elaboration on ESS data.

likely than non-populist ones to have a fixed-term contract. Conversely, populist voters show higher rates of long-term unemployment than non-populist ones. In addition, coherently with this picture, populist voters find themselves in the lower decile of the income ladder in a higher share of cases.

Table 5 reports the data concerning the third dimension considered, namely social values. Within this dimension, we considered the following variables: the share of voters that declare to belong to a religion, the share of voters that think that gays and lesbian should be free to live as they wish, voters' average answer to the question enquiring whether country's cultural life undermined or enriched by immigrants, voters' average answer to the question enquiring whether it is important that people are treated equally and have equal opportunities, and voters' average answer to the question enquiring whether it is important to care for nature and environment.

Table 5 Social values characteristics of total, populist and non-populist voters

Variable	Populist voters	Non-populist voters	Total voters
Religious belonging*	61.1%	58.2%	60.2%
Strongly agree and agree that gays and lesbians free to live life as they wish	64.23%	73.96%	75.32%
Country's cultural life undermined or enriched by immigrants (10=enriched)*	4.41	5.85	5.53
Important that people are treated equally and have equal opportunities (10=disagree)*	2.34	2.16	2.2
Important to care for nature and environment (10=disagree)*	2.05	1.95	1.97

Note: asterisks highlights those variables in which a statistically significant difference of at least 0.05 has been registered

Source: Authors' elaboration on ESS data

The data show how populist voters tend to pertain to a religious denomination in a higher share of cases than non-populist ones, 61.1% against 58.2%. At the same time, populist voters exhibit a less tolerant attitude toward those groups of citizens that do not correspond to their traditional views. The share of populist voters that agree or strongly agree that gays and lesbians should be free to live life as they wish account for 64.23%, roughly ten percentage points below total and non-populist voters. Less pronounced but still significantly, populist voters tend to agree on average less than total and non-populist voters about the fact that the country's cultural life is enriched by immigrants. Confirming this kind of attitude, on average, more than non-populist voters, they disagree about the importance that people are treated equally and have equal opportunities. Lastly, compared with non-populist voters, populist ones show, on average, a less pronounced interest in the care of nature and the environment.

Moving to political characteristics, firstly, it is interesting to note that populist voters are on average more oriented toward the right side of the political spectrum. In fact, on a scale that goes from 0 (extreme left) to 10 (extreme right), populist voters register an average value of 5.9, while non-populist voters an average value of 4.89.

Figure 3 reports the other data concerning voters' political characteristics: the level of interest in politics, the ability to take an active role in political groups, and the involvement in trade unions or similar organizations.

Data show how, on average, populist voters result to be less politically active than non-populist ones. On the one hand, they show less interest in politics and, on the other hand, they are (or used to be) members of trade unions or similar organizations in a lower share of cases. In addition, and probably explaining at least

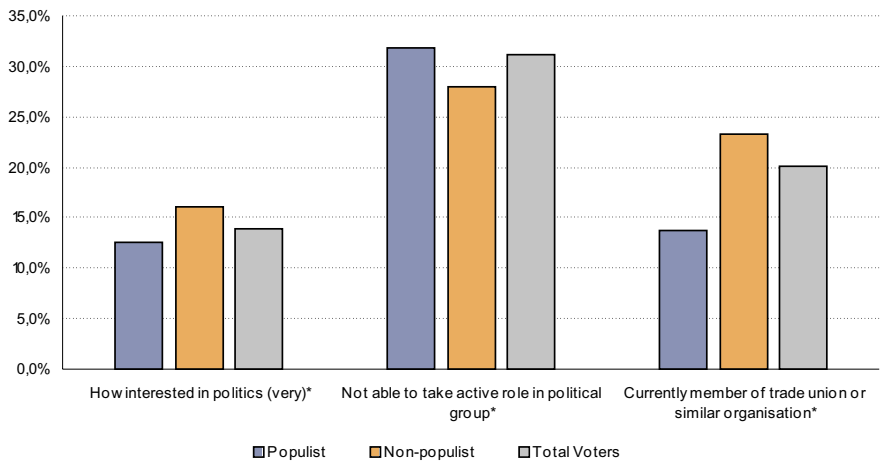


Figure 3 Political characteristics of total, populist and non-populist voter

Note: asterisks highlights those variables in which a statistically significant difference of at least 0.05 has been registered.

Source: Authors' elaboration on ESS data.

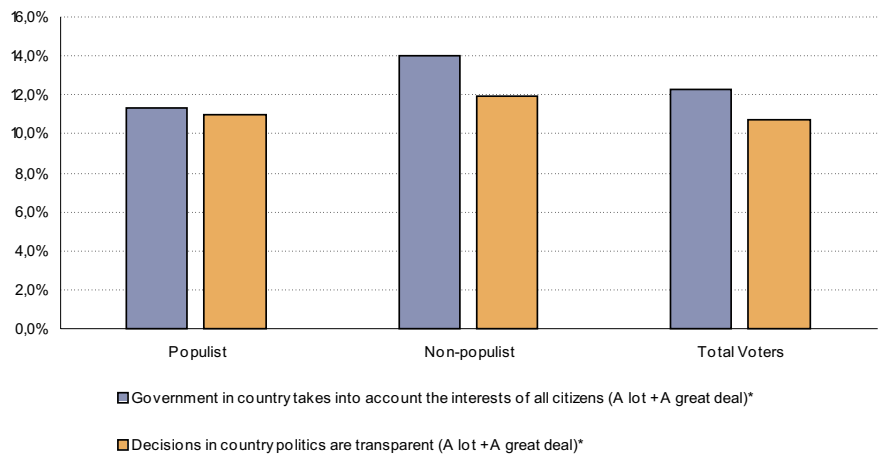


Figure 4 Perception characteristics of total, populist and non-populist voters

Note: asterisks highlights those variables in which a statistically significant difference of at least 0.05 has been registered.

Source: Authors' elaboration on ESS data

Table 6 Trust characteristics of total, populist and non-populist voters

	Populist	Non-populist	Total Voters
	Avg	Avg	Avg
Trust in country's parliament (10=complete trust)*	4.37	5.04	4.61
Trust in the legal system (10=complete trust)*	5.06	5.89	5.56
Trust in politicians (10=complete trust)*	3.52	4.14	3.84
Trust in political parties (10=complete trust)*	3.52	4.11	3.8
Trust in the European Parliament (10=complete trust)*	4	4.89	4.59

Note: asterisks highlights those variables in which a statistically significant difference of at least 0.05 has been registered.

Source: Authors' elaboration on ESS data.

partially their less active attitude, populist voters feel unable to take an active role in political groups in a higher share of cases than non-populist voters.

Figure 4 presents the data concerning the perceptions of total, populist and non-populist voters. In particular, data refers to the perception about whether governments take into account the interests of all citizens, and about whether decisions in one's own country's politics are transparent.

As can be seen from the figure, in both cases populist voters are more pessimistic. In fact, they perceive that governments actually take into account all citizens' interests and that political decisions are transparent in a significantly lower share of cases than non-populist voters.

Lastly, Table 6 reports the data concerning trust characteristics of total, populist and non-populist voters, specifically: trust in the country's parliament, trust in the legal system, trust in politicians, trust in political parties, and trust in the European Parliament.

Data demonstrate that there are significant differences between populist and non-populist voters in the levels of trust of all the subjects considered, with populist voters manifesting lower levels of trust.

Discussion and Conclusions

The populist upsurge that, in the last decade, affected most democratic countries around the world has become a central topic in the recent sociological and political academic debate.

The literature mostly centered around the definition of the populist phenomenon (McDonnell & Cabrera, 2019; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2013, 2017), on how it affects public opinion (Akkerman et al., 2014), parties (Pauwels, 2011),

policymaking (Albertazzi & Mueller, 2013), and the theoretical and empirical analysis of its consequences on democracy and democratic quality (Archibugi & Cellini, 2018; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2012).

On the contrary, the assessment of populist voters and their identities remained less investigated (Pauwels, 2014; Rooduijn, 2018). Furthermore, the few studies undertaken on such an issue did not reach homogenous conclusions, and in particular, Rooduijn (2018) concludes that “the populist voter does not exist” (p. 15).

To bridge the gap in the literature, the present paper traced a profile of populist voters, considering the voters of populist parties in 27 European countries, identifying their common characteristics, and assessing the presence of identity traits able to explain populist support.

Our analysis demonstrates that when comparing them to non-populist voters, populist voters show common characteristics and identities, significantly differentiate them in several characteristics. Populists are predominantly males, with an average age of 52 years. They have on average a lower number of children and they show a significantly lower level of education.

The analysis also shows that populist voters, on average, are in a worse socio-economic position than non-populist ones. In particular, they are less employed and experience long-term unemployment in a higher number of cases. Furthermore, populist voters are more likely than non-populist ones to be part of the lower decile of the income ladder.

At the same time, populist voters tend to be part of religious belonging in a higher number of cases than non-populist ones, and they also exhibit a less tolerant attitude toward those groups of citizens that do not correspond to their traditional view. Also, they show a less pronounced interest in the care of nature and the environment.

Moving to political characteristics, more than non-populists, populists tend to be oriented toward the right side of the political spectrum. Also, they show less interest in politics, they tend to not be part of trade unions or similar organizations, and they feel to not be able to take an active role in political groups.

Lastly, populist voters systematically show a lower level of trust toward national and European political institutions than non-populists voters.

Even if mainly in descriptive terms, the present paper succeeds in tracing a profile of populist voters, highlighting the characteristics that significantly differ between those who do not vote and those who support a populist party.

Data, therefore, in principle, seem to confirm the presence of common characteristics identifying populist supporters. However, the analysis also shown that the differences between populist and non-populist voters, even if statistically

significant, are quite modest for most of the characteristics considered. This seems to suggest that the use of the concept of populism could be not effective in distinguishing populism as a political movement with its own transnational characteristics. In other words, while the analysis shows how populist voters actually share some common characteristics and that such characteristics differentiate them from non-populist voters in a statistically significant way, the fact that the differences recorded are very small in most cases seems to highlight how populism have little effectiveness as an analytical concept for processes of political crisis. This is reinforced by the consideration that the vast majority of populist parties present in our sample pertain to the right of the far-right side of the political spectrum and, therefore, the movement of political opinion that the data highlight could be that of far right voters rather than that of populist ones. These results seem to confirm the claims of Rooduijn (2018) according to which “populist voter does not exist” (p. 15).

The present analysis, however, being mainly descriptive, does not allow to reach a definitive conclusion about the existence of common characteristics differentiating populist and non-populist voters. For this reason, future studies should take a step forward by providing an inferential assessment of such characteristics by looking at how they interact and to what extent they are useful to describe the populist vote and the populist phenomenon, and to understand to what extent populism could be a valid concept to assess a movement of political opinion both nationally and transnationally.

References

- Albertazzi, D., & McDonnell, D. (2008). Introduction: The sceptre and the spectre. In D. Albertazzi, & D. McDonnell (Eds.), *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy* (pp. 1-11). Palgrave Macmillan.
- Albertazzi, D., & Mueller, S. (2013). Populism and liberal democracy: Populists in government in Austria, Italy, Poland and Switzerland. *Government and Opposition*, 48(3), 343-371. <https://doi.org/10.1017/gov.2013.12>
- Akkerman, A., Mudde, C., & Zaslove, A. (2014). How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. *Comparative Political Studies*, 47(9), 1324-1353. <https://doi.org/10.1177/0010414013512600>
- Archibugi, D., & Cellini, M. (2018). Populism as a New Revolt of the Masses. What Implications for Democratic Politics? In G. Pellegrino (Ed.), *Legitimacy, Democracy and Disagreement. Essay in Honour of Sebastiano Maffettone* (pp. 125-137). LUISS University Press.
- Arditi, B. (2005). Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics. In F. Panizza (Ed.), *Populism and the Mirror of Democracy* (pp. 72-98). Verso.

- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Prentice Hall.
- Dotti Sani, G. M., & Magistro, B. (2016). Increasingly unequal? The economic crisis, social inequalities and trust in the European Parliament in 20 European countries. *European Journal of Political Research*, 55(2), 246-264.
<https://doi.org/10.1111/1475-6765.12126>
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. W. W. Norton & Company.
- Fearon, J. D. (1999). *What is identity (as we now use the word)* [Unpublished manuscript]. Stanford University.
- Foster, C., & Frieden, J. (2017). Crisis of trust: Socio-economic determinants of Europeans' confidence in government. *European Union Politics*, 18(4), 511-535.
<https://doi.org/10.1177/1465116517723499>
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in Etnomethodology*. Englewood Cliffs.
- Jenkins, R. (1996). *Social Identity*. Routledge.
- Kolmogorov, A. N. (1933). Sulla determinazione empirica di una legge di distribuzione. *Giornale dell'Istituto Italiano degli Attuari*, (4), 83-91.
<http://digitale.bnc.roma.sbn.it/tecadigitale/giornale/CFI0353791/1933/unico/00000009>
- McDonnell, D., & Cabrera, L. (2019). The Right-Wing Populism of India's Bharatiya Janata Party (and why comparativists should care). *Democratization*, 26(3), 484-501.
<https://doi.org/10.1080/13510347.2018.1551885>
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. University of Chicago Press.
- Mudde, C. (2004). The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541-563.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right in Europe*. Cambridge University Press.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (Eds.) (2012). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy*. Cambridge University Press.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2013). Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, 48(2), 147-174. <http://doi.org/10.1017/gov.2012.11>
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Müller, J-W. (2016). *What Is Populism?*. University of Pennsylvania Press.
- Noury, A., & Roland, G. (2020). Identity politics and populism in Europe. *Annual Review of Political Science*, 23(1), 421-439. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050718-033542>
- Parsons, T. (1951). *The Social System*. The Free Press of Glencoe.
- Pauwels, T. (2011). Measuring populism: a quantitative text analysis of party literature in Belgium. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 21(1), 97-119.
<https://doi.org/10.1080/17457289.2011.539483>
- Pauwels, T. (2014). *Populism in Western Europe: Comparing Belgium, Germany and the Netherlands*. Routledge.
- Rooduijn, M. (2018). What unites the voter bases of populist parties? Comparing the electorates of 15 populist parties. *European Political Science Review*, 10(3), 351-368.
<https://doi.org/10.1017/S1755773917000145>

- Rooduijn, M. (2019). State of the field: How to study populism and adjacent topics? A plea for both more and less focus. *European Journal of Political Research*, 58(1), 362-372. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12314>
- Rooduijn, M., Van Kessel, S., Froio, C., Pirro, A., De Lange, S., Halikiopoulou, D., Lewis, P., Mudde, C., & Taggart, P. (2019). *The PopuList: An Overview of Populist, Far Right, Far Left and Eurosceptic Parties in Europe – About*. The PopuList. Retrieved October 21, 2020, from <https://popu-list.org/about/>
- Simmel, G. (1950). *The Sociology of Georg Simmel*. Free Press.
- Smirnov, N. V. (1933). Estimate of deviation between empirical distribution functions in two independent samples. *Bulletin Moscow University*, (2), 3-16.
- Viviani, L. (2017). A political sociology of populism and leadership. *Società Mutamento Politica*, 8(15), 279-304. <http://doi.org/10.13128/SMP-20860>
- Welch, B. L. (1947). The generalization of 'student's' problem when several different population variances are involved. *Biometrika*, 34(1/2), 28-35. <https://doi.org/10.2307/2332510>

Data de submissão: 17/06/2021 | **Data de aceitação:** 02/09/2022



O PATRIMÓNIO IMÓVEL AVESSE À ESTATÍSTICA?

Os Monumentos Nacionais e o acesso público

IS BUILT HERITAGE AVERSE TO STATISTICS?

National Monuments and public access

Jorge Santos

FUNÇÕES: Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: DGPC — Direção-Geral do Património Cultural, OPAC — Observatório Português das Atividades Culturais, Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

Edifício Sedas Nunes, Avenida das Forças Armadas, Sala 2W1, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: jaass@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4016-1111>

Sofia Costa Macedo

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: OPAC — Observatório Português das Atividades Culturais, Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Edifício Sedas Nunes, Avenida das Forças Armadas, Sala 2W1, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: sofia_costa_macedo@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3738-105X>

José Soares Neves

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: OPAC — Observatório Português das Atividades Culturais, Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Edifício Sedas Nunes, Avenida das Forças Armadas, Sala 2W1, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: jose_soares_neves@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6472-4337>

Ana Paula Miranda

FUNÇÕES: Investigação, Redação de rascunho original

AFILIAÇÃO: OPAC — Observatório Português das Atividades Culturais, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Edifício Sedas Nunes, Avenida das Forças Armadas, Sala 2W1, 1649-026 Lisboa, Portugal, E-mail: ana_paula_miranda@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0190-0310>

Resumo: Discute-se neste artigo a questão da utilização das estatísticas oficiais nacionais para aferição do acesso público ao património cultural imóvel em Portugal. A metodologia é quantitativa, com recurso ao inquérito por questionário, cujo preenchimento foi solicitado aos responsáveis dos Monumentos Nacionais (MN), e que incidiu nas seguintes dimensões: acesso, visitantes, valências, pessoal afeto e atividades. O trabalho de campo decorreu em 2019 e 2020 e permitiu recolher dados para o período entre 2017 e 2019. A base empírica é constituída por MN visitáveis (n=172 em 2019 e n=166 em 2020). Os resultados obtidos são apresentados em dois planos: a caracterização dos MN inquiridos e o volume e evolução dos visitantes. Ao contrário do que a ausência prolongada de estatísticas nacionais sobre o património cultural imóvel deixaria supor, não se trata de um domínio avesso à sua medição. Se isso pode ser assim para o conjunto do património classificado, muito heterogêneo de vários pontos de vista, demonstra-se que uma parte relevante, constituída pelos Monumentos Nacionais visitáveis, pode, e deve ser objeto de inquérito regular tal como acontece com outros equipamentos e atividades culturais.

Palavras-chave: património cultural imóvel, políticas culturais, visitantes de monumentos nacionais, estatísticas oficiais da cultura.

Abstract: This article discusses the issue of using national official statistics to measure public access to immovable cultural heritage in Portugal. The methodology is quantitative, with recourse to a survey focused on the following dimensions: access, visitors, valences, personal and activities, answered by the responsible person in charge of each National Monument (NM) surveyed. The fieldwork took place in 2019 and 2020 and collected data for the period 2017 to 2019. The empirical basis consists of visitable NM (n=172 in 2019 and n=166 in 2020). The results obtained are presented in two plans: the characterization of the surveyed NM and the volume and evolution of their visitors.

Contrary to what the extended absence of national statistics on built cultural heritage would suggest, this is not a domain averse to its measurement. If this is can be appointed for the entire universe of built cultural heritage, very heterogeneous from various points of view, it is demonstrated that a relevant part, the visitable NM, can, and should be subject to regular surveys as in other cultural equipment and activities.

Keywords: cultural heritage sites, cultural public policies, visitors of national monuments, cultural official statistics.

Introdução

A reduzida existência de informação estatística, regular e sistemática para o património cultural imóvel em Portugal apresenta-se como a questão de base para o desenvolvimento deste artigo. Com exceção de dados sobre os serviços dependentes da tutela pública central do património cultural — desde 2012 a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) — que representam apenas uma fração exígua do universo do património cultural imóvel visitável em Portugal, e estudos parcelares sobre alguns monumentos, o conhecimento sobre a fruição pública destes bens culturais é escasso. O acesso aos bens patrimoniais em Portugal é também uma problemática pouco estudada.

De um modo geral, o conhecimento extensivo do acesso às instituições e atividades culturais está associado a três fontes estatísticas: administrativas, estudos de públicos e inquéritos à população (Bollo et al., 2012; Donnat, 1994; Santos, 2002). Quanto à primeira fonte, também designada por estatísticas de visitantes, dá conta do volume de entradas, ou visitas, nos equipamentos e eventos, decorre de objetivos administrativos apropriados para fins estatísticos¹ de que o principal exemplo são as séries cronológicas oficiais nacionais que o Instituto Nacional de Estatística (INE) publica no volume anual *Estatísticas da Cultura*. Trata-se de um tipo de informação elementar, mas nem por isso menos relevante e menos

1 Veja-se a definição na Lei n.º 22/2008 (2008, alínea e), art.º 2.º): “Dados que são recolhidos por entidades do sector público sobre pessoas singulares ou colectivas, incluindo os dados individuais, com base em procedimentos administrativos que têm normalmente um fim primário que não é estatístico.”

complexo metodologicamente (Roselló et al, 2021), que permite aferir tendências de expansão ou retração no acesso em termos do volume de ingressos.

Uma pesquisa por dados deste tipo de fonte no património cultural imóvel revela que incidem apenas nos monumentos e sítios patrimoniais com tutela direta da DGPC². Quanto ao INE publica estatísticas deste património, mas ao contrário de outros domínios, não inclui a vertente dos visitantes. Esta lacuna motivou a aprovação, em 2010, de uma recomendação pelo Conselho Superior de Estatística para a sua inclusão (Neves, 2010), o que, apesar disso, ainda não se verifica.

No plano europeu, o Conselho da Europa (CE), no âmbito do Plano de Trabalho para a Cultura, atribui grande importância às estatísticas culturais e à sua articulação com as políticas públicas (JO C 460 de 21.12.2018, 2018). Este organismo, perante a ausência de dados estatísticos comparáveis à escala europeia, sustenta a necessidade do seu desenvolvimento e promoveu a criação, em 2009, do grupo de trabalho, European Statistical System Network on Culture (ESSnet-Culture)³. O domínio do património cultural, na maior parte dos países europeus, é incluído nas estatísticas oficiais nacionais e os dados divulgados, por vezes, em anuários estatísticos. A principal questão reside na possibilidade comparativa a nível europeu, com a necessária afinação de critérios. O grupo de trabalho ESSnet-Culture considerou como categorias estatísticas para o domínio do património cultural, os museus, os locais históricos e os sítios arqueológicos e ainda o património cultural imaterial (Bina et al., 2012).

Relativamente à segunda fonte estatística, os estudos de públicos, de frequentadores efetivos de um dado equipamento ou evento cultural, mais recentemente, e no domínio do património, o exemplo maior em Portugal situa-se nos museus e tem nos estudos sociológicos de 14 museus com tutela da DGPC a principal referência (ver, por todos, Neves et al., 2019), Especificamente quanto ao património imóvel são ainda muito escassos, conhecendo-se o estudo sociológico sobre os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Lima & Reis, 2001) e, mais recentemente, na área da museologia, um estudo que analisou os públicos de um monumento (Igreja do Mosteiro de Leça do Balio) e de dois museus (Paço dos Duques de Bragança e Museu Abade de Baçal) com tutela da Direção Regional de Cultura do Norte (Semedo et al., 2018; Semedo et al., 2020).

2 Disponível na página de internet da DGPC [DGPC [Direção-Geral do Património Cultural], s.d).

3 Esta iniciativa veio reforçar o trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia e o Eurostat com a estruturação, a partir de 1997, da informação e metodologia para o desenvolvimento de estatísticas culturais com base no Leadership Group Culture, que publicou em 2000 o seu relatório (LEG-Culture [Leadership Group Culture], 2000). Relatório que viria a sustentar a publicação em 2007 das primeiras estatísticas culturais na Europa (Eurostat [European Statistical Office], 2007).

Quanto aos inquéritos à população, não existe em Portugal a linha de estudos sobre práticas culturais que as tutelas da cultura de vários países promovem — como por exemplo França (Lombardo & Wolff, 2020), Inglaterra (Department for Digital, Culture, Media and Sport, 2021), Espanha (Ministerio de Cultura y Deporte, 2019) e Estados Unidos da América (National Endowment for the Arts, 2019) — justamente com o objetivo de informar as políticas públicas da cultura quanto ao acesso e participação da população. Para os anos mais recentes é possível, porém, mobilizar alguns dados relevantes, incluindo sobre património cultural, a partir do Eurobarómetro de 2017 designadamente quanto à visita (45% da população visitou pelo menos uma vez um monumento nos últimos 12 meses), quanto à importância atribuída ao património cultural (96% considera que é importante para o país) e à vivência (12% reside num ambiente, área, cidade ou edifício histórico considerado como tendo valor patrimonial cultural) (Eurobarometer, 2017). Muito recentemente, o *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses* (Pais et al., 2022), apresenta resultados que refletem a prática de visita a espaços patrimoniais e que demonstram que 31% dos inquiridos visitou monumentos, 28% museus e 13% sítios arqueológicos, nos 12 meses anteriores ao início da pandemia e ao confinamento que se lhe seguiu (Martinho, 2022).

O estudo⁴ cujos resultados se apresentam neste artigo, inscreve-se no âmbito do tipo fonte administrativa, vai ao encontro das recomendações do Conselho Superior de Estatística português e da Comissão Europeia, e tem como objetivo a produção de indicadores que complementem, do ponto de vista dos visitantes, as estatísticas nacionais sobre património cultural imóvel. Este objetivo é especialmente significativo no quadro das políticas públicas culturais, em que o domínio do património se constitui como um dos mais relevantes do ponto de vista das grandes orientações, seja qual for o nível considerado (central, regional ou local), o que se traduz no elevado volume de despesas (Garcia et al., 2014; INE [Instituto Nacional de Estatística], 2020; Neves, 2000; Neves et al., 2012; Santos, 1998) impulsionadas por fundos estruturais comunitários (André & Vale, 2014).

O Inquérito aos Monumentos Nacionais em Portugal (IMNP) tem por base os bens do património cultural imóvel, classificados como monumentos, com a categoria de proteção de Monumento Nacional (MN), abertos ao público, visitáveis e com controlo dos ingressos. A metodologia é quantitativa, de inquérito por questionário, preenchido pelo responsável do respetivo MN. Note-se que é conferido à categoria de MN uma maior graduação no sistema nacional de classificação

4 O inquérito que é a base empírica deste artigo insere-se no estudo do OPAC denominado “Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público” (abreviadamente IMNP), coordenado por José Soares Neves (ver <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/monumentos-nacionais-publico>).

patrimonial⁵, ficando este submetido a uma especial tutela do Estado. De realçar ainda que os MN, apesar desta tutela especial, não são propriedade exclusiva do Estado, nem tampouco geridos apenas por entidades públicas. A realidade, no território nacional, em termos da sua propriedade e entidade da tutela é heterogênea, ao contrário do que sucede, por exemplo, em França com o Centre des Monuments Nationaux (Centre des Monuments Nationaux, s.d.).

Este estudo, de base anual, teve início em 2019 sendo nesse ano recolhidos dados relativos a 2017 e 2018 (Neves, Macedo & Santos, 2020) e continuação em 2020 para apuramento de dados referentes a 2019⁶ (Neves, Macedo, Lima, et al., 2020).

O artigo está organizado do seguinte modo: começa-se por fazer o enquadramento da categoria de MN nas políticas de salvaguarda do património em Portugal, com destaque para uma perspetiva evolutiva sobre a matéria do acesso público. Apresenta-se, seguidamente, o estudo “Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público”, e depois os resultados obtidos, em termos de caracterização dos MN visitáveis, do acesso e dos visitantes. A terminar discutem-se os resultados à luz da questão central do artigo e conclui-se da possibilidade de existência de informação estatística regular e sistemática do património cultural imóvel em Portugal.

Do património classificado às estatísticas de visitantes dos Monumentos Nacionais

Proteção e acesso ao património cultural em Portugal

Em Portugal, a classificação do património cultural enquanto medida para a sua salvaguarda remonta ao final do século XIX. Esta classificação assentou em exclusivo durante quase 40 anos na figura do Monumento Nacional⁷:

são considerados monumentos nacionaes todos os edificios, construcções, ruinas e objectos artísticos, industriaes ou archeologicos a) Que importem á historia do modo

-
- 5 O interesse nacional atribuído a um monumento, conjunto ou sítio “quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação” (Lei n.º 107/2001, 2001, art.º 15.º).
 - 6 A aplicação de 2020 do IMNP incluiu um módulo relativo à COVID-19 e o impacto no acesso aos Monumentos Nacionais. Este facto decorreu da circunstância temporal em que esta aplicação decorreu, em pleno Estado de Emergência, e que se enquadrava no conjunto de estudos que surgiam cujo tema é o património cultural, e em concreto, os museus.
 - 7 O Decreto n.º 20:985 (1932), institui a categoria imóvel de interesse público, separando-a da categoria de Monumento Nacional, categoria aquela que prevaleceu até à regulamentação em 2009 da Lei n.º 107/2001 (2001), de 8 de setembro.

de ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento; b) Que testemunhem e comemorem factos notáveis da historia nacional; c) Os megalithicos, e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilizações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez. (Portaria de 27 de fevereiro de 1894, 1894, art.º 1.º)

A preocupação com o conhecimento e proteção destes monumentos atravessou toda a segunda metade do século XIX, com a criação de organismos que seriam responsáveis pelo arrolamento dos bens e pela sua posterior conservação, a palavra utilizada que referia a salvaguarda do património: “Os immoveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente, pelo seu valor histórico, archeologico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionaes pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria” (Decreto de 30 de dezembro de 1901, 1902, art.º 1.º)⁸.

Se a preocupação com a salvaguarda e conservação é transversal a toda a primitiva legislação patrimonial em Portugal, a questão do seu acesso público é inferida menos diretamente. O já referido Regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais, definia como atribuições desta, a “guarda, conservação, reparação ou exposição publica d’esses monumentos” e a promoção da “propaganda e o culto publico pela conservação o pelo estudo d’esses monumentos” (Portaria de 27 de fevereiro de 1894, 1894, art.º 2.º). O assunto da fruição do património cultural comungava de um ambiente comum em toda a Europa que convidava, através de várias formas (uma delas a edição de obras magnificas como por exemplo as *Voyages pittoresques et romantiques dans l’ancienne France*, cuja edição iniciou em 1820 e terminou em 1878, 24 volumes depois) os cidadãos a visitar os seus monumentos históricos. Defendia-se o acesso de todos aos monumentos históricos (Alves, 2009) na prossecução de um objetivo educativo, bem advogado por Ramalho Ortigão, no reconhecimento do valor dos bens culturais e numa atuação para a sua preservação (Ortigão, 1896).

As primeiras fontes que nos dão informação sobre a visita aos monumentos históricos são os livros dos estrangeiros que escrevem sobre Portugal, 45 entre 1795 e 1896 segundo Lúcia Rosas (1995). De acordo com esta autora os locais mais visitados no século XIX, eram o Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro dos Jerónimos, Sé Velha de Coimbra, Sé de Braga, Sé de Lisboa, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Castelo de Leiria, Convento de Cristo, Mosteiro

8 Decreto que institui as “Bases para a classificação dos immoveis que devam ser considerados monumentos nacionaes, e bem assim dos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos publicos”.

de Santa Cruz de Coimbra, Castelo de Pombal, Castelo de Alcobaça, Torre de Belém, Igreja de Santa Maria do Olival de Tomar, Palácio Nacional de Sintra, Igreja de Cedofeita do Porto, Mosteiro de Leça do Balio, Igreja de Santiago de Coimbra, Igreja de Almacave, Sé do Porto e Castelo da Feira (Rosas, 1995). Os visitantes que acediam aos monumentos históricos eram nacionais e estrangeiros e buscavam essencialmente “os mosteiros góticos e manuelinos e os castelos medievais” (Rosas, 1995, p. 58).

Um primeiro momento para um esforço de alargar o usufruto do património encontra-se na I República. A par de questões relevantes como a salvaguarda, conservação e restauro, ou educação, a fruição do património era sujeita a estratégias próprias (Custódio, 2010), como por exemplo a afetação à visita do público dos palácios nacionais após a sua extinção, com propostas para a sua regulação (Lei de 24 de junho de 1912, 1912⁹).

Os reais desenvolvimentos ao “nível da fruição patrimonial só seriam efetivamente percebidos, anos mais tarde, no contexto da democracia portuguesa” (M. dos S. Lopes, 2018, p. 123). Pese embora o avanço conceptual sobre esta matéria, resta a sua execução e capacidade de implementação. Permanece claro que as políticas de valorização não acompanharam as estratégias de salvaguarda do património, excetuando as práticas de conservação e restauro. A própria tutela do património em Portugal reconhecia que as áreas de acolhimento para visitantes eram escassas “por muito incrível que pareça...” (Calado et al., 1997, p. 46).

De todo o modo, a verdade é que o esforço que o país vem fazendo na requalificação do seu património cultural, e por inerência nos seus MN, não foi acompanhado por um dispositivo de produção de informação que permita aferir a evolução do volume de visitantes (Neves, 2010).

O património imóvel classificado e os Monumentos Nacionais nas estatísticas oficiais

As primeiras estatísticas sobre “imóveis classificados” publicadas pelo INE reportam-se a 1986 (INE, 1987). A fonte, secundária, era o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), com dados por tipo (monumentos nacionais, imóveis de interesse público e valores concelhios) e por região (que correspondem às atuais cinco regiões NUTS II do Continente). Esta iniciativa foi continuada e alargada a partir de 1996, passando a ser publicada informação sobre “imóveis não

9 A Lei de 24 de junho de 1912, determinava a guarda e conservação dos bens dos extintos paços reais e chamava a atenção para “Os demais palácios, quintas, jardins, tapadas e cercas, a esta data sem aplicação especial ou enquanto não a tiverem, serão destinados à visita do público mediante taxas e condições a regulamentar” (Lei de 24 de junho de 1912, 1912).

classificados”, seguindo uma lógica de inventário em que se informa sobre o número de bens imóveis, a sua distribuição por época de construção, por tipologia e ainda por entidade proprietária (INE, 1998). Em 2007, na sequência das recomendações do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística (GTEC), alterou os conceitos e categorias dos dados disponíveis para os adaptar à terminologia legal em uso (INE, 2008).

Para o ano de 2019, o INE refere a existência de 4.568 bens imóveis classificados repartidos em três categorias: Monumentos (3.472); Conjuntos (568) e Sítios (526) (INE, 2020). Em termos de proteção, 826 bens estão classificados como Monumento Nacional, 2.902 como Interesse Público e 840 como Interesse Municipal¹⁰.

Tipologicamente, os bens culturais classificados estavam repartidos em arquitetura civil (2.238), arquitetura religiosa (1.421), sítios arqueológicos (568), arquitetura militar (291) e arquitetura mista (50). Do ponto de vista da entidade proprietária, 1.481 são detidos pelo Estado, 995 de propriedade privada e 100 de propriedade mista, enquanto 1.979 reportavam uma entidade proprietária não confirmada (INE, 2020).

Os 826 MN repartem-se pelas sete regiões (NUTS II) do país do seguinte modo: Norte com 275, Centro 189, Área Metropolitana de Lisboa 105, Alentejo 221, Algarve 26, Região Autónoma dos Açores 3 e Região Autónoma da Madeira 7.

Os MN, observados no período longo em que o INE publicou dados (desde 1986, como referido), apresentam uma evolução em termos de quantidade muito estável, ao contrário do total dos imóveis classificados. Em 1986 (só Portugal Continental) o total ascendia a 2.400 e os MN a 748. Em 2007, o total de imóveis era 3.278 e os MN eram 793. Em 2019, registam-se 4.568 bens imóveis e 826 monumentos nacionais (INE, 1987; INE 2008; INE, 2020). Ou seja, entre 2007 e 2019, enquanto o número de imóveis classificados aumentou em 1.290 bens, os MN aumentaram apenas em 33 unidades. Refira-se, aliás, que muitos destes MN correspondem aos bens assim classificados pelo Decreto de 16 de junho de 1910 (1910).

Estatísticas de visitantes do património cultural imóvel

Como se viu o atual projeto do INE para o património cultural imóvel limita-se a aproveitar as fontes existentes sobre património classificado que, desde 2012, são a DGPC, a Direção Regional de Cultura dos Açores e a Direção Regional de Cultura da Madeira. Por outro lado, não está expressa na legislação do património cultural qualquer referência à necessidade de produção de estatísticas.

10 Esta nomenclatura considerava já as alterações legislativas sobre o regime de classificação dos bens culturais, introduzida pela Lei n.º 107/2001 (2001), de 8 de setembro, e pela sua regulação pelo Decreto-Lei n.º 309/2009 (2009), de 23 de outubro.

Quanto a visitantes, a informação estatística está disponível em algumas fontes, mas apresenta-se descontínua, segmentada e não se reporta às categorias utilizadas no enquadramento legal¹¹. Uma fonte relevante é do organismo público de tutela. O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.), inclui nos relatórios de atividades para os anos entre 2007 e 2010 as estatísticas dos serviços dependentes (Neves et al., 2012). A DGPC disponibiliza no seu sítio *web* dados a partir de 2010. Esta informação reporta os visitantes de cada um dos monumentos dependentes com diferentes níveis de desagregação consoante o ano em causa (por mês, por ano, por nacionalidade, etc.). Aliás, no âmbito da última reestruturação orgânica da tutela do património cultural, ocorrida em 2012, a prática desde 1996 de divulgar estatísticas de visitantes de museus (e palácios) por parte do Instituto dos Museus e Conservação (IMC, I.P.)¹² foi estendida aos monumentos.

Outra fonte com dados sobre património cultural refere-se a um segmento delimitado, neste caso os monumentos tutelados pelo Ministério da Cultura (e não em específico pela do património e/ou dos museus) no período de 2000 a 2010. Nesse período, no âmbito do OAC — Observatório das Actividades Culturais, foram compilados e publicados dados de visitantes (totais, por nacionalidade, por região e tipo de entrada) de um número anual variável de monumentos tutelados pelo MC e dos bens imóveis por categoria de proteção (2007-2010), também a partir do IGESPAR.

Como se depreende não se trata de estatísticas oficiais. Nesse âmbito, e dentro do domínio do património cultural, o contraste com os museus é enorme: o INE tem um projeto próprio, produz dados de visitantes desde 1950¹³, sendo que a Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 2004 inclui um artigo expressamente dedicado a esta matéria: “as estatísticas de visitantes do museu são enviadas ao Instituto Português de Museus¹⁴ e ao INE, de acordo com os procedimentos, e nos suportes fixados por estas entidades” (Lei n.º 47/2004, 2004, art.º 56.º, n.º 3).

-
- 11 A lei orgânica da DGPC faz referência à realização de estudos técnico-científicos em parceria com outras entidades, nomeadamente universidades e centros de investigação (Decreto-Lei n.º 115/2012, 2012, alínea a), n.º 3, art.º 2.º), sem referir especificamente a sistematização de dados estatísticos.
- 12 Tal como o IGESPAR, I.P., o IMC, I.P., foi agregado à nova estrutura orgânica da tutela do património cultural, a DGPC (Decreto-Lei n.º 115/2012, 2012).
- 13 Ver INE, Metainformação em https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0004123&lingua=PT
- 14 Note-se, entretanto, que a tutela dos museus (então o IPM, atualmente a DGPC), apenas recolhe estatísticas de visitantes dos Museus, Palácios e Monumentos (MPM) que tutela, e dos museus credenciados na RPM, mas não dos museus na sua totalidade.

O Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura no Conselho Superior de Estatística (GTEC/CSE)

Têm sido promovidas algumas iniciativas que vão no sentido de colmatar a inexistência de dados estatísticos nacionais, regulares e sistematizados sobre visitantes do património cultural imóvel. Entre 2006 e 2010 esteve em funcionamento o Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura no Conselho Superior de Estatística (GTEC)¹⁵, que teve entre as suas atribuições o património imóvel.

Os documentos do GTEC permitem acompanhar as questões inerentes às estatísticas oficiais e a perspetivas futuras e constituem, portanto, um enquadramento fundamental. A documentação refere a reformulação da informação e dos conceitos até então adotados, e constata a necessidade de um projeto específico para o património imóvel visitável, informando sobre as tentativas nesse sentido.

O GTEC reconheceu os limites da informação disponibilizada e considerou ser útil desenvolver um novo projeto de inquérito inspirado no existente para os museus. Esse inquérito teria como universo “os imóveis classificados (monumentos e sítios arqueológicos) com controlo de visitantes” (Neves, 2010, p. 4), e deveria considerar variáveis como:

- Visitantes (nacionais e estrangeiros);
- Despesas (totais e com pessoal);
- Receitas (totais, das entradas e visitantes);
- Pessoal (ao serviço, remunerado).

A fonte para a constituição do universo a inquirir manter-se-ia a tutela do património cultural, decorrente sobretudo do inventário, da responsabilidade dos vários organismos (DGEMN, IGESPAR¹⁶) no continente, e as tutelas respetivas na R. A. dos Açores e da Madeira (Neves, 2007). Propunha-se a articulação entre INE, IGESPAR e OAC com vista a um novo projeto e renovava-se a chamada de atenção para a necessidade de nele incluir os visitantes (Neves, 2008).

O relatório final deste Grupo de Trabalho recomendou a “criação de um inquérito ao património imóvel que incluía, entre as dimensões a inquirir, os visitantes” (Neves, 2010, p. 11). Esta recomendação viria a ter parecer favorável da Secção Permanente de Estatísticas Sociais do Conselho Superior de Estatística (SPES/CSE)

15 Documentação relevante sobre o GTEC/CSE, incluindo mandato, relatórios e deliberações da SPES, disponível no sítio

https://cse.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CSE&xpgid=cse_gtrab_historico_det>rab_boui=248941144

16 Com a fusão da DGEMN (sob tutela do MOP), do IPPAR e do IPA (ambos com tutela do MC) no IGESPAR, IP (MC) este último herdou três sistemas informáticos.

e enviada ao IGESPAR para implementação. De acordo com a mesma deliberação a implementação deveria ser acompanhada periodicamente pela Secção Permanente de Coordenação Estatística, o que nunca chegou a efetivar-se (nem a implementação, nem o seu acompanhamento).

Mais recentemente, no âmbito da tutela do sector, a constatação da importância de uma nova orientação das estatísticas oficiais sobre o património imóvel ficou patente no relatório final do Grupo de Projeto Museus no Futuro que inclui, entre as suas recomendações relativas ao “público e mediação” (III.5.4.9), que seja promovida a “criação de um projeto de estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística relativo ao património imóvel” (Camacho, 2021, p. 93).

O estudo “Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público”

Metodologia

Constatada a persistência desta lacuna, no âmbito do OPAC — Observatório Português das Atividades Culturais foi lançado em 2019 o estudo “Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público”.

A metodologia é quantitativa, de inquérito por questionário, autoadministração, com preenchimento em plataforma *online* (Qualtrics) com convite a participação por *email* dirigido aos responsáveis dos MN. A periodicidade é anual. Os resultados podem ser atualizados retrospectivamente com a inclusão de novos registos (MN que não responderam nas edições anteriores) e de novos dados (por não resposta ou revisão das respostas posteriormente à submissão do questionário).

O período de recolha de dados referentes a 2019 decorreu entre 17 de abril e 17 de junho de 2020. Os MN foram inquiridos sobre a situação quanto a visitas, regime de abertura, controlo de visitantes, número de visitantes por modalidade de entrada, por nacionalidade, por grupos escolares e em visitas guiadas, e sobre os recursos humanos.

Apesar de a aplicação ter decorrido em pleno estado de emergência, devido à pandemia COVID-19, e de todas as dificuldades que daí advieram, foi possível, mesmo assim, recolher os dados num período de tempo relativamente curto. A aplicação do questionário foi complementada com contactos com responsáveis e técnicos dos MN, o que se verificou em 60% do universo.

A metodologia quantitativa do inquérito é complementada com o recurso a fontes documentais, estatísticas e legislativas, emanadas das políticas públicas neste domínio, considerando também uma perspetiva histórica.

A boa receção do estudo por parte dos responsáveis dos MN, que cedo reconheceram a sua relevância, foi o garante do sucesso da aplicação inicial e da sua repetição. Apesar disso importa ter presente limitações e dificuldades do estudo. Desde logo a resposta é facultativa (lembre-se que a resposta aos inquéritos do INE é obrigatória). Quanto às matérias inquiridas poderia incluir outras variáveis como as receitas provenientes dos ingressos (que um inquérito do INE com certeza incluiria) mas que se optou por não considerar pelas dificuldades associadas à resposta a este tipo de informação. Quanto ao universo, reconhece-se a sua diversidade e heterogeneidade, o que implica uma seleção criteriosa do património imóvel a inquirir. Por outro lado, uma vez que o processo de classificação é permanente, o universo está sujeito a ser atualizado regularmente. Finalmente, devido a alterações frequentes dos funcionários detentores da informação necessária à resposta afetos aos MN, é necessário multiplicar os contactos diretos, o que se traduz em períodos de recolha de informação relativamente longos, de vários meses.

Os Monumentos Nacionais inquiridos: seleção e bases na análise

Outra questão tem que ver com a seleção dos MN a inquirir, ou seja, aqueles que no universo dos Monumentos Nacionais classificados correspondem aos critérios do estudo. A partir das categorias definidas pelo grupo ESSnet-Culture, este estudo refere-se aos sítios/locais históricos, não abrangendo os sítios arqueológicos, museus e património imaterial. Como acima referido, o universo dos MN como tal classificados eram, em 2019, 826. Contudo, apenas uma pequena parte deste número é objeto do inquérito. Importa detalhar o processo que levou à construção da amostra do IMNP constituída por 236 MN.

Esse processo de construção é desde logo conceptual. Incluiu um trabalho de seleção realizado na fase inicial do estudo, em 2019, a partir da base de dados do património imóvel classificado da DGPC e das Regiões Autónomas: primeiro selecionando a categoria de Monumento Nacional; depois aplicando a este subconjunto diversos critérios de seleção, de acordo com os objetivos do estudo que é, lembre-se, obter informação sobre a visita aos MN.

Foram, desde logo, excluídas categorias de MN que não são visitáveis ou que, sendo, não têm forma de controlo dos visitantes: arquitetura civil (aqueduto, arco, ascensor, cerca, chafariz, conjunto, elevador, fachada, fontanário, fonte, janela, jardim, lápide, marco, padrão, pelourinho, piscina, ponte, praça); arquitetura militar (muralha e porta); arquitetura mista (centro histórico e conjunto); arquitetura religiosa (cruzeiro e portal); e outras categorias (paisagens culturais, terreiros de batalhas ou centros históricos).

Tabela 1 Monumentos Nacionais inquiridos por ano

MN observados	2018		2019	
	n	%	n	%
Inquiridos	236		179	
Responderam (% de inquiridos)	183	77,5	179	100,0
Dos que responderam				
Encerrados ao público	7	3,8	12	6,7
Não visitáveis	4	2,2	1	0,6
Visitáveis (base da análise)	172	94,0	166	92,7

Fonte: OPAC, IMNP.

Seguidamente foram tomadas outras opções de modo a evitar sobreposições com outros inquéritos (por exemplo o Inquérito aos Museus do INE). Assim, para se chegar ao universo do estudo, foram ainda excluídos os MN que:

- Têm função museológica;
- Não têm função de visitação;
- Não disponibilizam qualquer informação sobre acesso público.

Na aplicação inicial, ainda numa fase de caracterização e seleção, foram inquiridos 236 MN. Na de 2020 foram inquiridos os MN que na edição anterior referiram ser visitáveis ou, ainda que visitáveis, estavam encerrados ao público, num total de 179 (Tabela 1). Nesta aplicação a taxa de resposta foi de 100% (na aplicação anterior foi de 78%). Deste conjunto, 12 MN informaram estar encerrados ao público devido a obras em curso ou à necessidade de as realizar (mais cinco casos do que em 2018) e um MN passou a não visitável. Assim, os resultados a seguir apresentados reportam-se a 172 (para o ano de 2018) e a 166 (no ano de 2019) MN visitáveis.

Em termos de respostas obtidas verifica-se que a amostra, quer a de 2018, quer a de 2019, mantém-se relativamente estável, apresentando apenas um aumento ligeiro no caso dos MN que encerraram ao público por motivos de realização de obras, ou porque delas necessitam.

Resultados

A exposição dos resultados faz-se inicialmente com a caracterização dos MN inquiridos em comparação com os classificados quanto à distribuição geográfica, categoria, regime de abertura, gestão e recursos humanos. Apresentam-se depois os resultados quanto aos visitantes.

Os Monumentos Nacionais visitáveis

De acordo com os dados do INE (2020), os 826 MN distribuem-se por todo o território nacional, com maior incidência na região Norte, e menor na região dos Açores. No caso dos MN inquiridos no âmbito deste estudo constata-se que seguem, de um modo geral, a distribuição dos dados do INE, estando situados em praticamente todas as regiões do território nacional (Figura 1). Por região, verifica-se a maior incidência no Norte (quatro em cada dez MN) e a menor no Algarve e Madeira, com 4% e 1%, respetivamente. Os Açores mantêm-se como a região sem qualquer resposta obtida (o único MN inquirido não respondeu). Comparativamente com 2018, os dados referentes a 2019 têm a mesma distribuição percentual, apenas com pequenas oscilações, entre elas a quebra de um ponto percentual no Alentejo.

O IMNP permitiu ainda recolher informação mais desenvolvida sobre os MN, sobretudo no que diz respeito aos tipos arquitetónicos. A tipologia arquitetónica demonstra ter relevância para questões de uso e acesso público, tendo em conta, por exemplo, que os bens de arquitetura civil são compostos por uma plêiade muito heterogénea de imóveis, que incluem bens que não têm um acesso controlado (*e.g.* pelourinhos, marcos de propriedade, pontes).

Os MN de arquitetura religiosa são majoritários (58%), a que se seguem os de arquitetura militar (31%). Estas duas categorias representam em conjunto nove em cada dez monumentos (Figura 2). Com menor expressão situam-se os de arquitetura civil (8%) e mista (1%). É possível relacionar a menor incidência de MN visitáveis de arquitetura civil com regimes de propriedade e/ou gestão, sobretudo com os conjuntos monumentais e palacianos, detidos por proprietários privados, ainda sem uma lógica de acesso público, ou ainda com lógicas de acesso centradas em projetos de natureza turísticas (unidades hoteleiras), ou mesmo em estado de conservação que não permite um acesso público.

Verifica-se que mais de um terço dos MN abriram ao público já no século XXI (Figura 3), dos quais 61% de tutela pública (*e.* destes, mais de metade municipais), o que mostra bem o impacto do investimento realizado pelo Estado (central e local) na valorização do património imóvel, como atrás se referiu. De acordo com a aplicação de 2020 do IMNP, na década de 2010 a 2019, 76% dos MN tiveram obras de beneficiação (*e.g.* conservação e restauro, requalificação, acessibilidades). É também nesta década que se regista a maior percentagem de aberturas ao público (24%). Mais recentemente evidencia-se o forte aumento do número de MN abertos à fruição, não só das populações locais como também dos turistas (nacionais e estrangeiros), o que explica, por via da oferta, os acréscimos registados nos números de visitantes que o presente inquérito revela. De referir ainda que um pouco mais



Figura 1 Distribuição geográfica dos Monumentos Nacionais visitáveis (2019)

Monumentos Nacionais por região (NUTS II)
n = 166.

Fonte: OPAC, IMNP.

de um quarto dos monumentos não mencionou qual o ano de abertura, o que pode dar conta da dificuldade em datar essa ocorrência, eventualmente por ser relativamente antiga e não ter sido fixada.

Uma análise à informação recolhida sobre a gestão permite identificar que predominam os MN geridos por entidades do setor público (57%). Seguem-se os geridos pelo setor privado (42%) e só muito residualmente (2%) foram assinaladas entidades de gestão mistas. Estes resultados estão também em linha com os dados que referem a prevalência da propriedade pública nos bens classificados no âmbito nacional (Bernardes et al., 2014).

No que diz respeito às entidades de gestão, verifica-se que a Igreja Católica assume a parte substancial dos MN (um terço dos casos), a que se segue o

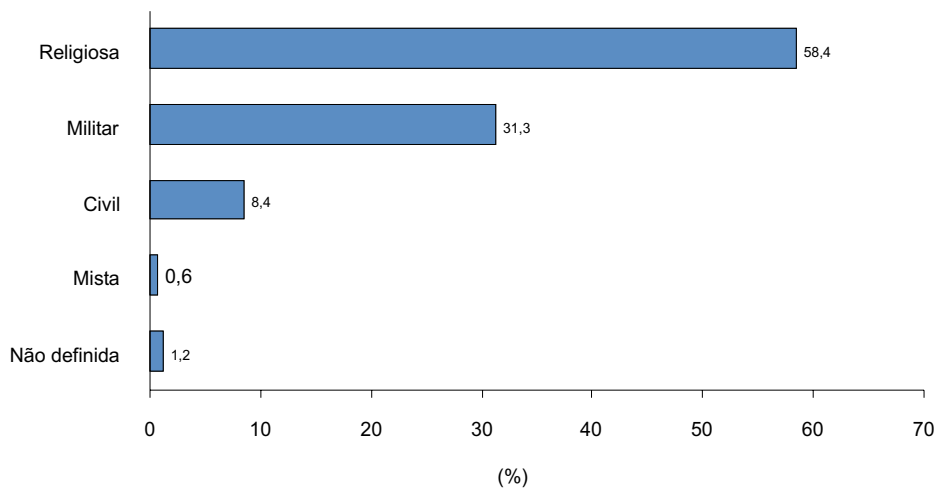


Figura 2 Categoria de arquitetura dos Monumentos Nacionais (2019)

n = 166.

Fonte: OPAC, IMNP.

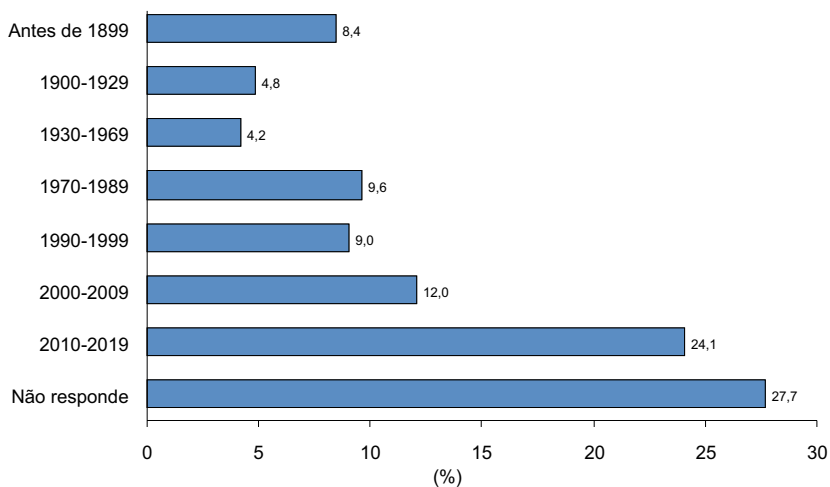


Figura 3 Ano de abertura dos Monumentos Nacionais (2019)

n = 166.

Fonte: OPAC, IMNP.

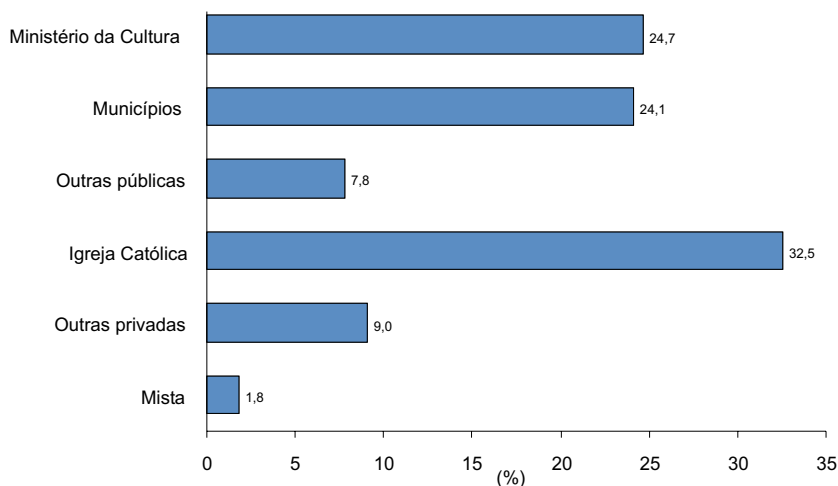


Figura 4 Entidade de gestão dos Monumentos Nacionais (2019)

n = 166.

Fonte: OPAC, IMNP.

Ministério da Cultura e os municípios (câmara municipais e empresas municipais) com 25% e 24%, respetivamente (Figura 4). No setor público identificam-se ainda outras entidades, nomeadamente o Ministério da Defesa, empresas públicas, universidades e o Governo Regional da Madeira através da Direção Regional de Cultura. No caso do setor privado, a gestão dos MN é ainda repartida por fundações, misericórdias, associações e também empresas privadas lucrativas.

Do ponto de vista da abertura ao público, o regime de acesso permanente é o mais comum (73%), seguindo-se a abertura esporádica (19%) e o acesso livre (7%), testemunhando a opção largamente maioritária, e a crescer, por um regime permanente de abertura, ao que se associa o crescimento da opção por uma modalidade de entrada paga, como se verifica em três quartos dos MN, no ano de 2019. Os MN com modalidade de entrada gratuita corresponderam, em 2019, a 25%, representando este valor a uma descida face ao praticado no ano de 2018 (menos três pontos percentuais). O facto de a maioria dos MN ter modalidade de entrada paga, parece reconhecer a capacidade para gerar recursos financeiros na qual o setor do turismo será um dos principais responsáveis (Neves, Macedo, Santos & Miranda, 2020).

Em termos de recursos humanos, em 2019, o número de pessoas ao serviço nos MN totalizava 1.551 e o número de pessoas no quadro 807, representando estes 52%

do total dos recursos humanos. No entanto, quando comparado com 2018, observa-se, por um lado, um aumento de pessoas ao serviço (mais 13 pontos percentuais) mas, por outro lado, uma redução de pessoal nos quadros (menos cinco pontos percentuais), o que parece demonstrar que a operação nos MN tem recorrido a colaboradores que se enquadram em categorias várias, sem vínculo contratual, como voluntários, bolsеiros e estagiários. Note-se que uma parte importante dos MN não tem funcionários no seu quadro de pessoal, ou não tem de todo quadro de pessoal (isso verifica-se em cerca de um terço), sendo o seu funcionamento assegurado por pessoal não contratado, ou sem vínculo com a entidade que gere o MN.

Os visitantes

Para a dimensão dos visitantes foram recolhidos dados que remontam ao ano de 2017. Desta forma, é já possível analisar a sua evolução numa série cronológica de três anos. As respostas obtidas totalizam, em qualquer dos anos observados, mais de 11 milhões de entradas. Em termos de evolução, no período em análise verifica-se um crescimento efetivo (mais 13%) de 11,2 milhões em 2017 para 12,7 milhões de visitantes em 2019, ano em que se atinge o valor mais elevado da série (Figura 5). Para este aumento de visitantes contribuíram de forma expressiva os estrangeiros (são sempre mais de 68% do total) que apresentam números absolutos muito elevados, acima dos 7,8 milhões, que sobe para 8,9 milhões no ano de 2019. Percentualmente, os visitantes nacionais são os que mais crescem (mais 20%). A conhecida ligação das procuras turísticas ao património cultural resulta evidente desta análise.

A ligação com o setor do turismo também se manifesta no crescimento do volume de entradas pagas, claramente maioritárias, e ainda no tipo de entradas e visitas efetuadas, com o baixo peso (esperado, mas ainda assim relativamente significativo) e em queda, das visitas em MN com entrada exclusivamente por visita orientada, um reflexo de opções de fruição dos MN, mais direcionadas para acomodar volumes mais elevados de visitantes. Por outro lado, o valor residual, e em queda, de visitas de grupos escolares é um elemento que deve ser tomado em conta, numa reflexão que pretende contribuir para uma melhor relação do património imóvel com o sistema educativo.

Na modalidade das entradas gratuitas, o valor de 2019 mantém-se relativamente acima ao de 2017. No entanto, regista uma quebra face ao valor mais elevado registado em 2018 (1,8 milhões).

O número de visitantes que acede a MN geridos por entidades do setor público é significativamente mais elevado do que nos geridos por entidades privadas (64% contra 35%) (Tabela 2). Os MN tutelados pelo Ministério da Cultura são os

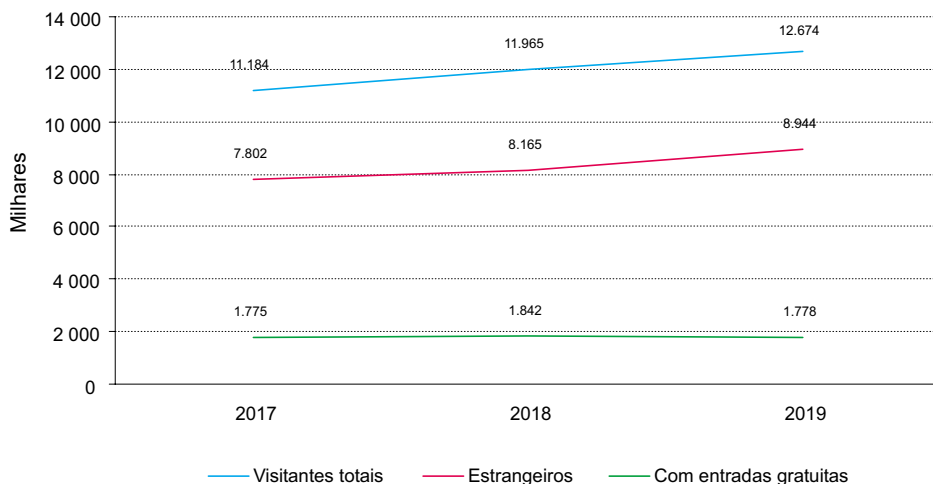


Figura 5 Visitantes dos Monumentos Nacionais (2017-2019)

n = 119.

Fonte: OPAC, IMNP.

que registam mais entradas, abrangendo 30% do total. Seguem-se os MN tutelados e/ou geridos pela Igreja Católica (26%) e pelos municípios (24%). Para o ano de 2019 destaca-se, por um lado, o forte crescimento do volume de entradas nos MN da Igreja Católica (mais 63%) e, por outro lado, a ligeira quebra nos do Ministério da Cultura (menos 5%).

Em conjunto, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a região Norte receberam em 2019 a maioria dos visitantes (8,5 milhões ou 67% do número total de visitantes) como se pode verificar pela Tabela 3. A região Centro contabilizou 20% de visitantes, o Alentejo e o Algarve significam em conjunto 14%.

Tendo por base comparativa o ano de 2017 verifica-se uma ligeira quebra (menos quatro pontos percentuais) nos visitantes dos MN localizados na AML, sendo significativo que, apesar desta região representar pouco mais de 8% do número total de MN, capte mais de um terço dos visitantes (34%, como referido). Em sentido inverso constata-se, em 2019, um forte crescimento de visitantes nos MN na região Norte, de 50% face a 2017. Nesta região os MN são 43% do total e captaram um terço dos visitantes totais (33%).

As repostas obtidas demonstram uma elevada concentração do volume de visitantes num número muito reduzido de MN, a que não será estranha a realidade turística em algumas regiões, e em concreto na cidade de Lisboa, potenciadora do

Tabela 2 Visitantes dos Monumentos Nacionais por entidade de gestão (2019)

Entidade de gestão	n	%
Ministério da Cultura	3 849 957	30,4
Municípios	3 037 855	24,0
Outras públicas	1 256 817	9,9
Igreja Católica	3 340 548	26,4
Outras privadas	1 059 311	8,4
Misto	129 874	1,0
Total	12 674 362	100,0

n = 119.

Fonte: OPAC, IMNP.

Tabela 3 Visitantes dos Monumentos Nacionais por região (2019)

Região	n	%
Norte	4 178 415	33,0
Centro	2 474 630	19,5
Área Metropolitana de Lisboa	4 308 850	34,0
Alentejo	929 458	7,3
Algarve	783 009	6,2
Açores	-	-
Madeira	0	0,0
Total	12 674 362	100,0

n = 119.

Fonte: OPAC, IMNP.

Tabela 4 Classificação dos Monumentos Nacionais quanto ao volume de ingressos (2019)

Volume de ingressos	n	%
Muito grande	5	4,2
Grande	19	16,1
Pequeno	41	34,7
Muito pequeno	53	44,9
Total	118	100,0

Legenda: Muito Grande, mais de 500 mil; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil; Muito Pequeno, menos de 9,9 mil.

Fonte: OPAC, IMNP.

aumento de visitantes. Na região Norte, investimentos como, por exemplo, a Rota do Românico¹⁷ (na conservação e valorização), apoiados por fundos europeus, com a abertura ao público nos últimos 10 anos de 22 MN, ajuda a explicar a evolução verificada nessa região, para além de nela se situarem dois dos cinco MN com maior número de visitantes (Torre dos Clérigos e Catedral do Porto), sendo que os

outros três se localizam na AML (Castelo de São Jorge, Castelo dos Mouros e Mosteiro dos Jerónimos).

Com base na dinâmica de visita, foi ainda possível, com recurso à construção de escalões quantitativos, classificar os MN segundo o volume de ingressos: Muito Grande, os MN com mais de 500 mil visitantes/ano; Grande, entre 100 mil e 499,9 mil visitantes/ano; Pequeno, entre 10 mil e 99,9 mil visitantes/ano; Muito Pequeno, menos de 9,9 mil visitantes/ano.

Esta classificação dos MN permite dar conta da maior concentração dos MN no escalão mais baixo (Muito pequeno, com 45%). Se se considerar também o escalão Pequeno, em conjunto representam 80% (Tabela 4).

Discussão de resultados

A possibilidade da existência de dados estatísticos sobre visitantes, recolhidos regular e sistematicamente, para o domínio do património cultural imóvel, é demonstrada pelo estudo que se apresenta neste artigo. Por um lado, esta recolha e sua subsequente divulgação, permitem consolidar a necessidade da constituição de indicadores nacionais relativamente ao acesso ao património cultural, assim reconhecida pelos interlocutores — responsáveis e/ou técnicos dos MN — em face da elevada e continuada participação no inquérito por parte de um número significativo de MN visitáveis, incluindo aqueles com maior procura. A constituição, através do IMNP, de uma rede muito recetiva e colaborativa de interlocutores, permite, e aconselha, a continuidade numa base anual deste estudo focado na valorização e na perspetiva do acesso e fruição dos MN.

Assim, os resultados destacam-se, desde logo, pela elevada participação das entidades inquiridas elegíveis (100% de respostas na aplicação de 2020), confirmando a disponibilidade por parte dos responsáveis, em contribuir, não só para o conhecimento nacional desta importante vertente patrimonial.

A contribuição significativa do IMNP para o conhecimento sobre o acesso e fruição dos MN, vem colmatar a ausência de dados estatísticos oficiais para o domínio do património cultural imóvel. É um estudo precursor de um sistema de recolha e divulgação de informação como recomendado pelo Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística (Neves, 2010) e, mais recentemente, no relatório final do Grupo de Projeto Museus no Futuro (Camacho, 2021).

Através de fontes primárias, o IMNP contribui para a compreensão de uma realidade muito heterogênea, em termos de tipologia arquitetónica, propriedade,

17 Para mais informação ver <https://www.rotadoromanico.com/pt/>

gestão e acesso público, procurando assim colmatar as limitações até agora existentes nos dados conhecidos, acrescentando Portugal ao rol dos países com esta informação. De facto, no plano internacional, são vários os países que já dispõem de informação neste domínio. No Reino Unido um conjunto de indicadores para o património cultural é produzido desde 2002, através do programa Heritage Counts (incluindo números de visitantes), e os inquéritos anuais de visitantes às atrações visitáveis iniciaram em 1998. No ano de 2019, registou-se para uma amostra de 674 sítios históricos, um total de 74,5 milhões de visitantes (BVA BDRC, 2020). No caso francês, no ano de 2019, os sítios históricos geridos pelo Centre des Monuments Nationaux (CMN) apresentaram valores de visitantes na casa dos 10 milhões (CMN [Centre des Monuments Nationaux], 2020), mas apenas no conjunto gerido pelo CMN (cerca de 100 sítios). Aqui, a denominação “Monumento Nacional” está mais relacionada com uma questão da sua tutela do que com uma categoria de classificação (Code du Patrimoine, 2018, Livre VI — *Monuments Historique, Sites Patrimoniaux Remarquables et Qualité Architecturale*)¹⁸. Em Espanha são disponibilizados dados de visitantes para os sítios tutelados pelo Patrimonio Nacional, um conjunto de 24 Palácios, Mosteiros, Conventos Reais e edifícios, abertos para visita, bens do Estado espanhol, que procedem do legado da Coroa e que em 2019 foram visitados por cerca de 3,4 milhões de pessoas (Patrimonio Nacional, 2019). Contudo, apenas representam uma parte do conjunto patrimonial espanhol, composto por cerca de 17 mil bens de interesse cultural (Ministerio de Cultura y Deporte, 2020). Relativamente a 2019, o *Anuario de Estadísticas Culturales*, indica os visitantes de monumentos e sítios arqueológicos em percentagem dos segmentos populacionais, mas não refere números absolutos (Ministerio de Cultura y Deporte, 2020).

Reconhece-se, contudo, que a comparabilidade com outras realidades nacionais, fundamental em todos os domínios culturais, revela-se de enorme dificuldade devido à especificidade dos sistemas de cada país, o que sugere um longo caminho a desbravar no espaço da União Europeia. Contudo, uma coisa são as dificuldades de harmonização e comparabilidade — veja-se o caso dos museus, com os trabalhos do EGMUS (Hagedorn-Saupe & Ermert, 2004) — outra a inexistência de informação nacional, o que significa, à partida, a exclusão de Portugal desses processos. O IMNP constitui, também deste ponto de vista, um contributo para o debate no espaço europeu sobre as estatísticas do património. Constitui ainda um novo contributo da sociologia para a reflexão em torno das estatísticas nacionais (J. M. T.

18 “Código do Património, Livro VI — *Monumentos Históricos, Sítios Patrimoniais Notáveis e Qualidade Arquitectónica*” (tradução dos autores). O Código do Património é a recolha de legislação e de jurisprudência relativas ao património cultural em França. Foi promulgado em 2004.

Lopes, 1998; Neves, 2020), da fonte administrativa na análise dos públicos da cultura em Portugal (Santos, 2002).

O universo analisado, manifesta neste estudo a sua importância. Desde logo pelo número de visitantes: os Monumentos Nacionais em Portugal registaram mais de 12 milhões de ingressos no ano de 2019, sendo já possível estabelecer uma leitura comparativa com outro dos subdomínios do património cultural em Portugal, os Museus, que receberam nesse ano 19,8 milhões de visitantes (INE, 2020). Os impactos que daqui decorrem poderão contribuir para a discussão em torno da problemática do valor económico e social do património cultural, no plano do debate nacional e internacional (Gonçalves et al., 2020; Greffe, 2003; Historic England, 2019), na dupla perspetiva da oferta e da procura, em que se entrecruzam agentes variados, desde as comunidades locais, o Estado (aos vários níveis administrativos), os proprietários, as empresas e as associações demonstrando a relevância das políticas direcionadas para o conhecimento e valorização destes bens culturais.

A ligação com o turismo não se pode dissociar da análise dos resultados do IMNP e este constitui também um novo contributo da sociologia para a reflexão das relações deste domínio com o turismo (Fortuna, 2012; Lima & Reis, 2001; Silva, 2014; Silva et al., 2013). Regimes de abertura permanente dos MN surgem como resposta às procuras turísticas e também às tendências do setor. No primeiro caso, verifica-se o crescimento exponencial de número de visitantes em MN localizados em áreas de grande atração turística, posicionando-se estes como uma outra atração que se oferece ao turista. No que concerne a novas tendências, a procura de outras formas com características menos massificadas, tem também expressão no aumento de MN que se enquadram nos escalões baixos volumes de visitantes (termo que, como fica claro ao longo do texto, não é sinónimo de pessoas individuais, mas sim de entradas ou ingressos-uma mesma pessoa é contada tantas vezes quantas as vezes que ingressar num dos MN inquiridos). Em regiões de menor densidade populacional (e de oferta cultural), e com menor atratividade turística, os MN mantêm-se abertos de uma forma permanente, embora com menos visitantes, posicionando-se enquanto elementos interessantes para dinâmicas regionais e locais. O impacto do turismo no património cultural em Portugal significa também uma maior preocupação com controlo de visitantes, incluindo a nacionalidade. Qual, efetivamente a atratividade do património cultural e de que forma as várias regiões têm utilizado este elemento nas suas estratégias de desenvolvimento? A evidência aportada pelo IMNP, relativamente aos MN de Portugal, indica uma tendência de descentralização dos significados do património. Ou seja, o fator *local com grande capacidade de atração*, embora seja verificado no IMNP como relevante para o

indicador de volume de visitantes, não é exclusivo, com a existência de movimentos de visita de alguma relevância em locais com menor densidade, quer populacional, quer turística, consolidando-se o património como um importante recurso de território. Por exemplo, é de referir que o esforço de algumas entidades privadas, sobretudo a Igreja Católica, na captação de mais visitantes, e consolidação da sua função cultural, permite reforçar conclusões sobre o papel de atração que o património cultural exerce no território nacional.

O estudo traz contributos também para a questão do funcionamento do património cultural imóvel, matizando as questões sobre a relação entre a oferta, a procura e a tutela. O comportamento dos MN é muito semelhante quer os sítios sejam tutelados por entidades públicas, quer privadas, com aproximações claras em termos de condições de acesso, testemunhando uma prática comum, embora não concertada, que reside na adoção de regimes permanentes de abertura. Não existindo um modelo de organização e funcionamento em rede (mais uma vez recorrendo ao exemplo dos museus e da Rede Portuguesa de Museus), as perspetivas de fruição dos MN são semelhantes, e a sua atuação demonstra uma coerência bastante significativa entre estes, independentemente da sua tutela e/ou gestão, embora com algumas diferenças, derivadas, sobretudo, dos enquadramentos territoriais e da maior relação com o setor do turismo. Mesmo sem uma indicação geral referente a uma atuação em termos de políticas patrimoniais, como acontece no exemplo nos Museus, os MN encontram formas semelhantes de responder às necessidades da sua demanda e têm compreendido a necessidade de definirem alguns critérios de medição.

Conclusão

A ausência prolongada de estatísticas nacionais sobre o património cultural imóvel, que permita aferir a evolução do volume das procuras, sugeria que se tratava de um domínio avesso à sua medição. Se isso pode ser assim para o conjunto do património classificado, muito heterogéneo de vários pontos de vista, e mesmo para o conjunto dos Monumentos Nacionais — seja porque o acesso é público mas não controlado ou porque simplesmente não está acessível para visita — com o IMNP fica patente que uma parte relevante, constituída pelos Monumentos Nacionais visitáveis, pode, e deve, ser objeto de inquérito regular, tal como acontece com outros equipamentos e atividades culturais (museus, teatros, cinema, etc.). Como sucedeu com esses equipamentos, trata-se de definir métodos e de criar mecanismos de recolha e divulgação de informação adequados. Com isso valoriza-se o trabalho das respetivas equipas e a sua função cultural, apoia-se a gestão do património, permite-se a comparação entre

equipamentos e entre realidades territoriais, contribui-se para informar as políticas culturais, públicas e privadas, e dota-se o país de dados capazes de contribuir para abordagens analíticas sobre este domínio em diversos planos.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alves, A. N. (2009). *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/2401>
- André, I., & Vale, M. (Coord.) (2014). *Fundos Estruturais e Cultura no Período de 2000-2020*. SEC/GEPAC.
- Bernardes, J. P., Oliveira, L. F., Moreira, R., & Valente, T. (2014). Património Cultural Edificado. Reflexões em torno da gestão do Património Classificado. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2(2), 34-52.
- Bina, V., Chantepie, P., Derooin, V., Frank, G., Kommel, K., Kotynek, J., & Robin, P. (2012). *ESSnet-Culture Final Report*. Eurostat.
- Bollo, A., Dal Pozzolo, L., Di Frederico, E., & Gordon, C. (2012). *Measuring Cultural Participation*. UNESCO-UIS. <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/measuring-cultural-participation-2009-unesco-framework-for-cultural-statistics-handbook-2-2012-en.pdf>
- BVA BDRC. (2020). *Visitor Attractions Trends in England 2019 – Annual Report for Heritage Counts Prepared for Historic England*. <https://historicengland.org.uk/content/heritage-counts/pub/2020/visitor-attractions-trends-england-2019/>
- Calado, L., Leite, J., & Pereira, P. (1997). O Património Construído e o Ministério da Cultura. In P. Pereira (Coord.), *Intervenções no Património 1995-2000*. Nova Política (pp. 27-49). MC/IPPAR.
- Camacho, C. F. (Coord.) (2021). *Grupo de Projeto Museus no Futuro: Relatório Final*. Direção-Geral do Património Cultural.
- CMN, Centre des Monuments Nationaux. (s.d.). *Centre des Monuments Nationaux – Page d'accueil*. Consultado em 4 de julho de 2021. <https://www.monuments-nationaux.fr/>
- CMN, Centre des Monuments Nationaux. (2020, 7 janvier). 9 971 000 visites dans les monuments nationaux en 2019. [Communiqué de presse]. <https://presse.monuments-nationaux.fr/view/pdf/8365542>
- Code du Patrimoine (2018). *Edition 2018*. Legifrance.

- Custódio, J. (2010). A obra patrimonial da Primeira República. In J. Custódio (Coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 85-104). IGESPAR.
- Decreto de 30 de dezembro de 1901. (1902). Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais. *Diário do Governo*, 153, de 12 de julho de 1902.
- Decreto de 16 de junho de 1910. (1910). Classificação dos Monumentos Nacionais. *Diário do Governo*, 135, de 23 de junho de 1910.
- Decreto n.º 20:985, de 7 de março, do Ministério da Instrução Pública. (1932). Regula a guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas. *Diário da República*, 1.ª série, 56, 431-436.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, do Ministério da Cultura. (2009). Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. *Diário da República*, 1.ª série, 206, 7975-7987.
- Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros. (2012). Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural. *Diário da República*, 1.ª série, 102, 2772-2777.
- Department for Digital, Culture, Media and Sport. (2021). *Taking Part Survey*. <https://www.gov.uk/government/statistical-data-sets/taking-part-survey-ad-hoc-statistical-releases>
- DGPC, Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Museus e Monumentos – Estatísticas*. Consultado em 4 de julho de 2021. <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/>
- Donnat, O. (1994). Qui fréquente les musées? *La Lettre de L'OCIM. Musée, Patrimoine et Culture Scientifiques et Techniques*, 35(4), 16-23. http://doc.ocim.fr/opac_css/index.php?lvl=bulletin_display&id=655
- Eurobarometer. (2017). *Cultural Heritage. Special Eurobarometer 466*. Directorate-General for Communication https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S2150_88_1_466_ENG
- Eurostat, European Statistical Office. (2007). *Cultural Statistics*. European Communities.
- Fortuna, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (97), 23-40.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, J. S., Gomes, R. T., Martinho, T. D., & Borges, V. (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. SEC/GTEC.
- Gonçalves, C. V., Carvalho, J. M. L de, & Tavares, J. (2020). *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Fundação Millennium Bcp.
- Grefe, X. (2003). *La valorisation économique du patrimoine*. Ministère de la culture, Département des Etudes de la Prospective et des Statistiques (DEPS).

- Hagedom-Saupe, M., & Ermert, A. (Eds.). (2004). *A Guide to European Museum Statistics*. EGMUS.
- Historic England. (2019). *Heritage and the Economy*.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (1987). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1986*.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (1998). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1996*.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2008). *Estatísticas da Cultura 2007*.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Estatísticas da Cultura 2019*.
- JO C 460, de 21.12.2018, do Conselho da União Europeia. (2018). Conclusões do Conselho sobre o Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022. *Jornal Oficial da União Europeia*, 12-25.
- LEG-Culture, Leadership Group Culture. (2000). *Cultural Statistics in the EU. Final report of the LEG*. European Commission.
- Lei de 24 de junho de 1912. (1912). Guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos Paços Reais. *Diário do Governo*, 150, de 28 de junho de 1912.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, da Assembleia da República. (2001). Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. *Diário da República*, 1.ª série, 209, 5808-5829.
- Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, da Assembleia da República. (2004). Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. *Diário da República*, 1-Aª série, 195, 5379-5394.
- Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, da Assembleia da República. (2008). Lei do Sistema Estatístico Nacional. *Diário da República*, 1.ª série, 92, 2617-2622.
- Lima, A. V., & Reis, M. (2001). O culto moderno dos monumentos. Os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In M. Gonçalves (Coord.), *O Caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica* (pp. 145-192). Edições 70.
- Lombardo, P., & Wolff, L. (2020). *Cinquante ans de pratiques culturelles en France*. Ministère de la Culture.
<https://www.culture.gouv.fr/Thematiques/Etudes-et-statistiques/Publications/Collections-de-synthese/Culture-etudes-2007-2021/Cinquante-ans-de-pratiques-culturelles-en-France-CE-2020-2>
- Lopes, J. M. T. (1998). As estatísticas na área da cultura: breve reflexão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (26), 121-129.
- Lopes, M. dos S. (2018). *O Património Cultural e o Estado Português. Contributos para a história das instituições oficiais do Estado Português em matéria de Património* [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto da Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7426>
- Martinho, T. D. (2022). Museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte. In J. M. Pais, P. Magalhães, & M. L. Antunes (Coords.), *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses* (pp. 197-233). Imprensa de Ciências Sociais.
- Ministerio de Cultura y Deporte. (2019). *Encuesta de Hábitos y Prácticas Culturales 2018-2019*. Ministério de Cultura y Deporte.

- Ministerio de Cultura y Deporte. (2020). *Estadística 2020 Anuario de Estadísticas Culturales*. Secretaria General Técnica do MCUD.
- National Endowment for the Arts. (2019). *U.S. Patterns of Arts Participation: A Full Report from the 2017 Survey of Public Participation in the Arts*.
- Neves, J. S. (2000). *Despesas dos Municípios com Cultura*. OAC.
- Neves, J. S. (2007). *Súmula da 12ª Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) Sector Património – 6.12.2007 (DOCT/2267/CSE/DSFA)*.
- Neves, J. S. (2008). *Súmula da 18ª Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) Património – 17.11.2008. (DOCT/2567/CSE/S)*.
- Neves, J. S. (2010). *Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC): Relatório Final de Actividades 2010 (GTEC/2916/CSE/S)*.
- Neves, J. S. (2020). Políticas culturais e infraestruturas de pesquisa: o caso português. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (24), 64-84.
<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2020.24.3>
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Lima, M. J., Santos, J., & Miranda, A. P. (2020). *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19 – Relatório*. Observatório Português das Atividades Culturais & CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., & Santos, J. (2020). Cultural heritage Valorisation and the Public access to National Monuments. In R. Amoêda, S. Lira, & C. Pinheiro (Eds.), *Heritage 2020. Proceedings of the 7th International Conference on Heritage and Sustainable Development, Coimbra, Portugal* (Vol. 1, pp. 27-37). Green Lines Institute for Sustainable Development.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Santos, J., & Miranda, A. P. (2020). *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público – Primeiros Resultados*. Observatório Português das Atividades Culturais & CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Santos, J., & Lima, M. J. (2012). *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2010*. OAC & GEPAC/SEC.
- Neves, J. S., Santos, J., Lima, M. J., & Ribeiro, N. (2019). *Públicos do Museu Nacional do Traje*. DGPC.
- Ortigão, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. António Maria Pereira Livreiro-Editor.
- Pais, J. M., Magalhães, P., & Antunes, M. L. (Coords.) (2022). *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Património Nacional. (2019). *Memoria de Actividades 2019*.
- Portaria de 27 de fevereiro de 1894. (1894). Regulamento da comissão dos monumentos nacionais. *Diário do Governo*, 46, de 28 de fevereiro de 1894.
- Rosas, L. (1995). *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto].
- Roselló, A. L., González, J. B., & Bertran, X. U. (2021). *Metodologías para el Recuento de Visitantes*. Trea.
- Santos, M. L. L. dos (Coord.) (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Observatório das Atividades Culturais.

- Santos, M. L. L. dos (Coord.) (2002). *Públicos do Porto 2002*. Observatório das Actividades Culturais.
- Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2018). *Visitar Museus e Monumentos: Um Estudo Piloto de Fatores Motivacionais*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2020). Experiências de visita em museus: motivações e percepções. In J. S. Neves, & C. F. Camacho (Orgs.), *Nos 50 Anos de L'Amour de L'Art: Dúvidas, Críticas e Desafios* (pp. 59-78). Mundos Sociais.
- Silva, A. S. (2014). A democracia portuguesa face ao património cultural. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, 13, 11-32.
- Silva, A. S., Babo, E. P., & Guerra, P. (2013). Cultural policies and local development: The Portuguese case. *Portuguese Journal of Social Science*, 12(2), 113-131.

Data de submissão: 05/07/2021 | **Data de aceitação:** 14/11/2022



O QUE PODE A SOCIOLOGIA DIZER SOBRE ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS?

Um estudo sobre herança mineira, identidades locais coletivas e histórias orais

WHAT CAN SOCIOLOGY SAY ABOUT FORMER MINING AREAS?

A study on mining heritage, collective local identities and oral stories

João Teixeira Lopes

FUNÇÕES: Concetualização, Aquisição de financiamento, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. 4150-564 Porto, Portugal

E-mail: jmteixeiralopes@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-7411>

Rita Correia Madeira

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal

E-mail: ritacmadeira99@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0527-5903>

Sandra Mendes Couto

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. 4150-564 Porto, Portugal

E-mail: sandrafmcouto@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0304-0238>

Resumo: O presente artigo expõe os resultados de uma primeira investigação realizada no âmbito do “SHS — Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention” nos concelhos de Arouca e Castelo de Paiva. Adotou-se uma metodologia qualitativa, procurando captar memórias e histórias orais associadas à exploração mineira desenvolvida nestas áreas, analisando, simultaneamente, a perceção do risco.

Os resultados revelam que as minas estão na base da produção e da reatualização de identidades coletivas e de histórias orais, através das quais as pessoas se reconhecem e projetam uma identidade de base local. Por outro lado, apesar de permanecerem ativos alguns riscos, as pessoas tendem a ignorá-los, realizando atividades de turismo e lazer junto às minas desativadas. Tal acontece porque os riscos são geralmente associados ao passado, como consequência do trabalho mineiro. Os dados permitem compreender que ainda que a população reconheça a importância das minas, desejando a sua preservação e patrimonialização, fazem-no com dificuldade em relembrar este período pelas tragédias e dificuldades vividas.

Palavras-chave: exploração mineira, memórias, identidades coletivas, risco.

Abstract: This article presents the results of a first investigation carried out under the “SHS — Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention” in the municipalities

of Arouca and Castelo de Paiva. A qualitative methodology was adopted, seeking to capture oral memories and histories associated with mining developed in these areas, simultaneously analyzing the perception of risk.

The results show that mines are the basis of production and re-updating of collective identities and oral histories, through which people recognize themselves and project a local-based identity. On the other hand, although there are still some active risks, people tend to ignore them, performing tourism and leisure activities near the decommissioned mines. This happens because risks are generally associated with the past as a consequence of the mining work. The data also allows us to understand that while the population recognizes the importance of the mines, desiring their preservation and patrimonialization, they present some hardships in remembering the experienced tragedies and difficulties.

Keywords: mining, memories, collective identities, risk.

Introdução

A memória surge como uma ponte que liga o passado e o presente, sendo comum afirmar que “relembrar é viver duas vezes”. É caracterizada como um fenómeno coletivo e social que sofre flutuações, transformações e mudanças (Pollak, 1992, citado em Silva, 2021). Noutro sentido, é dotada do estatuto de testemunho oral, podendo tornar-se fonte histórica e, ao mesmo tempo, objeto de análise (Pollak, 1989, 1992, citado em Silva, 2021). Assim, estudar as minas de Regoufe (Arouca) e Pejão (Castelo de Paiva) levantou a necessidade de mobilizar a(s) memória(s) numa tentativa de resgate do passado, por um lado, e de preservação das histórias destes territórios, por outro.

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação¹ realizado no âmbito do projeto “SHS – Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention” (NORTE-01-0145-FEDER-000056), cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020 (Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) – “Projetos estruturados de I&D&I” - Horizonte Europa – Aviso NORTE-45-2020-75).

O projeto “SHS – Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention” aborda, tal como se pode ler no *website* do IS-UP ([Instituto de Sociologia da Universidade do Porto], s.d.), incide sobre questões ambientais relacionadas com os resíduos resultantes de atividades de exploração mineira. É um estudo integrado que pretende efetuar uma caracterização dos resíduos mineiros, dos solos e das águas afetados por estas estruturas geológicas

1 Esta investigação foi realizada pela equipa do IS-UP: Leonardo Camargo Ferreira, Rita Correia Madeira e Sandra Filipa Mendes Couto sob a orientação científica do Professor Doutor João Miguel Teixeira Lopes.

para identificar os impactos ambientais e contribuir para a sua mitigação através da avaliação da saúde dos solos e da água. Ao mesmo tempo, pretende avaliar o impacto sociológico associado à exploração dos recursos geológicos e a percepção dos riscos e perigos para a população.

Trata-se, pois, de um projeto multidisciplinar que envolve, além da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), vários parceiros da mesma universidade, tais como: a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), o Instituto de Ciências da Terra (ICT) e o Centro de Investigação em Química da Universidade do Porto (CIQUP/FCUP); a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e o Centro de Recursos Naturais e Ambiente (CERENA); a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP) e o Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade (i2ADS). É uma ocasião, em suma, para “estabelecer sinergias entre as diferentes áreas do saber envolvidas”, garantindo a “partilha, o desenvolvimento e a promoção do conhecimento” (Torres et al., 2022, p. 57).

Relativamente à perspetiva particular da sociologia, o objetivo inicial consistia em abordar a questão do risco nas localidades de Arouca e de Castelo de Paiva, onde se situam, respetivamente, as minas de Regoufe e do Pejão. No entanto, sabendo que, atualmente, os riscos ambientais e de saúde em torno dessas minas são mínimos e que os responsáveis locais colocaram obstáculos a uma análise centrada nessa categoria (uma vez que *i*) o consideravam irrelevante; *ii*) estavam concentrados em reutilizar o legado das minas como recurso de desenvolvimento local; *iii*) tinham receio de reações infundadas de insegurança por parte das populações), optou-se por recentrar um pouco a pesquisa: o foco passou a estar no papel das minas na construção de identidades e memórias coletivas. Neste sentido, e sem descurar totalmente a questão da percepção de risco, pretendeu-se:

- Identificar as percepções e as práticas de risco ambientais e de saúde da comunidade que vive perto da mina de Regoufe e da mina do Pejão;
- Compreender se, em cada um dos casos, a mina pode ser encarada como uma dimensão da identidade local e comunitária da população autóctone;
- Perceber que memórias sobre as mesmas são ativadas;
- Apurar quais as preocupações e planos futuros para as minas, tendo como foco as questões socioambientais.

Destarte, a nossa análise debruça-se essencialmente nas memórias e histórias orais, enquanto fontes históricas, e nas percepções de risco, procurando, assim, captar o impacto — social, cultural, histórico — da exploração mineira nestes territórios.

Enquadramento teórico

A sociedade de risco

Verifica-se que a “revolução industrial transformou um mundo baseado na agricultura, pecuária e manufatura, num mundo industrial de produção em larga escala”, sendo que, com “a chegada da segunda metade do século XX e o advento da sociedade pós-industrial onde a escala de produção e consumo foram multiplicados e elevados a uma escala muito maior”, se potencializaram “os riscos das atividades originadas da evolução tecnológica” (Silveira, 2018, pp. 131-132).

O atual padrão de desenvolvimento (que envolve atividades de mineração e desmatamento, utilização de produtos tóxicos, entre outros) força os limites do planeta Terra e potencia a aceleração de desastres naturais e crises económicas e sociais, salientando o carácter plural do conceito de risco e a multidimensionalidade das suas repercussões (Ferreira, 2022). As consequências são, pois, várias: problemas de saúde (por exemplo, diferentes tipos de cancro ou mesmo transtornos do foro psicológico), crises alimentares e energéticas, especulação financeira, escassez de água e organismos geneticamente modificados (Santos, 2019) cujos vários efeitos na alimentação humana são ainda desconhecidos.

Assim, as sociedades atuais são sociedades de risco(s). Como refere Ulrich Beck (2001), um dos principais cultores do conceito, a *segunda modernidade* radicaliza a primeira, trazendo, ao nível global, um novo tipo de capitalismo, de economia, de sociedade e de vida pessoal, uma vez que proliferam as *consequências imprevistas da ação* humana, que já não podem ser controladas como outrora (através de uma aceleração da complexidade, isto é, do aumento da *diferenciação funcional*). Esta perda de ligação entre meios e fins, causas e efeitos, anula a ilusão de progresso infinito ou a crença ilimitada no cálculo racional.

Giddens (1999/2007) faz uma distinção entre riscos externos, que advêm das fixidades da tradição ou da natureza, e riscos fabricados — que são socialmente criados e se relacionam com o conhecimento crescente que os indivíduos têm sobre o mundo. O autor conclui que vivemos num mundo em que os riscos fabricados por nós enquanto sociedade são tão (ou mais) ameaçadores que os riscos externos. Viver numa era global implica, então, enfrentar vários riscos e as suas conjugações amiúde imprevisíveis.

Areosa (2008) reflete sobre a noção de risco enquanto cenário de incerteza, ainda que seja difícil definir o conceito, já que este oscila mediante o contexto social onde é produzido. O risco depende, ainda, de emoções, sentimentos e percepções. Ele pode ser minimizado, localizado e evitado, mas nunca dissipado totalmente.

Para o mesmo autor, a visão dos atores sociais sobre os riscos a que estão sujeitos é limitada. Efetivamente, “os cidadãos normalmente apresentam carência de conhecimentos teóricos sobre os problemas e agem, frequentemente, na defesa de seu interesse próprio, de sua qualidade de vida e de sua família” (Fernandes et al., 2016, p. 230), ignorando os riscos. Beck (2000, p. 30) fala mesmo de uma “civilização do risco” onde “a vida quotidiana está culturalmente cega” já que “os sentidos anunciam normalidade onde, possivelmente, espreitam ameaças”.

Nem sempre, contudo, a percepção de risco é incorporada nas práticas sociais. Por vezes, as representações sociais dominantes e as projeções identitárias criadas pelos poderes locais geram processos de amnésia social, particularmente quando a conscientização do risco é encarada pelo sistema político, em conluio com as populações, como memória não desejada. Entra-se, assim, no que Beck apelidou de “ir-responsabilidade organizada” (Beck, 2001, p. 236).

Ora, nos nossos casos de estudo, aconteceu, precisamente, este fenómeno de *(des)atenção oblíqua*. Queremos com isto dizer que, por a atividade mineira estar desativada e por as minas se situarem longe das vivências quotidianas, as memórias, resgatadas através dos relatos, selecionaram dimensões do passado, criando um fio narrativo que menospreza os perigos e que, acima de tudo, os quer esquecer.

Na verdade, ao lidarmos com uma (re)construção subjetiva (Pineau & Legend, 2013), mobilizamos histórias que são simultaneamente constituídas (pelas circunstâncias das trajetórias pessoais) e constituintes, ao abrirem novas margens de interpretação sobre o contexto social imediato (do presente). Não será exagerado dizer, então, que os sentidos atribuídos ao passado variam de acordo com as experiências de vida, mas também as posições no espaço social e os interesses de cada agente (Bourdieu, 1993). Ora, tais orientações são igualmente motivadas por uma certa sociologia pragmática, leiga espontânea (a razão prática dos agentes sociais) que tende a maximizar retoricamente os proveitos territoriais pela (re)elaboração da memória, afastando as percepções de risco e enfatizando as potencialidades estratégicas do turismo, novo mantra de desenvolvimento local.

Sociologia, territórios, identidades e memórias coletivas: a importância das histórias orais

As “diferenças socioespaciais condicionam e reflectem-se nas condutas dos indivíduos e na forma como estes interagem entre si”, referia Carmo (2009, p. 259) ao debruçar-se sobre a importância do território e das territorialidades. Na verdade, as populações produzem identidades em torno dos locais onde vivem (Fernandes et al., 2016). Neste sentido, é possível afirmar que a dimensão espacial é imprescindível na análise da realidade social. Tal se justifica pelo facto de não estarmos “perante um

conceito neutro, como se se tratasse de um conceito universal e único para aqueles que o enunciam” (Stoer et al., 2004, p. 117), e sim face a um lugar teórico e empírico que é “determinado pela sua apropriação por parte da comunidade e é, pois, político nesse sentido” (Stoer et al., 2004, p. 117).

Analisar as minas (no caso, de Regoufe e do Pejão) partindo da perspetiva dos atores sociais locais, no sentido de perceber se estas podem ser encaradas como uma dimensão relevante da identidade local e comunitária, implica aceder a memórias e histórias associadas a territórios específicos de forma a compreender como as emoções do passado e do presente moldam a identidade local e coletiva que é transmitida de geração em geração. Na verdade, “cada comunidade herda e reinterpreta diferentemente o seu próprio património tradicional” (Carmo, 2009, p. 276), tornando-se relevante aceder a representações do passado e do presente, garantindo uma dimensão sociohistórica à análise.

A memória, entendida como um conjunto de “construções do presente sobre o passado” (Silva, 2021, p. 223), torna-se, assim, um objeto de análise ao qual podemos aceder através de testemunhos orais (Amado, 1995; Pollak, 1989, 1992, citado em Silva, 2021).

O que distingue a história oral/vivida da história escrita é o facto de a primeira construir um quadro vivo e natural, repleto de linguagens verbais e não verbais, que conserva a imagem do passado a partir do redespertar dos cinco sentidos humanos. Além disso, verifica-se que a recolha de relatos individuais, ou seja, memórias autobiográficas, permite aceder à história coletiva: toda a memória individual está apoiada na memória grupal, todas as histórias de vida fazem parte da história em geral (Halbwachs, 1990).

No caso específico das antigas regiões mineiras, verifica-se que,

mais do que o património industrial, o património mineiro constitui por si só valor identitário e de representatividade. Não só pela especificidade das formas e equipamentos que acompanhavam os processos de extração e que chegaram até nós; também pelas lógicas sociais que o árduo trabalho no subsolo obrigava a estruturar (Ribeiro, s.d., p. 3).

Neste sentido, as minas são um elemento de construção de identidades coletivas e de histórias orais, que caracterizam os territórios e as comunidades e as dinâmicas entre eles.

Metodologia

A abordagem metodológica é de cariz marcadamente qualitativo, uma vez que se pretende analisar a realidade dos atores sociais de forma holística e aprofundada, tendo por base as suas experiências e os significados que atribuem às mesmas (Creswell, 2014). Aceder a representações dos indivíduos sobre o risco e contactar com identidades e memórias coletivas através da história oral implica uma postura metodológica qualitativa ou indutiva, atenta aos fenómenos de comunicação e construção social da realidade e promotora da compreensão da sua profundidade, ainda que sem esquecer as condições materiais e objetivas em que se ancoram as práticas e representações.

Em termos de abordagem epistemológica, o presente trabalho enquadra-se na abordagem que Creswell (2014) denomina de construtivista já que se pretende compreender a realidade social dos indivíduos, valorizando o seu mundo da vida, os aos reportórios de conhecimento que vão tacitamente construindo e partilhando, partindo dos significados subjetivos que se criam e recriam no seio da sua comunidade local, que atua como quadro social e ponto de referência afetivo.

As técnicas de recolha de dados mobilizadas até então foram a análise documental e a entrevista. Relativamente à análise documental, esta serviu para contextualizar os territórios em estudo, recorrendo a informação estatística e a alguns documentos históricos de fontes digitais, a par de documentos estratégicos sobre a orientação política das autarquias. Já sobre as entrevistas, até à data, foram realizadas seis em Arouca e três em Castelo de Paiva, junto de diversos informantes-chave. Foi aplicado um guião flexível, sendo as entrevistas de carácter semiestruturado.

Para tratar e analisar a informação recolhida nas entrevistas procedeu-se à sua transcrição parcial e à interpretação do seu conteúdo, partindo-se de uma grelha de análise temática com várias dimensões e categorias.

No caso de Arouca, além da análise documental e das entrevistas, a equipa do IS-UP, acompanhada por uma profissional da Associação Geoparque Arouca, realizou uma visita às minas de Regoufe. Nesta visita foi possível recolher, de forma mais informal, algumas informações sobre a região e sobre as minas, bem como tirar algumas fotografias do local.

Resultados

O trabalho de investigação realizado até à data permitiu obter alguns resultados que importa aqui apresentar. É de referir que estes advêm da realização das

primeiras aproximações e incursões ao terreno, sendo que o projeto SHS não está ainda terminado.

O concelho de Arouca e as minas de Regoufe

De acordo com dados provisórios dos Censos de 2021 (INE [Instituto Nacional de Estatística], 2022), o concelho de Arouca tem 21 154 habitantes, tendo perdido população relativamente ao ano de 2011 (taxa de variação de -5,4%) — tal como evidenciado na Figura 1. Verifica-se que, ainda comparando a 2011, existem menos jovens e mais idosos no concelho. A população residente é tendencialmente pouco escolarizada, ainda que esta situação pareça estar a inverter-se: o número de indivíduos com o 3.º ciclo, com o secundário/pós-secundário e com o ensino superior está a aumentar. De qualquer modo, em 2021, 14,7% da população residente em Arouca não tinha qualquer nível de escolaridade e 27,9% tinha apenas o 1.º ciclo. Por fim, constata-se que é uma população ligeiramente mais feminizada (Figura 1).

Dados da PORDATA (Fundação Francisco Manuel dos Santos [FFMS], s.d.) revelam que, em 2019, o índice de poder de compra per capita em Arouca estava 27% abaixo da média nacional. Em 2020, de entre a população ativa, 4,2% encontra-se desempregada e inscrita no IEFP. Este valor é ligeiramente abaixo da média nacional; ainda assim, são 566 desempregados inscritos nos centros de emprego por mês. O setor de atividade que concentrava mais trabalhadores em 2020 era o das indústrias transformadoras. Em quarto lugar está o setor do turismo, com 6,4% dos trabalhadores do município. Tal como se pode ler no Plano Estratégico Arouca 2030 (Câmara Municipal de Arouca, 2020, p. 12):

Arouca, em 2019, já não é a Arouca de 1995, o que advém do resultado combinado das políticas e do investimento público com a consolidação de alguns setores económicos, mantendo-se a importância da indústria transformadora e com maior afirmação da construção civil e, sobretudo, das atividades na fileira do turismo (cultural e de natureza).

Arouca é o município da Área Metropolitana do Porto com a 7.ª maior percentagem de empresas neste setor, com 7,3% das empresas. Além disso, entre 2009 e 2019, verificou-se um crescimento de 51,2% no número de empresas não financeiras da área do alojamento, restauração e similares, o que revela a importância do setor (FFMS, s.d.). A relevância do turismo no município é ainda visível no seu Orçamento Municipal para 2022: 9,60% do orçamento é dedicado ao Comércio e Turismo — o que corresponde a 1.492.900 euros para o setor do turismo e apenas 210.200 euros para mercados e feiras.

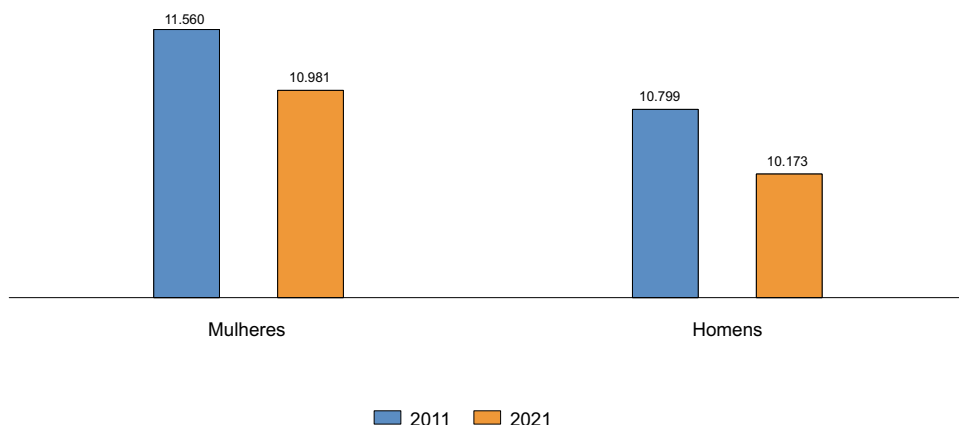


Figura 1 População residente em Arouca, por sexo, em 2011 e em 2021

Fonte: INE (2022).

No *website* da Câmara Municipal de Arouca (s.d.a) pode ler-se que o concelho é, atualmente, composto por dezasseis freguesias. O território encontra-se povoado há muito tempo, havendo vestígios arqueológicos que remontam à pré-história. No entanto, a história de Arouca apenas ganhou destaque entre as terras vizinhas aquando da construção do Mosteiro, no século X.

O trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do projeto SHS aborda uma época específica da história deste território: a época da exploração do volfrâmio nos anos da Segunda Guerra Mundial. Tal como explicitado por Pinto (2021), o volfrâmio, que abundava em Portugal, era essencial para a produção de armamento. Assim, em pleno Estado Novo, tanto ingleses como alemães vieram abastecer-se no país. As minas de Regoufe eram exploradas por uma companhia inglesa, sendo que, num local próximo, a exploração das minas de Rio de Frades estava a cargo dos alemães. Relatos da época falam de uma coexistência pacífica em Arouca, apesar do macroconflito bélico que se alastrava no demais continente europeu.

De acordo Silva J. M. L. (2011, p. 42), a sociedade de então era “conformada e conservadora, agrícola, migrante e fortemente religiosa”. O contexto era de empobrecimento e de carência, sendo que a exploração mineira surgiu como uma oportunidade de riqueza e desenvolvimento. Neste sentido, as freguesias mineiras da região (Alvarenga, Janarde, Covelo de Paivó, Cabreiros, Moldes e Canelas) passaram por um processo de crescimento populacional que se relaciona com a “corrida ao volfrâmio”. É de referir que se formou um novo grupo social na região composto

pelos trabalhadores das minas. De acordo com o mesmo autor, os mineiros constituíam um grupo geograficamente disperso, mas caracterizado pela existência de fortes laços de solidariedade e traços específicos de identidade.

Em termos espaciais, as minas de Regoufe tinham, do lado norte e nordeste, as instalações técnicas e administrativas; a sudoeste estavam as instalações da lavaria, sucessão de tanques e maquinaria; já a nascente, as construções tinham caráter residencial (Pinto, 2021). Em visita ao complexo mineiro no dia 17 de fevereiro de 2022, foi possível observar e fotografar o que resta destas estruturas, bem como constatar que o local se encontra agora bem assinalado — os caminhos estão marcados com placas e existe um aviso de perigo que informa os visitantes que aquela é uma zona mineira desativada (Figura 2).

Como referido anteriormente, no caso de Arouca foram realizadas seis entrevistas a diversos informantes-chave, nomeadamente: uma profissional da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG); o autor da Dissertação de Mestrado *A alimentação dos mineiros na época áurea do volfrâmio em Arouca*; um vereador da Câmara Municipal de Arouca; uma professora da escola Secundária de Arouca; uma estudante da FLUP residente no concelho de Arouca e, ainda, duas profissionais do Museu Municipal de Arouca.

No que concerne à primeira dimensão de análise, que remete para os conhecimentos da população sobre as minas, é possível afirmar que a população de Arouca não tem informações profundas face aos riscos associados à mina de Regoufe, ainda que estes sejam mínimos. Tais riscos são geralmente associados a um passado distante onde os trabalhadores da exploração mineira sofriam com problemas respiratórios. Relativamente a este último aspeto, é de referir que a consciência das pessoas da época sobre os perigos do trabalho mineiro surgiu tardiamente: “As minas foram consideradas um fenómeno muito bom na altura, mas imediatamente a seguir já foi considerado um fenómeno mau porque as pessoas morriam da doença das minas (...) As doenças respiratórias começaram a surgir muito rapidamente” (entrevista n.º 5).

Na atualidade há, portanto, algum desconhecimento e indiferença relativamente aos perigos da mina. Sobre esta dimensão de análise, os entrevistados revelam a existência de práticas como a visita ao complexo mineiro e outras práticas de lazer às quais se associa o risco de queda e a utilização de águas não controladas por não serem da rede pública:

As pessoas não imaginam, por exemplo, que o facto de terem ficado lá determinados minerais que com o contacto com a água e com o ar são libertados e que esses minerais depois podem trazer algum tipo de perigosidade (...). Por desconhecimento [as



Figura 2 Fotografia do complexo mineiro de Regoufe

pessoas residentes] sentem-se perfeitamente seguras e não há motivo para alguma proteção. (entrevista n.º 3)

Passando para a questão da identidade local e da memória coletiva, os vários entrevistados concordam que as minas de Regoufe marcaram e continuam a marcar a comunidade, essencialmente porque vários arouquenses têm, ainda, vivências ou familiares ligados às minas. É importante referir que existe uma dualidade em torno do assunto: por um lado, a população reconhece a importância das minas e a centralidade do seu papel na comunidade, desejando preservar os relatos da época; por outro lado, é um assunto difícil de abordar porque se associa a tragédias e dificuldades (designadamente: doenças respiratórias, dureza do trabalho mineiro, processos de enriquecimento rápido ilícito seguidos por pobreza):

Se chegar ali e começar a falar das minas, eu acho que eles [os habitantes] sentem importância, reconhecem o marco histórico e a importância que teve na população e até nos seus próprios familiares, mas não acho que seja um assunto que as pessoas gostem de explorar (...). Porque ou os pais ou os avós tiveram uma história relacionada

com as minas e nenhuma história que eu conheço, eu nunca ouvi falar de uma história que acabasse bem. (entrevista n.º5)

As memórias da época de exploração mineira em Regoufe estão ativas e tendem a ser transmitidas de geração em geração. Isto é visível pela quantidade de relatos (pessoais ou de terceiros) que a equipa do IS-UP recolheu. As histórias são, além de plurais, extremamente ricas e diversas, abordando inúmeros assuntos. Há quem se tenha debruçado sobre processos de enriquecimento veloz, sobre o contrabando do minério; há quem foque as dinâmicas de solidariedade entre mineiros; há quem explicita factos históricos — relatando, por exemplo, a proximidade entre alemães e ingleses ou o desenvolvimento económico da região, bem como a construção de inúmeras infraestruturas; e há, ainda, partilhas sobre as condições de trabalho e sobre as rotinas dos mineiros.

Através destas histórias relatadas em contexto de entrevista, foi possível compreender os modos de vida na época da exploração do minério. Os homens trabalhavam, tendencialmente, no interior das minas, enquanto mulheres e crianças se mantinham à superfície para lavar a terra à procura de pedaços de volfrâmio. Os trabalhadores passavam a semana no complexo mineiro, que se foi desenvolvendo como uma pequena aldeia que tinha todos os serviços necessários: dormitórios, cantinas, entre outros. Eram espaços marcados por um grande grau de investimento e desenvolvimento — foram os primeiros locais a ter eletricidade, nomeadamente. O volfrâmio marcou a comunidade da época, alterando rotinas do quotidiano e formas de estar, e continua a marcar, indiretamente, os habitantes do município pelas memórias e histórias (que estão muito presentes). É um importante símbolo da identidade local, um símbolo que une a população arouquense e a diferencia dos seus vizinhos — populações dos municípios que não passaram pelas mesmas vivências e, portanto, não partilham deste imaginário.

A senhora (...) saía de madrugada, vinha a pé trazer a sacola do comer ao marido, o reforço alimentar para ele comer e já fazia o contrabando. Ou seja, já levava algum, já levava outro saco porque, de uma forma ou de outra, já conseguia roubar algum minério e depois ia direto até ao Porto para vender no mercado negro (...). Eles faziam isso a pé. Saíam de madrugada e chegavam de madrugada a casa só para ir vender o volfrâmio porque, efetivamente, justificava. É obvio que isso teve impacto na comunidade na altura. Arouca nessa altura mudou radicalmente — é obvio que não falo por experiência própria, mas pelos testemunhos que tenho. (entrevista n.º 5)

A preservação destas memórias é percebida pela população como relevante, apesar de, tendencialmente, não reconhecerem as minas enquanto elemento de

reivindicação por melhores condições de vida e por novas oportunidades. Segundo alguns entrevistados, a componente imaterial está a ser trabalhada em Arouca através de recolhas pontuais de histórias, de alguns processos de musealização e da utilização do território como base das aprendizagens na escola: “As pessoas não têm perceção do valor que têm lá, em termos naturais e culturais. [Para um projeto de refuncionalização] será preciso uma transformação mais social de capacitação das pessoas para adaptar às novas funcionalidades e novas atividades económicas” (entrevista n.º 2). Ainda, em outra entrevista:

Eu acredito que, a nível de entidades (o município, o Geoparque, mesmo a própria ADRIMAG, as escolas), temos noção do que ali está (...). A nível da população, eu acho que a população quer muito que as minas não sejam esquecidas, mas, na prática, eu acho que ninguém sabe ao certo o que é para fazer. (entrevista n.º 5)

Para os entrevistados, o futuro da mina e da região passa pela continuação deste trabalho de conservação, preservação e valorização. Além disso, admite-se um futuro (ainda) mais focado no turismo — há várias menções a um projeto de intervenção no sentido de refuncionalizar e musealizar a área das minas de Regoufe: “Eu acho que a comunidade identifica essa necessidade: é importante musealizar porque o entendem como forma de preservar memórias, preservar história” (entrevista n.º 6). Ainda, em outra entrevista:

No fundo eu tenho uma esperança que se pegue num dos complexos, e acredito no complexo de Regoufe nisso, para, basicamente, fazer um museu no próprio local. E não ser um museu de exposição: é reconstruir as casas, as estruturas, a maquinaria... voltar a ter o complexo como ele era. Criar ali um museu onde nós, ao entrarmos, sentimos o próprio mineiro, vestimos a pele do mineiro e andar a explorar as minas como elas eram na altura. (entrevista n.º 5)

Apesar destes relatos sobre o futuro do complexo mineiro de Regoufe, tais planos não parecem estar formalizados, uma vez que não existe menção aos mesmos em nenhum documento oficial do município. No Orçamento Municipal para 2022 (Câmara Municipal de Arouca, s.d.b) existe, no entanto, uma verba de 175.873 euros para “Aquisição/Valorização Turístico/ Ambiental de Complexos Mineiros”, que inclui um projeto de valorização de um outro complexo presente no território (o complexo mineiro de Rio de Frades). Por sua vez, no Plano Estratégico Arouca 2030 (Câmara Municipal de Arouca, 2020), não há qualquer menção a investimentos ligados ao património mineiro.

É de destacar a preocupação com o desenvolvimento integrado da região, tendo em conta outras questões além do turismo, nomeadamente os problemas de

envelhecimento e perda populacionais, falta de emprego e de acessibilidades, entre outros:

Quer-se musealizar, mas depois se tivermos lá umas coisas ao alto, uns painéis, e não tivermos vida... Eu não sei qual é a solução e temo que alguns espaços tendam a desaparecer naturalmente ou que fiquem só com plaquinhas (...). Musealizar é associado à turistificação — e sim, faz sentido — mas há mais mundo além de uma visita de lazer. (entrevista n.º 6)

Ainda assim, o turismo é entendido como central nesse desenvolvimento integrado: “Todo um conjunto de atividades complementares desenvolvem-se à volta do turismo. Se conseguirmos criar um núcleo de desenvolvimento no futuro ligado a estas questões, tenho a certeza que vamos conseguir fixar algumas pessoas e atrair novos investimentos” (entrevista n.º 2).

O caso das minas do Pejão, em Castelo de Paiva

O concelho de Castelo de Paiva pertence ao distrito de Aveiro e situa-se entre os limites de Arouca e o Rio Douro. Tal como se pode ler no *website* da Câmara Municipal de Castelo de Paiva (2013), é um concelho tipicamente rural que ficou marcado pela exploração carbonífera do Pejão. É, também, um concelho que se tem vindo a industrializar (destacam-se as áreas do calçado, têxtil, madeiras e mobiliário, metalomecânica e construção de roulottes/ autocaravanas), uma vez que a localização privilegiada garante o escoamento dos produtos manufaturados. Assim, segundo dados da PORDATA (FFMS, s.d.), a percentagem de pessoas a trabalhar em atividades ligadas ao turismo como o alojamento, restauração e similares rondava os 4,1 pontos percentuais em 2020, permanecendo abaixo do comércio, das indústrias transformadoras, da construção e das atividades relacionadas com o setor primário. Efetivamente, apesar de em 2020 se ter verificado uma queda de 32,7 pontos percentuais nas dormidas em alojamentos turísticos relativamente a 2019, o número de empresas não financeiras do sector do alojamento, restauração e similares aumentou de 78 para 91, totalizando um crescimento de 16,7% (FFMS, s.d.).

À semelhança do que acontece no caso de Arouca, o concelho de Castelo de Paiva, composto por seis freguesias, perdeu população relativamente ao ano de 2011 (Figura 3). Dados provisórios dos Censos de 2021 (INE, 2022) revelam que o concelho conta com 15 589 habitantes, menos 6,8% do que em 2011. Neste período, a população revela-se, também, mais envelhecida, uma vez que o número de pessoas com mais de 65 anos tem vindo a aumentar e o número de crianças com menos

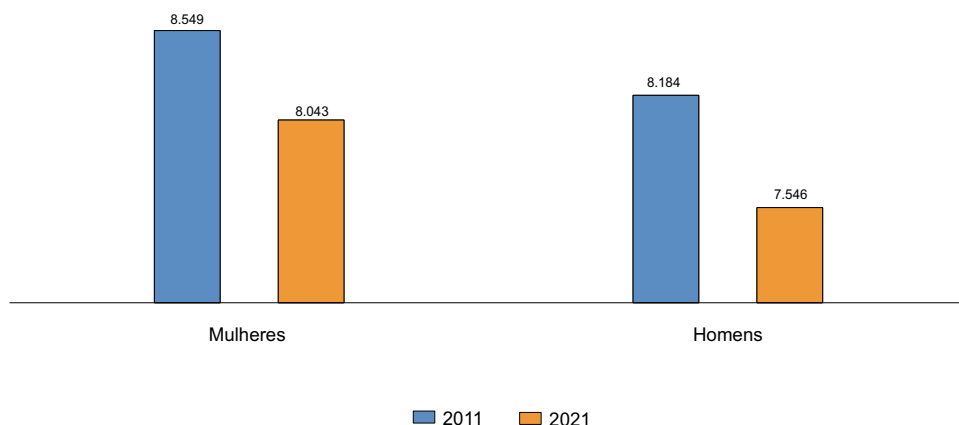


Figura 3 População residente em Castelo de Paiva, por sexo, em 2011 e em 2021

Fonte: INE (2022).

de 14 anos tem diminuído. Há ligeiramente mais mulheres do que homens. Em termos de escolaridade, tem aumentado o número de pessoas com o ensino secundário/pós-secundário e com o ensino superior. De qualquer forma, 12% dos habitantes não têm qualquer grau de escolaridade e 25,4% apenas completou o 1.º ciclo. Relativamente aos rendimentos dos paivenses, em 2019, no universo dos trabalhadores por conta de outrem do município de Castelo de Paiva, os homens ganhavam em média, por mês, 896 euros e as mulheres 815 euros, segundo dados da PORDATA (FFMS, s.d.). O índice do poder e compra, por seu turno, rondava os 68% em 2019, estando abaixo dos valores de Arouca, já referidos.

Relativamente às minas do Pejão, de acordo com o *website* da Banda de Música dos Mineiros do Pejão (s.d.), a sua história remonta ao ano de 1859, quando o Conselho de Obras Públicas e Minas reconheceu a existência de carvão na zona. As concessões mais antigas são de 1884, sendo que a exploração estava a ser operacionalizada por uma empresa inglesa. A notoriedade da mina do Pejão aumenta com a Primeira Guerra Mundial e, no entretanto, foram localizados vários outros afloramentos de carvão na região que deram origem a novas minas — estas passaram a formar o Couto Mineiro do Pejão que tem, aproximadamente, 10 quilómetros, estendendo-se entre Germunde e o Alto do Pejão. A exploração permanece a cargo de estrangeiros até 1977, ano em que as minas são adquiridas pelo Estado português. Em 1994, são oficialmente encerradas, terminando um ciclo de exploração mineira com mais de um século.

Ribeiro (s.d.) reflete sobre a importância das minas do Pejão na comunidade de Castelo de Paiva, referindo que estas eram a principal estrutura territorial e socioeconómica do concelho. A autora acrescenta que, com o encerramento das minas, “muitos dos seus lugares tornaram-se fisicamente inúteis, contudo, conferem ainda um sentimento de pertença e de relacionamento entre os antigos mineiros” (Ribeiro, s.d., p. 2), mesmo que não exista uma estratégia local de preservação e valorização do património e do legado mineiro.

Relativamente a este caso, foram realizadas, como referido anteriormente, três entrevistas a diferentes informantes-chave. Foram eles: um representante da Associação Recreativa, Cultural, Patrimonial e Ambiental De Folgoso (ARCAF) (entrevista simultânea); uma vereadora da Câmara Municipal de Castelo de Paiva; o fotojornalista, autor do trabalho “Carvão de Aço” e, ainda, um guardião da Mina do Pejão.

Quando questionados sobre os conhecimentos da população sobre as minas, especialmente no que concerne a potenciais perigos, os entrevistados revelam que os habitantes do concelho tendem a viver despreocupados. Os perigos das minas são associados ao passado: quando a atividade mineira decorria em Castelo de Paiva havia uma forte prevalência de problemas respiratórios nos trabalhadores. Na atualidade, há preocupações pontuais com a possibilidade de aluimentos, sendo que a única prática de risco revelada pelos entrevistados se prende com as visitas de lazer à mina e práticas de desporto na zona. É de referir que esta população parece estar muito marcada por um incêndio na mina do Pejão, que ocorreu em 2017, cujo fumo era prejudicial à saúde: “Os aventureiros, que gostam de meter o nariz onde não foram chamados. Aí é que está o perigo. O perigo não está nas minas, mas é de quem vai ver e não sabe os limites” (entrevista C).

A mina do Pejão é apresentada como um símbolo da identidade local. Os entrevistados referem que esta diz muito àqueles que lá trabalharam, direta ou indiretamente. Acrescentam que a atividade mineira envolveu muita gente e garantiu o desenvolvimento e a maior visibilidade do concelho. No entanto, o património não está a ser, atualmente, devidamente salvaguardado e valorizado. Os jovens, que são poucos, já não têm grande ligação às minas: “Para a maior parte das pessoas as minas já não dizem nada. Para a maioria, mas uma grande maioria, as minas não dizem nada. Para aqueles que lá trabalharam, ainda lhes diz alguma coisa das memórias antigas” (entrevista C).

Os entrevistados associam este processo de desvalorização ao próprio encerramento das minas — um evento marcado por forte contestação populacional (Lopes, 2015). Neste sentido, verifica-se que, no passado, a mina constituiu-se enquanto elemento de reivindicação: foram feitas várias exigências de investimento

na região aquando do seu encerramento. Por oposição, atualmente, há, segundo um dos entrevistados, uma minoria interessada na preservação da memória e uma maioria que encara o investimento na mina como uma perda de tempo e dinheiro:

Acho que se cortou aqui muito a esperança neste território porque nós éramos identificados e estávamos na linha da frente nesta questão da exploração mineira — havia aqui um legado, um espólio, havia toda uma panóplia de atividades que marcavam os mineiros e os identificavam. De repente, com o encerramento, não se acautelou e não se cuidou. (entrevista B)

De qualquer forma, entre os entrevistados as memórias da mina permanecem. Foram vários os episódios relatados, abordando-se a dureza da vida na época e as difíceis condições de trabalho, os riscos para a saúde da atividade mineira, o forte espírito de solidariedade e companheirismo entre as pessoas que trabalhavam e viviam em torno da mina, os ritmos e características do quotidiano da época da exploração, entre outros assuntos. Segundo os testemunhos dos entrevistados, a mina de Pejão contou com o trabalho de cerca de três mil pessoas, muitas vezes redes familiares que dependiam destes rendimentos para subsistir. Associado à vida dura e marcada por doenças associadas à própria atividade, existiam, contudo, algumas regalias:

Recordo-me de terem posto médico próprio, de haver logo na altura o jornal (que era “O Pejão”) em que eles faziam questão de retratar todos os acontecimentos à época (...). Os filhos dos mineiros e os próprios mineiros, recordo-me de terem também acesso a aulas de natação (...). (entrevista B)

No que concerne ao futuro das minas do Pejão, foi salientada a necessidade de desenvolver um conjunto de ações a nível local no sentido de levar turistas à região. Há referências à criação de um centro de interpretação mineira, à requalificação do bairro social do Pejão, à inauguração de um museu e à criação de um percurso da atividade mineira. Os entrevistados destacam, ainda, a relevância de preservar as memórias da população e de introduzir uma componente pedagógica nas escolas sobre a atividade mineira da região:

Quando falo em museus, não tem de ser um museu à antiga, mas um museu dinâmico, um museu moderno. Há muito potencial (...). Não acredita a quantidade de espólio da mina que estava lá em cima [numa sala da Junta de Freguesia de Pedorido], tudo a apodrecer. Documentação, recibos de salários, fichas de saúde do posto médico que tinham dos mineiros, tarjas e bandeiras da altura do protesto do encerramento... (...). O que é certo é que há um grande espólio. E um espólio extremamente importante ainda que é o espólio vivo, que são as pessoas. E as pessoas a tendência é

elas morrerem, como é óbvio. E isto ou se faz, ou é cada vez mais difícil recuperar a memória. (entrevista A)

Nesta linha, o Município de Castelo de Paiva procedeu à criação do Núcleo de Experiências Turísticas do Couto Mineiro do Pejão no presente ano. Este projeto surge, segundo o município, para promover a localidade e dar resposta a esta necessidade revelada pelos entrevistados (e restantes munícipes) de disseminar o património cultural associado às Minas do Pejão. Claro está que esta ação tem, ainda, objetivos turísticos: “procurando contribuir para o surgimento de novos e inovadores produtos e serviços, promovendo a competitividade do tecido empresarial de Castelo de Paiva, bem como a sua consolidação” (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2022a, para. 13). A notícia publicada no *website* da Câmara parece alinhar-se com os desejos dos habitantes entrevistados, reconhecendo, inclusive, o impacto que a exploração mineira tem ainda hoje nos paivenses. Por outro lado, permanece junto dos dirigentes políticos a vontade de recuperar o edificado mineiro e desenvolver uma estrutura museológica que espelhe a história através de fotografias e documentos (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2022a). Ao mesmo tempo, deram-se os primeiros passos para a requalificação do Cavalete do Fôjo através da assinatura do contrato com a construtora no valor de 275.799,07 euros, prevendo a conclusão da obra no máximo até ao mês de maio do próximo ano (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2022b).

Para terminar, importa reforçar o facto de a população de Castelo de Paiva permanecer bastante afetada pelo encerramento da mina. Os entrevistados mencionam várias vezes esta questão, demonstrando que, na altura do término da atividade mineira, foram feitas várias promessas de investimentos na região que não foram cumpridas. Parece existir, portanto, um descontentamento face à (in)ação do Governo. Além disso, são reveladas várias fragilidades territoriais em termos de falta de transportes e outros serviços públicos e fraca cobertura de rede de telemóvel.

Conclusões

A comparação entre os dois casos em estudo, com base nos resultados das entrevistas, permite já salientar algumas conclusões relevantes.

No que concerne ao conhecimento da população sobre as minas e os seus riscos, os dados confirmam, tanto para Arouca como para Castelo de Paiva, o que é avançado pela bibliografia: existe, genericamente, desconhecimento e as pessoas tendem a viver despreocupadas. É neste sentido que Beck (2000) se refere a uma população culturalmente cega. Consequentemente, há nestes concelhos determinadas

práticas que podem ter riscos associados, tais como as atividades de turismo e lazer junto às minas desativadas. Acrescenta-se que os riscos são associados ao passado, estando relacionados com memórias e relatos sobre o trabalho mineiro.

No caso de Arouca, já relativamente à dimensão da identidade e memórias coletivas, constata-se que as minas são um elemento identitário forte e atuante. A dimensão territorial e a história das minas chegam mesmo a ser aspetos integrantes da educação e formação dos mais jovens, inclusive em contexto escolar. Além disso, o território tem uma robusta estratégia turística e de valorização dos recursos locais. Em contraste, os entrevistados de Castelo de Paiva referem que, apesar da mina do Pejão ser importante na identidade dos habitantes (especialmente os mais velhos), ela é, atualmente, desvalorizada. Isto vem de encontro ao que é apresentado por Ribeiro (s.d.) relativamente à necessidade de uma intervenção local, no sentido de criar uma estratégia de preservação e valorização do património/legado mineiro.

Outro fator diferenciador dos casos de estudo passa pelas representações em torno do encerramento da atividade mineira. Começando por Arouca, esta temática surge apenas associada ao empobrecimento da população pela falta de conhecimentos de gestão pessoal de dinheiro. Ou seja, o trabalho na mina de Regoufe trouxe um enriquecimento rápido que se desperdiçou devido a uma má gestão e esbanjamento. Já o encerramento da mina do Pejão (em Castelo de Paiva) está associado a uma revolta coletiva da população e a um descontentamento com a falta de investimento no local que dura até hoje. As partilhas dos entrevistados vão mais neste sentido, abordando, por exemplo, o direito às indemnizações pós-encerramento da mina e os momentos de revolução — o que não acontece no caso de Arouca.

De entre a totalidade dos entrevistados, as memórias das minas parecem estar vivas e muito presentes. Como já referido, foram vários os relatos e histórias (pessoais ou de terceiros) colecionadas pela equipa de investigação em contexto de entrevista. Nesta linha, verifica-se que nos dois concelhos os planos para o futuro passam pela preservação deste património imaterial, a par do restante património material ligado às minas. O turismo é apresentado como a solução para estes territórios, ainda que se admita a necessidade de uma intervenção holística que melhore as acessibilidades e os serviços públicos, aumentando a qualidade de vida dos residentes, e que capte novas pessoas e investimentos. Como referido, no município de Arouca esta aposta no turismo e no património local parece ser mais forte e estar mais desenvolvida.

Nestes territórios, a “responsabilidade de preservar o legado mineiro surge como uma oportunidade para o desenvolvimento de condições que assegurem o seu futuro” (Ribeiro, s.d., p. 1).

De forma geral, conclui-se que existem várias semelhanças entre as populações de Arouca e de Castelo de Paiva, nomeadamente no que diz respeito às suas perceções sobre o risco e sobre a necessidade de preservação das memórias locais. Por outro lado, há aspetos, em especial os que se relacionam com o desenvolvimento de estruturas locais de preservação do património e do legado mineiro, que afastam os dois territórios. Relativamente a este aspeto, um dos entrevistados em Castelo de Paiva chega mesmo a referir que o seu concelho deveria seguir a estratégia implementada pelos vizinhos arouquenses.

Em suma, o enfraquecimento da perceção das dimensões associadas ao risco e a mobilização da instrumentalização turística dos legados das minas (mais forte em Arouca do que em, Castelo de Paiva) não podem ser dissociadas do modo como a memória individual e a coletiva se articulam, produzindo amnésias e fenómenos de “irresponsabilidade organizada” ocultando e desocultando, destruindo e reconstruindo, concentrando as energias da reconstrução narrativa na projeção de um futuro que aproveita o que deve ser aproveitado (na perspetiva dos agentes) e remete ao limbo do esquecimento o que parece não servir para tal projeção.

Pistas para trabalho futuro

Tal como referido anteriormente, o projeto “SHS — Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention” continua o seu trabalho. A equipa pretende aprofundar o trabalho já realizado, realizando mais entrevistas a informantes-chave e prosseguindo com a análise de documentos relevantes sobre os territórios. Há que apostar mais no trabalho em Castelo de Paiva, uma vez que este caso se encontra menos explorado do que o de Arouca, para depois prosseguir com o processo de análise comparativa.

Além disso, é necessário operacionalizar a intervenção junto da comunidade estudantil de Arouca e Castelo de Paiva que o projeto contempla. Essa intervenção não partirá apenas da equipa do IS-UP: serão realizadas várias atividades pelos diferentes consórcios do projeto, no sentido de permitir o “contacto com as áreas em estudo e com os investigadores do projeto, contribuindo para o desenvolvimento do espírito crítico e científico, bem como para a curiosidade científica dos alunos, procurando-se estimular a sua criatividade e desenvolver competências artísticas” (Torres et al., 2022, p. 57).

No que concerne à intervenção partindo da área da sociologia, foi elaborado um plano de intervenção nas escolas que conta com duas sessões em cada concelho — sendo, então, necessário passar à prática. As atividades a desenvolver pelo IS-UP têm como principais objetivos a divulgação do projeto SHS e a

apresentação da perspetiva da sociologia junto dos jovens; o acesso a representações sobre as minas e sobre a história do seu concelho, de forma a compreender como é que as histórias são transmitidas e apropriadas intergeracionalmente; o acesso, através dos jovens, a memórias sobre as minas e a novos contactos para realizar mais entrevistas.

As identidades locais são plurais e estão em permanente dinâmica, unindo as temporalidades da vida social. Será importante, do ponto de vista heurístico, compreender como as novas gerações fazem presente com o passado, isto é, adaptando, atualizando e modificando um património de reportórios herdado de acordo com as necessidades e os projetos de *aqui e de agora*, uma outra maneira, afinal, de *fazer lugar*.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os investigadores e investigadoras dos vários consórcios do projeto “SHS – Soil health surrounding former mining areas: Characterization, risk analysis, and intervention”.

Fica aqui, ainda, uma nota de agradecimento a todas as entidades de Arouca e de Castelo de Paiva que acolheram este projeto, facilitando contactos para entrevistas e documentação para análise sociológica. No mesmo sentido, agradece-se a todos/as os/as entrevistados/as pela sua disponibilidade e colaboração.

Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG)

Associação Geoparque Arouca (AGA)

Associação Recreativa, Cultural, Patrimonial e Ambiental De Folgoso (ARCAF)

Autor da Dissertação de Mestrado *A alimentação dos mineiros na época áurea do volfrâmio em Arouca*

Câmara Municipal de Arouca

Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Escola Secundária de Arouca

Estudante da FLUP residente no concelho de Arouca

Fotojornalista, autor do trabalho “Carvão de Aço”

Guardião da Mina do Pejão

Museu Municipal de Arouca

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Areosa, J. (2008). O risco no âmbito da teoria social. In *Atas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: Saberes e práticas*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Banda de Música dos Mineiros do Pejão. (s.d.). *AS MINAS – História das Minas do Pejão*. <http://www.bandadopejao.com/minas.html>
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Eds.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 1-51). Celta Editora.
- Beck, U. (2001). *La Sociedad del Riesgo Global*. Siglo XXI
- Bourdieu, P. (Dir.) (1993). *La Misère du Monde*. Editions du Seuil.
- Câmara Municipal de Arouca. (s.d.a). *Município – Concelho*. Arouca. <https://www.cm-arouca.pt/municipio/concelho/>
- Câmara Municipal de Arouca. (s.d.b). *Orçamento Municipal 2022*.
- Câmara Municipal de Arouca. (2020). *Plano Estratégico Arouca 2030*.
- Câmara Municipal de Castelo de Paiva. (2013). *Município*. <https://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/municipio>
- Câmara Municipal de Castelo de Paiva. (2022a). *Notícias – Núcleo de Experiências Turísticas do Couto Mineiro do Pejão em funcionamento*. <https://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/noticias/cultura-e-lazer/nucleo-de-experiencias-turisticas-do-couto-mineiro-do-pejao-em-funcionamento>
- Câmara Municipal de Castelo de Paiva. (2022b). *Notícias – Requalificação do Cavalete do Fojo vai avançar*. <https://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/noticias/actualidade/requalificacao-do-cavalete-do-fojo-vai-avancar>
- Carmo, R. M. (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, (21), 252-280.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed approaches*. Sage.
- Fernandes, L. O., Nunes, J. A., & Porto, M. F. S. (2016). Contaminação química: respostas das instituições responsáveis e ações das populações atingidas no Brasil e em Portugal. *Saúde e Sociedade*, 25(1), 218-232.
- Ferreira, L. C. (2022). Risco(s) e ambiente: concetualizações nacionais e internacionais. *Plataforma Barómetro Social*, 3(2). <https://www.barometro.com.pt/2022/01/02/riscos-e-ambiente-concetualizacoes-nacionais-e-internacionais/>

- FFMS, Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *Conheça o seu Município*. PORDATA Estatísticas sobre Portugal e Europa. Consultado em maio de 2022, de <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Giddens, A. (2007). Risco. In A. Giddens, *O mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª ed. pp. 31-47) (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Editora Record. (Obra originalmente publicada em 1999)
- Halbwachs. M. (1990). *A Memória Coletiva*. Vértice.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Censos 2021. Resultados provisórios*. Consultado em janeiro 2022, de https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- IS-UP, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. (s.d.). *Projetos*. <https://isociologia.up.pt/projetos/soil-health-surrounding-former-mining-areas-characterization-risk-analysis-and>
- Lopes, J. (2015, 15 de janeiro). Grito final dos mineiros do Pejão foi há 20 anos. *ETC. e Tal: jornal*. <https://etcetajournal.pt/j/2015/01/7573/>
- Pineau, G., & Legrand, J. L. (2013). *Les Histoires de Vie*. PUF.
- Pinto, M. (2021, 3 de setembro). Minas de Regoufe: nazis e aliados a garimpar volfrâmio em Arouca. *Economista*. <https://www.e-konomista.pt/minas-de-regoufe-arouca/>
- Ribeiro, D. P. A. (s.d.). *Valorização do legado mineiro. As minas do Pejão*. https://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_07/32%20-%20Daniela%20AR%20-%20TEXTO.pdf
- Santos, B. S. (2019). Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In B. S. Santos, & B. S. Martins (Orgs.), *O pluriverso dos direitos humanos. A diversidade das lutas pela dignidade* (pp. 41-66). Edições 70.
- Silva, J. C. (2021). A construção de um itinerário metodológico: o trançar das fontes orais, visuais e escritas em investigações sobre o Mobral. *História Oral*, 24(2), 217-235.
- Silva, J. M. L. (2011). *Volfro! Esboço de uma teoria geral do “rush” mineiro: O caso de Arouca*. Associação de Defesa do Património Arouquense.
- Silveira, M. (2018). O meio ambiente como direito humano de terceira dimensão e a ética da responsabilidade na metateoria do direito fraterno. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, 4(1), 130-143.
- Stoer, S. R., Magalhães, A. M., & Rodrigues, D. (2004). *Os lugares da exclusão social: Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. Cortez Editora.
- Torres, J., Ferreira, L., Machado, G., Pinto, S. S., Cruz, C., Ribeiro, J., Marques, J. E., Sant’Ovaia, H., & Flores, D. (2022, 10-11 de fevereiro). *Projeto SHS – Contributos das Ciências da Terra, Educação, Sociologia e Belas Artes para o desenvolvimento de um projeto focado na exploração mineira [poster interativo]*. VII Jornadas do ICT, Évora, Portugal.

Data de submissão: 25/03/2022 | Data de aceitação: 07/09/2022



A BRASILEIRA

Mais do que um café, um lugar de sentido e de identidade-comunidade

A BRASILEIRA

More than a coffee-shop, a place of meaning and community-identity

Helena Pires

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Visualização, Redação do Rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências da Comunicação e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

E-mail: hpires@ics.uminho.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5533-4687>

Resumo: A reflexão que aqui nos propomos fazer surgiu do desejo de relevar os diferentes modos como os frequentadores d'A Brasileira, em Braga, se apropriam do café, transformando-o num lugar simultaneamente pessoal, que cada um inscreve nas suas rotinas, nos seus encontros marcados ou fortuitos com os amigos e conhecidos, nas suas memórias e histórias de vida, mas também num lugar impessoal, não no sentido da experiência da indiferença, mas da dilatação da experiência aos modos de ser-com e de estar-com (Heidegger, 2004, 2005), ou do lembrar-com (Candau, 2005/2013; Halbwachs, 1925/1994), ou, por outras palavras, da possibilidade de cada um se sentir parte do que observa, do que nele ressoa, distendido sobre as ambiências, os objetos, as conversas, as vistas, para lá da sua esfera estritamente subjetiva. Com este propósito, procurámos contribuir para a valorização do sentido de comunidade (Maffesoli, 2000; Tönnies, 1944/2010) e de pertença que, em tempos de crescente celeridade, bem como de progressiva descaracterização e “nudificação” (Zukin, 2009) do espaço urbano, urge resgatar. A investigação reportada permite-nos concluir que o café A Brasileira se apresenta como um lugar de resistência, ao mesmo tempo que ali se observam inevitáveis mudanças, decorrentes de fenómenos como a “turistificação” (Harris et al., 2012), mas também de operações sub-reptícias profundas, expressivas de uma cultura em mudança. Neste quadro tensivo, encontramos, ainda, inesperadas fissuras de criatividade (Certeau, 1998) quanto ao modo como cada um se apropria do lugar vivido e nele reinventa um modo singular de se reencontrar a si mesmo no quotidiano, em ligação com o sentido de micro-comunidade.

Palavras-chave: café, A Brasileira, identidade, comunidade.

Abstract: This article aims to highlight the different ways in which the customers of A Brasileira, in Braga, appropriate the coffee-shop. It is transformed into a simultaneously personal place, which one inscribes in their routines, appointments with friends and acquaintances, memories and life stories. But it is also an impersonal place, not in the sense of the experience of indifference, but of the expansion of the experience to the ways of being-with (Heidegger, 2004, 2005), or of remembering-with (Candau, 2005/2013; Halbwachs, 1925/1994). For this purpose, we sought to contribute to the enhancement of the sense of community (Maffesoli, 2000; Tönnies, 1944/2010) and of belonging that is urgent to rescue, especially in times of increasing celerity, as well as progressive de-characterization and “nudification” (Zukin, 2009) of urban space. This research allows us to conclude that the coffee-shop A Brasileira presents itself as a place of resistance. At the same time, inevitable changes are observed there, resulting

from phenomena such as “touristification” (Harris et al., 2012), but also of deep underhand operations, expressive of a changing culture. In this framework, we also find unexpected cracks in creativity (Certeau, 1998) as to the way in which each one appropriates the lived place, reinventing a unique way of finding oneself in everyday life, in connection with a micro-community sense.

Keywords: coffee-shop, A Brasileira, identity, community.

Introdução

Propomos com este ensaio discutir o sentido de identidade-comunidade produzido no café A Brasileira, em Braga, a partir de uma investigação realizada no âmbito do projeto “Passeio, Plataforma de Arte e Cultura Urbana”, inscrito no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS (Universidade do Minho).¹

A Brasileira (Figura 1), café inaugurado em 1907, é reconhecida como fazendo parte do comércio com valor patrimonial em Braga. Esta classificação é comum aos cafés com maior longevidade em diversas cidades, como o denota o livro *Cafés Portugueses – Tertúlias e Tradição* (Alemão, 2017), reconhecidos na sua dimensão cultural e simbólica. Partimos da hipótese de que os designados cafés históricos, de algum modo, funcionam como um barómetro, permitindo inquirir um dado sentido de identidade-comunidade, reescrever memórias coletivas e observar transformações culturais e sociais, bem como as idiossincrasias das cidades em que se inserem.

Começámos por perguntar: de que modo a cultura se manifesta na banalidade, nos gestos, nos objetos, nos (micro)lugares? Como observar a vida quotidiana da cidade?

Passemos os olhos pelo seguinte excerto da publicação *Cenas e vistas d’A Brasileira*, decorrente do projeto já referido:

A partir dos retratos do quotidiano n’A Brasileira, desenham-se quadros da vida na cidade, compostos por detalhes que escapam às notícias, insignificâncias que dificilmente são perceptíveis nas visões mais panorâmicas, pequeníssimas nada que tanto prenunciam mudanças como resistências inesperadas, expressões de diferentes culturas e identidades, coabitando, não raras vezes, de forma assíncrona. (Pires et al., 2020, p. 8)

Assumimos que os cafés são pontos de encontro e de observação privilegiados, salas-de-estar onde ressoam as memórias, mas também o pulsar das mudanças e o permanente devir das (micro)comunidades. Usamos aqui o termo *micro-comunidade* pensando na cidade como uma comunidade (Tönnies, 1944/2010) e no café como

1 Projeto “Passeio, Plataforma de Arte e Cultura Urbana”: <http://www.passeio.pt/>



Figura 1 Café A Brasileira, em Braga

Créditos: Projeto “Passeio, Plataforma de Arte e Cultura Urbana” (CECS/UMinho).

um micro-lugar (Coles, 1999; Oldenburg, 1989, 2001; Sansot, 1973), uma comunidade dentro da cidade-comunidade.

Esta pesquisa entendeu A Brasileira como uma janela com vistas para a cidade e os mistérios da vida urbana de todos-os-dias, tomando como inspiração Edgar Allan Poe (1840/1996), em *The Man of The Crowd*. Por metodologia, adotámos a microanálise, nos termos de Benjamin (2019), entendendo-se A Brasileira como uma lupa que permitiu observar os mais ínfimos detalhes do quotidiano, uma plataforma de interseção entre diferentes temporalidades, entre a cidade “real” e a cidade imaginária, uma âncora de produção partilhada de sentidos.

As ilustrações de Pedro Seromenho, que acompanham a publicação *Cenas e vistas d’A Brasileira* (Pires et al., 2020), desempenharam nesta pesquisa um papel desafiante:

1. Explorámos o papel da ilustração na etnografia;
2. Desenhámos, com a ilustração, dois passeios paralelos (duas narratividades), defendendo-se a não subordinação da imagem ao texto e vice-versa (Kress & Leeuwen, 2006, 2009);

3. A ilustração acrescentou à pesquisa uma coleção de retratos visuais de um “imaginário à solta”, isto é, a ilustração de Seromenho, embora inspirada n’A Brasileira, não representa o “real”;

Foi assim adicionando à investigação a experimentação de modos possíveis de integrar a explanação do imaginário como *medium* no contexto da etnografia visual (Feixa & Porzio, 2008; Pink, 2001).

Fazemos nossa a seguinte reflexão de Belting (2014):

Uma “imagem” é mais do que um produto da percepção. Surge como o resultado de uma simbolização pessoal ou coletiva. Tudo o que comparece ao olhar ou perante o olho interior pode deste modo aclarar-se através da imagem ou transformar-se numa imagem. Por isso, o conceito de imagem, quando se toma a sério, só pode ser, em última análise, um conceito antropológico. Vivemos com imagens, compreendemos o mundo através de imagens. Esta referência viva à imagem prolonga-se e persiste, por assim dizer, na produção imaginal física, que organizamos no espaço social; semelhante produção relaciona-se com as imagens mentais, à maneira da pergunta e da resposta, para utilizarmos uma fórmula habitual. (pp. 21-22)

Foi tendo em vista a apropriação da natureza socio-imaginária e antropológica das ilustrações de Seromenho que procedemos a apoiar-nos nos seus modos indeferidos de inquirição, a partir dos quais se teceu uma tentativa de exercitar o pensamento e a compreensão da realidade quotidiana observada e o universo imaginário que nas imagens, bem como na linguagem e diferentes formas de representação (Hall et al., 2016), se transformam em corpo-sensível.

A título de contextualização, note-se que no café A Brasileira desenvolvemos trabalho de campo de inspiração etnográfica durante cerca de um ano e meio, a partir de 2018 (no período pré-pandemia), recorrendo a:

1. Observação multissensorial (participante): notas de campo a três mãos ao longo de um período temporal distendido (2018-2020);
2. Entrevistas em profundidade (colaboradores, clientes, comerciantes da Rua de S. Marcos...);
3. Registo de testemunhos e conversas informais (entrevistas de ocasião);
4. Pesquisa bibliográfica e documental.

Com base num procedimento indutivo de análise das notas de campo e outros dados recolhidos, identificámos um conjunto de sub-categorias que serviram a criação de uma fisiologia, à maneira das fisiologias do século XVIII, referidas, entre outros por Walter Benjamin (1972/2006, 2019).

Tais sub-categorias acabaram por se traduzir numa coleção de micro-retratos com expressão no índice do livro que acabámos por publicar após a conclusão do projeto, em 2020. Esta fisiologia, não-sequencial e incompleta, foi organizada segundo três registos, um registo com *retratos/figuras*, outro respeitante a *objetos* e outro associado a *vistas*:

Retratos/figuras

O engraxador-vendedor de cautelas

O Sr. M.

A jovem de cabelo colorido

De lenço na cabeça

De chapéu cloche

O saudosista

O par de leitores

A escriturária

Objetos

Café de saco

O aparador

O relógio

Arquitetura de di(visão)

Vistas

Em família

Entre velhos amigos

O olhar dos turistas

Em friso

Desfile de moda e felicidade

A multidão

Sons do Brasil

A Parisiana

Vistas

Em paralelo, fomos pintalgando o nosso itinerário de observação-reflexão com os retratos imaginais com que nos foi presenteando Pedro Seromenho, transformando em 15 ilustrações (Figura 2) um conjunto de memórias, atmosferas, ficções:

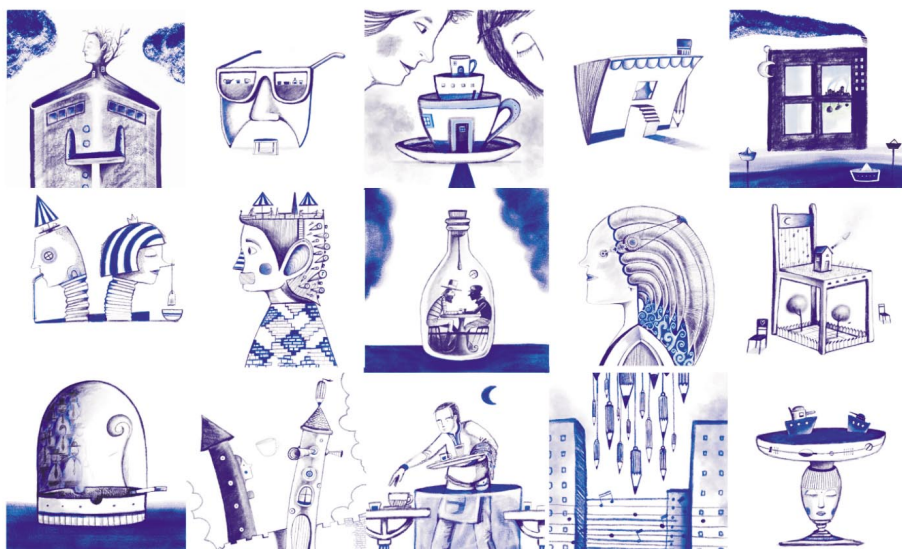


Figura 2 Cenas e vistas d'A Brasileira (Ilustrações)

Créditos: Pedro Seromenho.

Identidade-comunidade

Com a investigação que enquadra o presente ensaio, propusemo-nos, reafirmarmos, perceber A Brasileira como um (micro)lugar, no contraponto da noção de “não-lugar” avançada por Augé (1992/2012), associada aos lugares urbanos de carácter transitório e que se definem, na sobremodernidade, segundo o autor, por oposição aos lugares antropológicos. Estes últimos definem-se enquanto lugares relacionais, identitários e históricos. Tais dimensões são precisamente objeto de repetido resgate em A Brasileira, recriadas nos contextos quotidianos de vivência, através das persistentes interações entre funcionários e clientes, entre conhecidos e amigos que ali se cruzam, das rotinas, das memórias pessoais e coletivas. Ao mesmo tempo, é singular a natureza das relações, das identidades (Maalouf, 1996/2000) e das memórias (Candau, 2005/2013) que assim se constituem, na fugacidade das passagens, nas intermitências entre o espaço privado e o “terceiro lugar” (Oldenburg, 1989, 2001). O carácter impermanente das identidades deste modo recriadas, bem como a natureza passageira do lugar, não deixam, paradoxalmente, de se enraizar no sentido de pertença a uma mico-comunidade, fundamental à segurança ontológica e confiança dos indivíduos (Giddens, 2002) que a partir da modernidade investem na recuperação de si, na sua ligação com o mundo

circundante. O que quer dizer que avançamos com uma leitura do café enquanto lugar onde resistem o exercício de produção da identidade, da história e da memória, numa palavra o sentido de comunidade.

Falamos de um sentido produzido numa instância liminal, num lugar de fronteira, a meio caminho entre o interior e o exterior, o dentro e o fora, a “despersonalização” que na modernidade se associa à desafeção própria do dândi e o carácter poético, a experiência fenomenológica da cidade, estimulada por configurações espaciais e materiais singulares, como a rua, a vitrine, algumas das quais discutidas em Sansot (1973). Enquanto lugares de intervalo, situados entre a casa e o trabalho ou o espaço literalmente público, como é o caso da praça, os cafés podem ser entendidos como lugares “semipúblicos”, tal como designados em diferentes investigações, investidas no estudo das relações entre os homens e as materialidades espaciais (Almeida, 2013), bem como no carácter politizado deste tipo de lugares, instigadores de tertúlias agenciadas por pensadores, escritores e filósofos, ou mesmo por revolucionários (Niedzielski, 2018). A reivindicação do direito à cidade (Lefebvre, 2000/2012) e ao exercício da cidadania não se faz, assim, sem a recuperação da vocação social e identitária dos cafés (Lutard-Tavard, 2010). Iremos seguidamente discutir o sentido de identidade-comunidade que n’A Brasileira se costura a partir de três eixos:

- i) (micro)lugar ritualístico;
- ii) (micro)lugar habitado por histórias e memórias;
- iii) (micro)lugar de desejo estético-político.

(Micro)lugar ritualístico

Ferdinand Tönnies, a par de Max Weber e de Georg Simmel, um dos fundadores da sociologia alemã, publicou em 1887 a obra *Comunidade e sociedade*. Ao autor importa sobretudo discutir a passagem da comunidade à sociedade. Nessa passagem, o ritual é uma das dimensões persistentes. No café A Brasileira ensaia-se, precisamente, o sentido de comunidade. A vida de todos os dias expressa-se nas repetições e nas mesmidades: são frequentes os clientes que chegam e partem à mesma hora e os empregados preparam-lhes de antemão as torradas em pão de forma, a meia de leite em copo de vidro ou o café de saco, pousando-lhes na mesa, onde costumam sentar-se, o Diário do Minho. Ali se marca o compassar das lides do quotidiano, o antes e depois do almoço, os encontros com os amigos em finais de tarde:

É frequente observar que o friso de mesas junto à parede do lado de fora d’A Brasileira, nos dias em que não chove, é ocupado, preferencialmente no final da manhã, ou no

final da tarde, por um determinado tipo de clientes, parte deles ligado ao mundo da música, do teatro ou afins, compondo a designada “geração dos anos oitenta”. Assinalam entre si a chegada com um leve trejeito de cabeça, e sentam-se nas cadeiras ainda livres, entaramelando conversa com quem já está sentado, na mesma mesa ou na mesa contígua. Dão as costas à parede e posicionam-se de modo a poderem ver quem passa. Alguns, de perna cruzada, fumam um vagaroso cigarro que acabam por apagar no chão, pisando a beata com o sapato (...) A regularidade destes encontros, ao longo da semana, parece marcar rotinas sequenciais que teimam em persistir, seja o antes do almoço, o antes do jantar, ou o antes dos espetáculos, no Theatro Circo. (Pires et al., 2020, p. 75)

Voltando a Tönnies (1944/2010), será de notar que este confere um papel fundamental à vontade, individual ou coletiva, ainda que distinguindo entre “vontade de natureza”, mais associada à comunidade, da “vontade de arbítrio”, mais associada à racionalidade que subjaz à estrutura da sociedade. Interessa-nos aqui, sobretudo, reter a ideia de comunidade, associando-a, por um lado, à vontade coletiva e resistência do sentido mais orgânico que Tönnies lhe confere, o qual se observa n’A Brasileira, por outro, à importância da dimensão ritualística, como já apontado, herdada da natureza em última análise religiosa que o autor atribui ao conceito de comunidade, dimensão a nosso ver resiliente no universo investigado. A esta dimensão não escapam, entre outras infinitas (micro)produções simbólicas, as impecáveis fardas dos empregados, identificados com o nome gravado em placas metálicas, ou os detalhes do guarda-loiça, do mobiliário, das ambiências ou das gestualidades infinitamente reproduzidas, como sejam a troca de moedas pousadas nas bandejas, o aroma do café acabado de moer ou as longas manhãs ou tardes dedicadas à passagem do tempo, pois A Brasileira é, sobretudo, um café para estar, um lugar de permanente ritualização do quotidiano.

Convocando Max Weber, designadamente a sua obra *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*, é interessante notar que o sociólogo associa, desde logo, a origem e a história da cidade ao seu carácter comunitário, conferindo-lhe determinados princípios organizativos. Cidade e comunidade são, pois, segundo o paradigma teórico de Weber (1910-1922/2004, 1910-1922/2005), termos co-constitutivos. Inscrevendo-se esta pesquisa de campo no projeto Passeio, cujo referencial de base, territorial e imaginário, é a cidade, impõe-se sobremaneira sublinhar o sentido comunitário implicado na vida urbana quotidiana. Em particular, admite-se que em cada cidade coabitem múltiplas micro-comunidades, de entre elas a comunidade frequentadora do café A Brasileira.

Será ainda oportuno referir, explanando este sentido de (micro)comunidade urbana, num quadro mais contemporâneo, Maffesoli, e em particular a sua obra O

tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Neste livro, o autor defende a ideia de que se assiste, no âmbito de uma alteração de paradigma designado pelo autor por “pós-modernidade”, a uma transformação generalizada das instituições — a família, o Estado, a religião -, uma vez desprovidas da sua função integradora e substituídas por novas configurações comunitárias onde os indivíduos reencontram e reinventam dispositivos identitários alternativos. Face à massificação da sociedade e à perda do sentido de individualidade, é em “novas tribos” (Maffesoli, 2000), desde os clubes de futebol, as bandas de música ou determinados estilos diferenciados de consumo que cada um se redefina, não perdendo o seu sentido de pertença a uma dada “comunidade”.

Em linha com os múltiplos sentidos da vida comunitária urbana brevemente apontados, dir-se-ia que n’A Brasileira se observam movimentos contraditórios, embora coabitantes entre si. Por um lado, herdeira de um passado marcado pela justaposição, num mesmo lugar, de diferentes grupos, tais como os padres ou os professores e os artistas ou intelectuais da cidade, a par das classes mais populares (pessoas do “campo” vindas à cidade), A Brasileira é, ainda hoje, uma comunidade que abriga diversas (micro)comunidades, cujos rituais em parte se mantêm e em parte se transformaram. Tal é o caso dos artistas e intelectuais, e não só, outrora parte integrante da vida quotidiana do café e agora mais dispersos, alguns deles desidentificados com as mudanças operadas pela pressão turística ou pela perda de uma relação mais próxima com os empregados (reformados ou falecidos) ou amigos entretanto desaparecidos. Por outro lado, o aumento dos preços, na sequência, mais uma vez, do incremento da pressão turística, ou por exemplo a dificuldade em encontrar mesa livre a certas horas do dia, ou ainda as alterações do panorama social e cultural que passou a habitar o café (turistas, brasileiros residentes em Braga, novos clientes), conduziram ao afastamento de alguns antigos clientes. Rituais como o café depois do jantar, antes dos espetáculos no Theatro Circo, ainda persistem, embora os encontros entre os jovens universitários, mais notórios noutros tempos, sejam hoje uma prática periclitante. Ainda se denotam teimosas apropriações quotidianas do lugar de cada um no café da cidade (“o coração da cidade”), como bem expressam os (micro)retratos do “par de leitores”, de “o saudosista” ou da personagem “de chapéu cloche”, descritos em *Cenas e vistas d’A Brasileira*. Retenhamo-nos na seguinte passagem do primeiro dos (micro)retratos enunciados:

De manhã, por volta das nove horas, chegam um homem de meia-idade, magro e de aspeto juvenil, de cabelo grisalho, e um jovem de trinta e poucos anos, de estatura esguia. De imediato, sem mais delongas, sentam-se quase sempre na mesma mesa e cada um deles mergulha, compenetradamente na leitura. O primeiro dedica-se a ler o

jornal, enquanto o mais novo, sem pressa, abre um livro e nesse deposita, tranquilamente, os olhos. De vez em quando alterna a leitura entre o livro e o jornal. Quando isto acontece, pausa o livro, um grosso volume, sobre a cadeira adjacente. Ambos permanecem por um período dilatado de tempo, parecendo não ter outro destino que não o rigoroso cumprimento deste mesmo ritual quotidiano. Os empregados trazem-lhes a meia de leite e a torrada já sem os questionar. (Pires et al., 2020, p. 53)

Não deixando de se observar um micro-universo em mudança, um café e uma cidade em transformação, poderá dizer-se que na sua vocação ritualística A Brasileira cumpre, ainda hoje, um particular sentido de (micro)comunidade. Sublinhamos o termo “ainda”, uma vez que este sentido é, hoje, um sentido de resistência (Scott, 1992/2013).

Por meio de conversas de ocasião, alguns dos antigos clientes confessam o seu desânimo quando falam de hábitos passados que se foram perdendo, nomeadamente os encontros regulares com amigos e conhecidos ao final da tarde, ou antes da partida para o jantar de sábado à noite, a que se iam juntando, quantas vezes de improviso, este e aquele, desta e daquela mesa, com destino a um dos restaurantes mais emblemáticos da cidade: o Abade de Priscos, a Taverna do Félix... Outros falam da importância da ocupação sistemática da mesma mesa ou zona, dentro ou fora, como se o mobiliário se traduzisse em lugar de pertença e fosse vital a reapropriação quotidiana do mesmo, enquanto exercício renovado de afirmação. Uma das antigas e mais assíduas clientes lembra o período em que A Brasileira estivera em obras de renovação. Na altura da reabertura de portas, apesar do evento estar destinado a uma lista restrita de convidados, juntara-se à volta da porta principal um círculo de frequentadores que, com ou sem convite, se apressaram a reocupar a sua mesa (o mobiliário original manteve-se, ainda que restaurado), mal as portas foram abertas. O ritual da reocupação é um direito que cada qual procura garantir: Temos de persistir em lutar pelo nosso lugar n’A Brasileira, a cada dia (parafraseando-se a dita cliente, designada pela personagem “De chapéu cloche”, em *Cenas e vistas d’A Brasileira*, Pires et al., 2020).

Também o mais antigo funcionário, em entrevista, partilha uma história de vida que se entretete de forma inextricável com a vida d’A Brasileira. Ainda novo, tendo por intenção casar-se, havia enviado uma carta à Gerência, mostrando-se interessado em ali trabalhar, o que lhe valeu o emprego que mantém até hoje, com horários certos e tarefas mil vezes mecanicamente reproduzidas. O mesmo se poderá dizer do engraxador, atualmente vendedor de cautelas ou, simplesmente, inquilino d’A Brasileira, onde passa, desde há já muitos e muitos anos, os dias a fio, de manhã cedo até ao final do dia, de Verão e de Inverno. À boa maneira bejaminiana, poderá dizer-se, ali habita tanto (ou mais) como em sua casa.

Por fim, as ilustrações de Seromenho acrescentam à investigação camadas de sentido que paralelamente parecem reforçar o carácter ritualístico do micro-lugar: o cigarro vagarosamente consumido (hoje, na esplanada, outrora prática mais popular, observada dentro e fora); a frequência regular, na sua ocupação no espaço e na sua previsível duração, de diferentes personagens-tipo; a percepção do lugar transformado em casa, com espaço interior de encontros, cumplicidades, e mesmo confidências, e espaço exterior, convertido em esplanada veraneante, lugar de puro recreio e fruição; a mecânica da gestualidade dos funcionários, ao jeito de Charlie Chaplin, em *Os Tempos Modernos*; ou a suspensão do tempo do relógio e a entrega à contemplação das vistas do quotidiano na cidade, apreciadas lá fora, ou a partir de dentro, atravessando com o olhar as portadas. Estes signos, entre outros, que povoam as ilustrações, permitem-nos evidenciar o modo como o imaginário do seu autor dialoga com o imaginário coletivo, o modo como a pesquisa etnográfica encontra ressonância na cultura visual, e em particular na ilustração, tendo como referente um lugar experienciado, e vivido, a várias mãos, temporária ou quase-permanentemente habitado pelos investigadores, pelo próprio ilustrador (anteriormente, na sua juventude, frequentador assíduo d'A Brasileira, onde esboçara muitos dos seus desenhos), pelos clientes, funcionários ou proprietários e onde múltiplos rituais são partilhados e/ou observados.

(Micro)lugar habitado por histórias e memórias

Como defende Halbwachs, em *Les cadres sociaux de la mémoire*, “não existe memória possível, fora dos quadros de que os homens que vivem em sociedade se servem para fixar e reencontrar as suas recordações” (1925/1994, p. 79). Parafraseando o autor, acrescente-se que segundo esta perspetiva não existe memória estritamente individual ou estritamente coletiva (Halbwachs, 1950). As recordações pessoais são articuladas com as recordações dos outros, estruturando-se mutuamente através de “imagens recíprocas e complementares” (Halbwachs, 1950).

N'A Brasileira, as memórias individuais e coletivas são particularmente entrecidas nos contextos do quotidiano. A história do café e a história da cidade, a par da narração de episódios singulares embutidos na experiência de cada um, são permanentemente recontadas, nas conversas informais, nas entrevistas, mas também, em diferido, pelos objetos, existentes (ainda que transformados) na atualidade (as máquinas originais de moer o café, o mobiliário) e imaginários (o relógio de parede), que no dizer de Candau (2005/2013) desempenham o papel de *socio-transmissores*, para usar a terminologia do autor, estímulos desencadeadores de múltiplas e sempre reinventadas narrativizações partilhadas. A esta polifonia mnemónica juntam-se camadas sobre camadas de histórias recortadas, ao mesmo

tempo pessoais e coletivas, uma vez atualizadas em contextos de convivialidade quotidiana e de reciprocidade de recordações.

Atentemo-nos na seguinte passagem alusivo ao aparador d'A Brasileira:

...destaca-se, no nosso exercício de atenção, o aparador d'A Brasileira, no canto da extremidade interior do patamar de cima, o piso térreo principal. Em seu lugar, existia outrora, segundo as fotografias da época e testemunhos que fomos registando, um balcão em madeira, imponente, atrás do qual se encontrava invariavelmente um antigo empregado, fardado a rigor, de postura altiva e olhar perscrutador. Costumava ter as duas mãos pousadas sobre o balcão, nas alturas em que não se encontrava de costas, ocupado em manobrar os manípulos da máquina de café. De poucas falas, este era conhecido como o "zelador dos bons costumes" (...) Hoje, o aparador é sobretudo móvel decorativo, uma espécie de vitrine interior, periodicamente remodelada, onde se exibem as ementas e as temáticas festivas da cidade, apar de signo de pertença simbólica a um sistema de valor que agrega A Brasileira ao universo dos cafés históricos. (Pires et al., 2020, p. 59)

Como defende Candau, (2005/2013) os objetos funcionam como transmissores sociais e simbólicos, remetendo para memórias coletivas e estabelecendo ligação entre objetos existentes tanto no tempo histórico como no imaginário. Vejamos ainda o seguinte exemplo, desta vez apoiado no relógio d' A Brasileira:

Na memória dos clientes mais antigos d'A Brasileira ainda se vislumbra o antigo relógio de parede, de *design* moderno e requintado, em estilo de *art déco*. Tratava-se, em rigor, de um relógio pendurado no teto, na parte central do espaço interior do café, com formato retangular de *plexy glass*, transparente, visível de ambos os lados, de numeração árabe, deixando transparecer uma leve luminosidade interior de tom azul-violeta muito claro. Por ali se acertavam os relógios de pulso com mecanismos de corda ou as mudanças de hora. (Pires et al., 2020, p. 63)

Histórias sobre as rivalidades entre a Velha e a Nova Brasileira, ou mesmo memórias mais recuadas sobre a antiga Parisiana, pontuam volta e meia as conversas entre os clientes, inadvertidamente depositários dos tesouros mnemónicos do imaginário da cidade. Por entre estas memórias, descobrem-se cartografias de inscrição da cidade na modernidade da transição do século XIX para o século XX, ressonâncias da Paris de que nos fala Walter Benjamin (2019):

Consta nas memórias partilhadas em família que, em finais do século XIX, os prédios d'A Brasileira e o da chapelaria Parisiana estavam sob administração de bisavós de Cerqueira Gomes. A Brasileira logo mudou de donos. A Parisiana foi mantida por mais tempo com a família. Além da loja de chapéus, administrada por sua bisavó, o

prédio abrigava uma loja de lentes e artigos elétricos do bisavô. Ambos eram entusiastas das novidades que iam descobrindo em frequentes viagens à capital francesa. (Pires et al., 2020, p. 88)

A moda, bem como as últimas invenções da ótica chegavam a Braga pela mão da família Cerqueira Gomes, que ao mesmo tempo, na sua origem, se havia cruzado com o destino do café A Brasileira, lugar instaurador de novos costumes, de novas práticas urbanas promotoras da cultura do ócio e do prazer da vida quotidiana que então se inventava (Certeau, 1998).

As histórias e memórias, a cada passo renarradas, reproduzem um imaginário comum, partilhado à mesa, entre revisitações que não deixam de ser ficcionadas. O sentido de identidade-comunidade recria-se, assim, num registo polifónico de autoria coletiva e expandido no passado-presente que os lugares atualizam, no contexto da vida comum de todos os dias.

Importa considerar, nos termos de Candau (2005/2013, p. 99) o desdobramento entre “a representação que cada indivíduo cria da sua própria memória”, por um lado, e, por outro, “o que ele diz dela”. Fazendo um paralelismo com a linguagem, nomeadamente remetendo para Ricoeur, o autor propõe-nos uma reflexão sobre o conceito de “metamemória”. Há, pois, que distinguir, enquanto objeto, “a coisa de que nos lembramos” do ato de nos lembrarmos. Fundamental à construção da identidade individual ou coletiva, a metamemória é reivindicada e assenta na crença de que os outros se lembram: “a crença em raízes e num destino comuns” (Candau, 2005/2013, p. 100). Esta crença expressa-se num discurso ele mesmo partilhado e afirmativo da crença num sentimento comum. Diz o autor:

Ora esse metadiscurso tem, como qualquer linguagem, efeitos sociais extremamente poderosos. Ele alimenta o imaginário dos membros do grupo ajudando-os a pensar em si próprios como uma comunidade, e contribui para modelar um mundo em que a partilha memorial se torna ontológica. (Candau, 2005/2013, p. 100)

O projeto “Passeio, Plataforma de Arte e Cultura Urbana” visou, assumidamente, intervir, ainda que de modo subtil, na comunidade, tendo como um dos seus propósitos contribuir para a consolidação da metamemória que por via das conversas e entrevistas realizadas se foi reanimando. Incentivar o discurso sobre as histórias e as memórias, individuais e coletivas, bem como a sua partilha, constituiu uma estratégia (e ação) de reafirmação do sentido de pertença comunitária (e de crença nessa mesma comunidade), num contexto de profundas mudanças sociais e culturais, observadas tanto no café, como na cidade.

Dois dos entrevistados, ambos clientes antigos d'A Brasileira, reportam-nos os tempos da sua juventude passada no café, apontando o dedo às personagens-tipo, aos tiques dos antigos funcionários, alguns mais conservadores, outros mais benevolentes, ao modo como n'A Brasileira transparecia um mapa de clara divisão social, à maneira de Bourdieu (1979/1999), com os padres e professores para um lado, os transgressores (a geração *punk* dos anos oitenta) para outro, os idosos noutro canto, e os populares na "cavalaria"...

As histórias e memórias são igualmente sugeridas pelas ilustrações, se entendermos que os motivos aí representados tais como o café-casa ou a casa-pessoa-árvore, as ambiências de cumplicidade entre os clientes, a casa-livro, os lápis, são evocativos, quer dos próprios vínculos entre o lugar e a autobiografia de Seromenho, cuja história de vida, na sua juventude, se entrelaça com A Brasileira, quer do modo como este percebe esse mesmo lugar enquanto contendor de experiências ao mesmo tempo identitárias e partilhadas, Como diria Augé (1992/2012), a propósito do lugar antropológico (em contramão com a noção de "não-lugar"), os desenhos de Seromenho descrevem, de forma singular, A Brasileira como um lugar de construção de memórias, de relações e de identidades.

(Micro)lugar de desejo estético-político

Para Stiegler (2004/2018), o problema político, isto é, da "participação de todos na produção do um" é um problema estético. O autor fala da "individuação colectiva", da "participação de todos na produção do um, ou seja, do todo, como fantasma e ficção necessários instalando o teatro de uma unidade suposta que se chamará 'a sociedade'" (Stiegler, 2004/2018, p. 25):

A política é a arte de garantir uma unidade da cidade no seu desejo de futuro comum, a sua in-dividuação, a sua singularidade como devir-um. Ora, esse desejo supõe um futuro estético comum. Estar-junto é ser um conjunto sensível. Uma comunidade política é então a comunidade de um sentir. Se não somos capazes de gostar das coisas juntos (paisagens, cidades, objectos, obras, línguas, etc.), não podemos amar-nos. É este o sentido da filia em Aristóteles. Amar-se é amar em conjunto coisas além de si. (Stiegler, 2004/2018, pp. 17-18)

Como aponta Stiegler (2004/2018), a partilha de experiências estéticas comuns é fundamental ao sentimento de pertença a uma mesma comunidade. O autor exemplifica com o abismo social e cultural observado, nomeadamente, em França, quando comparadas as práticas culturais e de fruição estética que separam os bairros sociais e periferias do centro de Paris. A esta diferença está associada a "miséria

simbólica” que, segundo Stiegler (2004/2018), explicará, pelo menos em parte, as radicais diferenças ideológicas e sociais que ameaçam a possibilidade de uma convivialidade plural, mas ainda assim empenhada na construção e no desejo de um projeto social comum. Na “era hiperindustrial”, as gritantes clivagens entre “nós” e “eles” agravam-se:

Nós, que compomos esta infinita minoria, vivemos em meios urbanos geralmente privilegiados senão mesmo muito privilegiados: em bairros que ainda se parecem com cidades, onde frequentamos por vezes restaurantes dignos desse nome, onde as nossas crianças (apesar de ser cada vez mais difícil) ainda frequentam escolas onde é mais ou menos possível aprenderem qualquer coisa, onde podemos frequentar salas de espectáculo e cinemas que projectam filmes de diversas feitura, onde podemos deambular pelas ruas onde comerciantes nos propõem mercadorias de qualidade — enquanto, na maior parte do tempo, ignoramos TUDO acerca das condições de vida dos nossos próprios concidadãos, que tantas vezes se tornaram execráveis, senão mesmo insuportáveis. (Stiegler, 2004/2018, p. 141)

O simbólico na era do consumo representa, segundo Stiegler (2004/2018), “uma grande miséria mundial”, em última análise, o fim da sociedade, logo da comunidade. O autor refere-se à dificuldade de produção da “singularidade idiomática” (o *um*, ao mesmo tempo singular e comum). Isto se atendermos a que o processo de individuação pressupõe “a *participação* do múltiplo na *produção* do um” (Stiegler, 2004/2018, p. 26). A oposição entre “produtores” e “consumidores” de símbolos compromete o sentido da “participação simbólica”, precisamente, tanto ao nível cognitivo como ao nível estético. A estética da mercadoria, de que nos fala Haug (1971/1996), ao mesmo tempo que nos ilude o desejo de produção simbólica, imprime-nos a submissão às relações de troca mercadológica como única forma de exercitarmos o nosso sentido de pertença a uma dada comunidade/sociedade, confundindo-se a fruição estética com a condição de consumidor:

Na expressão “estética da mercadoria” ocorre uma restrição dupla: de um lado, a “beleza”, isto é, a manifestação sensível que agrada aos sentidos; de outro, aquela beleza que se desenvolve a serviço da realização do valor de troca e que foi agregada à mercadoria, a fim de excitar no observador o desejo de posse e motivá-lo à compra. (Haug, 1971/1996, p. 16).

Por seu turno, a sociedade do controlo serve-se da esfera do consumo para encenar uma ilusória prática de realização pessoal, promovendo a “liberdade de escolha” e de participação na estética generalizada, no “já sentido”, explanado por Perniola (1991/1993):

...o já sentido é uma espécie de sensologia generalizada que se constitui com base no modelo da ideologia e que partilha com esta a atribuição de processos psíquicos à vida colectiva: ela não assume no entanto o aspecto de um convite ou de uma exortação dirigida a cada indivíduo em nome de qualquer valor ou ideal, mas de uma instituição, de uma imposição no sentido de recalcarem o que já todos provaram e aprovaram e que não tem outra legitimidade fora deste geral e anónimo consenso. (p. 14)

Retomando Stiegler (2004/2018), importa reforçar a atual “perda de individuação generalizada”, decorrente da “perda de participação na produção de símbolos”, o que é outro modo de dizer a extinção do *desejo* e a “decomposição do social”.

É neste quadro que os lugares de encontro e do estar-com-os outros são fundamentais. Neles se partilha a co-presença e a experiência estética do quotidiano, bem como a memória e o imaginário coletivos. Tais sentimentos de ligação convergem na produção simbólica conjunta e na realização comum do sentido e projeto de comunidade.

Transportando este último eixo de reflexão para o universo de estudo, passemos à reprodução de um excerto do livro *Cenas e vistas d’A Brasileira*, para concluir que, com base na reflexão sobretudo apoiada em Stiegler (2004/2018),

A experiência quotidiana n’A Brasileira é, ao mesmo tempo, uma experiência estética e política. Estética, em primeiro lugar, porque agencia o sentir-com. A singularidade da arquitetura e decoração interiores (o design e disposição das mesas, o interior e a esplanada, as portadas envidraçadas...), o gosto pela apreciação do vago e da circulação nas ruas, em dias de sol ou chuva, as leituras ou conversas de ocasião, compõem uma ampla organologia de sensações, ao mesmo tempo únicas e comuns. Política, em segundo lugar, porque potencia, a partir dessa mesma experiência estética partilhada, a participação na produção de um sentido coletivo e singular de comunidade. A partir do conceito deleuziano de sociedades de controlo (Deleuze, 1990), Bernard Stiegler (2018) fala, precisamente, da miséria simbólica que hoje empecilha, iludindo-nos com os prazeres fáceis e voláteis do consumo, a nossa experiência estética partilhada, meio caminho andado para o sentido de pertença e de comunidade. O quotidiano que no decorrer desta publicação relatámos é uma experiência, uma “subjetividade”, uma vez circunscrita no “mundo circundante” do observador. Falando do que se passa à volta, o investigador, que neste texto se assume como um autor ao mesmo tempo individual e coletivo, fala do que vê e ouve. No espaço tempo do quotidiano, a Passeio imergiu no sensível que tanto foi constrangedor, como condição de possibilidade da produção do exercício de pensamento, semiótico, e da experiência partilhada de criação de sentido(s) que aqui se publica. Foi este o horizonte, estetico-político, que a presente micro-narrativa procurou explicar. (Pires et al., 2020, pp. 96-97)

Não deixando de aqui entrelaçar o imaginário que nas ilustrações acompanha esta investigação, é relevante notar o quanto nelas se dá conta da importância dos sentidos, das sensações — *aesthesis* — figurados nos olhos, nos ouvidos, nas vistas que se prolongam, a partir do dentro do café, sobre a cidade (metaforizada, nomeadamente, na ilustração onde se representam prédios), mas também nos signos da fantasia que saltitam, à solta, aqui e ali. Observam-se torres que emanam sons, prédios ligados por pautas musicais, barcos à deriva, interiores transformados no dentro das garrafas, óculos que servem de espelhos... A partir das ilustrações desenha-se uma ambiência dinâmica, de convivialidade e de conversação com o outro, enquanto, simultaneamente, se celebra a experiência sensível, a imersão cinestésica de cada um no universo envolvente.

Considerações finais

Ainda que reconhecendo algumas limitações inerentes às opções metodológicas adotadas, nomeadamente as decorrentes do mergulho dos investigadores no quotidiano do café A Brasileira, por via da observação participante, o que implica uma aparente falta de distanciamento do objeto, assim como das conversas de ocasião, ou entrevistas em profundidade, de carácter aberto, direcionadas para a obtenção de resultados qualitativos à partida não generalizáveis, é de salientar que esta pesquisa permitiu a produção de um conhecimento particularmente valioso e de interesse socio-etnográfico que ultrapassa a sua idiossincrasia singular. Na presente investigação interseitam-se memórias coletivas e experiências relatadas que expandem a geografia do lugar, assim como múltiplas culturas e prenunciam-se transformações com potencial indicial, observando-se pistas expressivas de um fenómeno que, admite-se, dialoga com outros fenómenos, mais ou menos afins. Acresce que a costuração das ilustrações, de permeio, se, por um lado, atendendo à sua não subordinação ao texto académico, nos facultou a reduplicação das camadas de sentido do universo que a ambas as partes, investigadores e ilustrador, serviu de ponto de partida, por outro, admitimos existirem dificuldades quanto à argumentação que sustenta a deriva pelo imaginário assim produzido e que optamos por incorporar na pesquisa. Pesadas as dificuldades e as potencialidades de exploração etnográfica do universo em causa, relevamos o carácter estimulante da abordagem, que se procurou criativa e recriadora dos caminhos da transdisciplinaridade que as ciências sociais, de forma titubeante ainda, vão começando a explorar.

O sentimento de insegurança que se tem vindo a intensificar a uma escala global, discutido nomeadamente na obra *Comunidade, Em busca de segurança num*

mundo hostil, de Bauman (2003), incutirá nos frequentadores dos cafés históricos, aqueles percebidos e vividos enquanto (micro)comunidades, um sentido de urgência em resgatar a possibilidade de ali preservarem (ou reinventarem) o seu sentido de partilha do quotidiano e de pertença a uma cultura com a qual (ainda) se identificam ou desejam identificar. Face ao seu quotidiano percebido como arriscado e inseguro, os indivíduos procuram na comunidade, segundo Bauman (2003), a garantia da segurança, da certeza e da proteção. O exercício de produção conjunta de sentido de comunidade é tanto mais importante quanto a realidade é, na verdade, no dizer do autor, não-comunitária.

A esta visão desencantada soma-se, por aproximação, o olhar, entre outros, de Sharon Zukin (2009). Em *Naked city. The death and life of authentic urban places*, a autora alerta para o facto de a crescente procura pela suposta “autenticidade da vida urbana” se ter traduzido no atual fenómeno da gentrificação, afastando para fora dos “centros das cidades” as classes trabalhadoras, os imigrantes e os artistas.

O trabalho de campo realizado n’A Brasileira permitiu observar uma cidade em mudança, na altura (pré-pandémica) visivelmente marcada pelas novas migrações de brasileiros, bem como pelo incremento exponencial do turismo (o Posto de Turismo de Braga registava, entre janeiro e agosto de 2018, 275.105 visitantes²). É neste contexto que o café se transformou num lugar percebido ele mesmo em transformação. Os seus habituais frequentadores vêem-se investidos na reapropriação do seu lugar neste novo cenário, procuram readaptar-se aos cheios e vazios, tanto no espaço interior como na esplanada, tentam resistir aos novos preços e, sobretudo, procuram resistir, em surdina, ao risco de perda do sentido de identidade, sob ameaça face à nova reconfiguração do espaço e à nova organicidade do café.

Com o presente ensaio, procurámos acima de tudo, de forma sucinta, relevar a importância dos (micro)lugares, a transformação do espaço urbano em lugares vividos, habitados, partilhados no quotidiano. Na cidade cabem muitos micro-universos onde a sociabilidade e o sentido de pertença a uma memória, a um imaginário e a uma experiência estética comuns se realizam. A produção do sentido de comunidade (Araújo et al., 2019; Durkheim, 1912/1979; Tönnies, 1944/2010), fundamental numa época de profundas e aceleradas transformações sociais e culturais, é hoje uma urgência. Este exercício, carente de permanente revitalização, não dispensa a reinvenção dos rituais que marcam a vida comum de todos os dias. Em particular, os cafés, e no caso em apreço A Brasileira, em Braga, cumprem de um modo especial esta vocação. Por meio de uma reflexão desdobrada em três eixos — a partir da qual se pensou o café enquanto (micro)lugar ritualístico, (micro)lugar habitado

2 Informação retirada do *site* da Câmara Municipal de Braga (Município de Braga, 2018).

por histórias e memórias e (micro)lugar de desejo estético-político —, propusemo-nos desafiar o leitor a reequacionar a sua perceção relativamente à importância dos cafés na vida pessoal e coletiva nos contextos da atual vida urbana quotidiana, não esquecendo o sentido de compromisso de cada um com a produção de um projeto de comunidade-sociedade inscrito no *inter-esse* (Arendt, 1958/2001), a salvo do aprisionamento de cada um dentro de si mesmo.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alemão, S. (2017). *Cafés portugueses – Tertúlias e tradição*. Clube do Colecionador dos CTT.
- Almeida, A. I. S. (2013). *Os cafés da baixa do Porto. Materialidade, uso e significado do espaço construído* [Dissertação de Mestrado, FAUP- Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto].
https://sigarra.up.pt/faup/en/PUB_GERAL.PUB_VIEW?pi_pub_base_id=23466
- Araújo, E., Silva, M., & Ribeiro, R. (2019). O tempo da comunidade e o tempo do turismo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 6(2), 89-107. <https://doi.org/10.21814/rlec.2368>
- Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Relógio d'Água. (Obra originalmente publicada em 1958)
- Augé, M. (2012). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Letra Livre. (Obra originalmente publicada em 1992)
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Editora Zahar.
- Belting, H. (2014). *Antropologia da imagem*. KKYM + EAUM.
- Benjamin, W. (2006). *A modernidade*. Assírio & Alvim. (Obra originalmente publicada em 1972)
- Benjamin, W. (2019). *As passagens de Paris* (J. Barrento, Ed. e Trad.). Assírio & Alvim.
- Bourdieu, P. (1999). *La distinction. Criterio y bases sociales del gusto*. Taurus. (Obra originalmente publicada em 1979)
- Candau, J. (2013). *Antropologia da memória*. Instituto Piaget. (Obra originalmente publicada em 2005)
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Editora Vozes.
- Coles, A. (Ed.) (1999). *The optic of Walter Benjamin*. Black Dog Publishing Limited.
- Durkheim, E. (1979). *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*. Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1912)

- Feixa, C., & Porzio, L. (2008). Um percurso visual pelas tribos urbanas em Barcelona. In J. Machado Pais, C. Carvalho, & N. M. Gusmão (Eds.), *O visual e o quotidiano* (pp. 87-113). Imprensa de Ciências Sociais.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Editora Schwarcz – Companhia das Letras.
- Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective*. PUF.
- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel. (Obra originalmente publicada em 1925)
- Hall, S., Evans, J., & Nixon, S. (2016). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Sage.
- Harris, R., Williams, P., & Griffin, T. (2012). *Sustainable tourism*. Routledge.
- Haug, W. F. (1996). *Crítica da estética da mercadoria*. Editora Unesp. (Obra originalmente publicada em 1971)
- Heidegger, M. (2004). *Ser e tempo* (Parte 2). Vozes.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo* (Parte 1). Vozes.
- Kress, G., & Leeuwen, T. van (2006). *Reading images: The grammar of visual design*. Routledge.
- Kress, G., & Leeuwen, T. van (2009). *Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication*. Routledge.
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. Letra Livre. (Obra originalmente publicada em 2000)
- Lutard-Tavard, C. (2010). Les cafés en France, nouvelles tendances ou lieux en voie de disparition?. *UDK* (44), 965-974.
<http://docplayer.fr/61261687-Udk-44-les-cafes-en-france-constat-nouvelles-tendances-ou-lieux-en-voie-de-disparition.html>
- Maalouf, A. (2000). *On identity*. The Harvill Press. (Obra originalmente publicada em 1996)
- Maffesoli, M. (2000). *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Editora Forense Universitária.
- Município de Braga. (2018, 27 de setembro). Braga afirma-se como destino turístico de excelência. <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-8321>
- Niedzielski, P.-E. (2018). *Sociabilités de comptoir: une ethnographie des débits de boissons* (NNT: 2018STRAG029ff. fftel-03000539) [Tese de Doutorado, Université de Strasbourg]. HAL open science archive.
- Oldenburg, R. (1989). *The great good place: cafés, coffee shops, bookstores, bars, hair salons and other hangouts at the heart of a community*. Paragon House.
- Oldenburg, R. (2001). *Celebrating the third place: inspiring stories about the “Great good places” at the heart of our communities*. Marlowe and Company.
- Perniola, M. (1993). *Do sentir*. Editorial Presença. (Obra originalmente publicada em 1991)
- Pink, S. (2001). *Doing visual ethnography*. Sage Publications.
- Pires, H., Marques, F., & Gomes, S. (2020). *Cenas e vistas d’A Brasileira*. CECS/CMB.
- Poe, E. A. (1840/1996). The man of the crowd. In P. F. Quinn, & G. R. Thompson (Eds.), *Poetry, tales & selected essays* (pp. 388-396). The Library of America.

- Sansot, P. (1973). *Poétique de la ville*. Édition Klincksieck.
- Scott, J. C. (2013). *A dominação e arte da resistência. Discursos ocultos*. Letra Livre. (Obra originalmente publicada em 1992)
- Stiegler, B. (2018). *Da miséria simbólica*. Lisboa: Orfeu Negro. (Obra originalmente publicada em 2004)
- Tönnies, F. (2010). *Communauté et société*. PUF. (Obra originalmente publicada em 1944)
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 2). Editora UNB. (Obra originalmente publicada em 1910-1922)
- Weber, M. (2005). *Economia e sociedade* (Vol. 1). Editora UNB. (Obra originalmente publicada em 1910-1922)
- Zukin, S. (2009). *Naked city. The death and life of authentic urban places*. Oxford University Press.

Data de submissão: 15/07/2021 | **Data de aceitação:** 23/09/2022



RECENSÕES
REVIEWS

**OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2022).
TRABALHO DIGNO E A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA:
110.ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO
TRABALHO (CIT.110/RELATÓRIO VI)¹**

Raquel Rego

FUNÇÕES: Conceptualização, Recursos, Visualização, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição
AFILIAÇÃO: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,
1600-189 Lisboa, Portugal
E-mail: raquel.rego@ics.ulisboa.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7342-8695>

Ainda que a recuperação socio-económica seja incerta, tanto mais agora que estamos perante o agravamento da crise por via da guerra na Ucrânia, o impacto da pandemia COVID-19 na nossa vida em sociedade permite-nos já tirar algumas conclusões. Uma dessas conclusões é que existem trabalhadores (profissionais de saúde, cuidadores e outros prestadores de serviço de proximidade) que revelaram de forma inequívoca o seu humanismo e indispensabilidade neste período.

Ora, se olharmos com atenção para estes trabalhadores, percebemos que muitos integram o que se pode chamar de *economia social*. Neste sentido, do ponto de vista das organizações de trabalho encontramos cooperativas, associações, fundações, empresas sociais, entre outras organizações que na sua missão priorizam o interesse das pessoas, assentando numa adesão voluntária e adoptando um funcionamento democrático (órgãos sociais electivos e prestação de contas)².

Ainda que com passos nem sempre seguros, a *visibilidade institucional e política* dada à economia social tem tido em Portugal algum avanço recente. Isto sucedeu, por exemplo, com a publicação da Lei de Bases da Economia Social em maio de 2013 (Lei n.º 30/2013). O chamado sector social é reconhecido como co-existente com o sector privado e público e a sua protecção promovida na Constituição da República Portuguesa³, mas ainda não tinha um regime jurídico organizado numa lei de bases nem se procedera a uma reforma legislativa.

A atenção dirigida à economia social tem resultado também de influências supra-nacionais, designadamente europeias, sem surpresa pois a acção positiva do enquadramento europeu tem sido demonstrada em diversas políticas. Esta influência é notória assim também com outro marco institucional: a criação da Conta Satélite da

1 https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_847091.pdf

2 A nossa definição é mínima pois pretende apenas situar por ora o/a leitor/a.

3 Note-se que a autonomização do sector social do privado não é sempre pacífica e o relatório da OIT dá justamente conta da diversidade de opiniões (p.14).

Economia Social pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES). Esta iniciativa permitiu o levantamento de dados quantitativos para avaliar o peso da economia social na economia nacional ao longo de três edições (2010, 2013 e 2016) (INE/CASES, 2019). Uma iniciativa cuja motivação remete para a Resolução do Parlamento Europeu sobre Economia Social de 2009 e que por certo beneficiou também, por exemplo, da acção da equipa do “Projecto Comparativo do Sector Não Lucrativo”, liderado por Lester M. Salamon da Universidade Johns Hopkins. Tal como levado a cabo em dezenas de países do mundo inteiro, este projecto da universidade norte-americana deu à luz, então de forma inédita, as primeiras estatísticas sobre voluntariado e emprego no sector social em Portugal, em 2005, pela mão da Professora da Universidade Católica Portuguesa, Raquel Campos Franco (Franco et al., 2005). A equipa do projecto também procurou sensibilizar as instituições nacionais para que fosse dada continuidade a esta recolha de dados, questão fundamental de resto no relatório da OIT objecto desta revisão.

É, pois, neste contexto que o relatório *Trabalho digno e a economia social e solidária* constitui mais um indicador da importância que o sector social está a assumir do ponto de vista político e institucional. Note-se que ele está acessível no *website* do Escritório da Organização Internacional do Trabalho, em Lisboa, portanto disponível para o/a leitor/a lusófono/a, desde que com acesso à Internet, graças ao apoio financeiro do Ministério do trabalho e da colaboração da CASES.

Estando longe de ser a primeira vez que a OIT contempla a economia social nos seus debates, grupos, normas ou acções, inclusive multilaterais (como fica demonstrado no capítulo 4, em particular na saliência de projectos com cooperativas, e no anexo que reúne instrumentos normativos e respectivas referências ao sector social), este relatório tem a particularidade de ter integrado a agenda da Conferência Internacional do Trabalho, a 110^a, ocorrida em meados de 2022.

A inovação do relatório é dupla: apresenta uma definição universal de economia social (capítulo 1)⁴ e uma agenda de acção (capítulo 5). E a motivação é tornar nomeável para melhor conhecer e intervir:

4 A proposta para discussão afirma:

A economia social e solidária (ESS) compreende as unidades institucionais com finalidade social ou pública, que realizam atividades económicas baseadas na cooperação voluntária, na governação democrática e participativa, na autonomia e independência, cujas regras proíbem ou limitem a distribuição de lucros. As unidades da ESS poderão incluir cooperativas, associações, mutualidades, fundações, empresas sociais, grupos de autoajuda e outras unidades a operar de acordo com os valores e princípios da ESS nas economias formal e informal. (p.14)

Apesar de uma definição universalmente acordada poder não captar totalmente a diversidade da ESS [economia social e solidária] à volta do mundo, a sua ausência impede a representação adequada da ESS nas estratégias e políticas de desenvolvimento internacionais. Impede ainda a compilação de estatísticas de ESS abrangentes, fiáveis e internacionalmente comparáveis. (p.11)

Não se trata, pois, de uma obra científica ou académica, mas de um *documento político*, com alguns dados secundários “credíveis”, que merece a nossa leitura desde logo por duas razões. Primeiro, o *largo espectro regional*, pois as publicações da OIT têm quase sempre esta escala global que nos alerta para a diversidade dos países e regiões do globo (capítulo 1), inclusive para as várias posições dos parceiros sociais (capítulo 3), viabilizando assim uma análise e proposta informada. Por outro lado, a *junção dos temas do sector social com o trabalho digno*, nomeadamente tendo em conta a criação de emprego pelo sector social e redução das desigualdades em áreas rurais por meio em particular das cooperativas (capítulo 2), é prova do reconhecimento deste sector como relevante para o mundo do trabalho e, por conseguinte, perseguindo também este objectivo de desenvolvimento que marca a política universal no século XXI.

O *trabalho digno* (*decent work*), foi lançado no final do século passado pela OIT, ou seja, é uma política universal que resulta da concertação de actores sociais de interesses estruturalmente antagónicos: organizações sindicais, de empregadores e governamentais chegaram a um consenso quanto à importância de promover o trabalho com determinados requisitos. Desde então a expressão tem sido usada de forma generalizada, sob o risco até de se perder o sentido preciso que conquistou. Assumindo que o trabalho não é uma mercadoria, na senda da missão que levou à criação da OIT em 1919, o trabalho digno assenta em seis pilares: trabalho seguro, salários justos, condições de trabalho seguras, protecção social, diálogo social e trabalho com direitos. Esta política universal está hoje plasmada em diversos documentos, desde resoluções das Nações Unidas a Planos de Acção de grupos de países, entre muitos outros. É assim que o trabalho digno se tornou o 8.º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável para 2030 das Nações Unidas. Acresce que, apesar de não ter qualquer carácter sancionatório associado e permanecer uma iniciativa dependente da vontade dos países, o trabalho digno tem indicadores instituídos para a sua monitorização desde 2008.

Na verdade, o relatório da conferência da OIT não fala apenas de economia social. Ele coloca em paridade a economia social e a *economia solidária* e esse é mais um elemento de interesse. A economia solidária pode ser reconhecida ao longo dos tempos, desde uma “economia fraterna” fervescente na primeira metade do século XIX com o surgimento das associações voluntárias, em Portugal

como na Europa, mas só agora parece reconhecida do ponto de vista político. Ela emerge como mais uma expressão para designar este sector social⁵, composto de múltiplas organizações e olhares disciplinares, sendo a sua especificidade proveniente do valor dado à solidariedade, mais do que ao interesse das pessoas. Como dizia Jean-Louis Laville (1995), a economia solidária é como que um *retorno às origens*. Ao falarmos de economia solidária estamos de facto a desenvolver um esforço de demarcação da tendência de muitas organizações da economia social para a *profissionalização*, em resultado da colaboração com um *Estado-Providência* em crise.

Ainda que transpareça um *optimismo* porventura excessivo (notório no entendimento das cooperativas como modelo de empresas sustentáveis, no sector social como solução para a transição da economia informal para a formal, ou na resiliência deste sector em particular perante crises), é certo que cabe a instituições como a OIT o encorajamento de um sector alternativo, estimulando junto dos países a promoção de um ambiente facilitador, a adopção de legislação, a recolha e compilação de dados (capítulo 5), etc. Para isso de facto importa antes de mais assentar numa definição do objecto, para que não fique *lost in translation*.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). *The Portuguese nonprofit sector in comparative perspective*. Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University.
http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/11/Portugal_NationalReport_2005.pdf
- INE, Instituto Nacional de Estatística / CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2019). *Conta satélite da economia social 2016 / Inquérito ao trabalho voluntário 2018*.
<https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Conta-Sat%C3%A9lite-Voluntariado.pdf>

5 A dificuldade em cingir a nomeação do sector a uma expressão, assunto muito debatido pela literatura científica, fica mais uma vez patente neste relatório. Veja-se em particular o capítulo 1 “A ESS à volta do mundo”.

- Laville, J.-L. (1995). Économie solidaire, économie sociale et État social. In J.-L. Klein, & B. Lévesque (Eds.), *Contre l'exclusion, repenser l'économie. Actes du 13^e colloque de l'Association d'économie politique* (1^a ed., pp. 161-174). Presses de l'Université du Québec
- Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, da Assembleia da República. (2013). Lei de Bases da Economia Social. *Diário da República*, 1.^a série, 88, 2727-2728.
<https://files.dre.pt/1s/2013/05/08800/0272702728.pdf>

Data de submissão: 01/09/2022 | **Data de aceitação:** 09/09/2022



MARCHI, RICCARDO. (2022). A BOLHA: UMA DIREITA ANTIPOPLISTA. EDIÇÕES 70

Jaime Roque

FUNÇÕES: Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Av. Doutor Dias da Silva, 165, 3004-512, Coimbra, Portugal

E-mail: jaime.roque99@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9119-6878>

A liberalização da economia portuguesa iniciada no final da década de 1980 representou também uma transformação estrutural dos meios de comunicação social, assinalada, desde logo, pela consolidação de novos projetos na imprensa escrita e pela emergência dos canais privados de televisão. Não obstante as promessas de maior diversidade de pontos de vista de opiniões subjacente à entrada de novos atores e instituições do campo dos *media*, alguns estudos recentes, focando-se nos espaços de comentário que se multiplicaram nos órgãos de comunicação revelam um reduzido nível de pluralismo no espaço público. Muitos destes trabalhos têm vindo a mostrar que estes comentadores compõem uma elite — oriunda sobretudo da academia, da política e das profissões liberais — que se tem vindo a perpetuar nos espaços de opinião (Figueiras, 2018). Estes espaços são ocupados maioritariamente por comentadores pertencentes aos partidos da direita ou por comentadores que, mesmo sem filiação partidária, integram esse espaço ideológico (Cardoso et al., 2019).

Este universo de comentadores e fazedores de opinião de direita é justamente o objeto central de *A bolha: uma direita antipopulista*, o novo livro de Riccardo Marchi — investigador do Centro de Estudos Internacionais (Iscte — Instituto Universitário de Lisboa), professor convidado da Universidade Lusófona e autor de um extenso e polémico conjunto de obras sobre as direitas radicais portuguesas. Num contexto onde o rápido crescimento eleitoral do partido Chega suscitou uma ampla discussão no espaço público em torno do chamado fenómeno populista contemporâneo, o autor procurou perceber as razões pelas quais, em Portugal, “os ‘fazedores de opinião’ de ponta da direita se demonstram bastante impermeáveis a este fenómeno crescente no Ocidente” e “caraterizar os diferentes matizes desta impermeabilidade, fruto das respetivas formações intelectuais e escolhas de estratégia política” (p. 13). A investigação é motivada, segundo o autor, por um abaixo-assinado que cerca de meia centena destas figuras publicaram na imprensa aquando do acordo parlamentar entre a coligação PSD-CDS-PPM e o Chega nos Açores e onde se procuraram demarcar do chamado “abraço mortífero do nacional-populismo antidemocrático e iliberal” (p. 9). Perante as reações de uma certa direita tradicional ou conservadora a este manifesto, Marchi procurou entender as

divergências entre uma “condenação unânime da essência do populismo e a pluralidade de posicionamentos face a temas sensíveis como o reconhecimento da legitimidade dos partidos anti-sistema e da dignidade do eleitorado populista” (p. 12).

De modo a explorar este problema de investigação, o autor selecionou duas gerações de intelectuais da direita portuguesa: os da “primeira geração” — nascidos nas décadas de 1950 e 1960 — e os da “segunda geração” — nascidos nas décadas de 1970 e 1980. Nomeando apenas algumas figuras mais destacadas, encontramos analistas, comentadores, jornalistas e políticos com a relevância de Adolfo Mesquita Nunes, Alberto Gonçalves, Francisco Mendes da Silva, Henrique Raposo, João Marques de Almeida, João Miguel Tavares, Miguel Morgado, Pedro Marques Lopes, entre outros. A recolha dos dados foi feita através da análise de textos da autoria destes atores e através da realização de dez entrevistas, quatro com protagonistas da primeira geração e seis com protagonistas da segunda. São estes os dados que organizam os quatro capítulos da investigação: “Entre o Cavaquismo e a Revolução *Independente*”, “Entre a Blogoesfera e a Trincheira *Atlântico*”, “Entre o Passismo e a Integração no Sistema” e “Entre os Populismos Lá Fora e Cá Dentro”.

Ao longo destes quatro capítulos, Marchi produziu um mapeamento detalhado da história do meio político-intelectual da direita portuguesa ao longo das últimas quatro décadas. No primeiro capítulo, o autor começa a dar conta do cruzamento de percursos individuais realizados “fora do âmbito do Estado, entre imprensa, televisões e universidades privadas” (p. 29). Tendo-se destacado pela sua formação académica, os atores estudados procuraram inserir-se a partir da década de 80 num conjunto de projetos de intervenção cultural “para liberalizar a economia e para acompanhar as mudanças sociais nos valores” (p. 24) contra o chamado espaço socialista do período revolucionário. O seu principal ponto de encontro foi o semanário *O Independente* (1988-2006). No segundo capítulo, estas intervenções culturais decorrem na blogoesfera que emergiu no início dos anos 2000, as quais viariam a estar na origem da revista *Atlântico* (2005-2008), onde os debates associados ao tema do terrorismo e da criminalidade étnica assumiram, segundo Marchi, uma relevância particular. Terminada esta experiência, o terceiro capítulo é dedicado, por um lado, aos cargos que os atores estudados passam a ocupar em “jornais e revistas da primeira linha da comunicação social nacional” (p. 113) e, por outro, à sua ascensão em cargos políticos no governo PSD-CDS liderado por Pedro Passos Coelho. Esta proximidade em relação ao poder político é, aliás, algo que já vinha a ser tratado desde o primeiro capítulo, dada a circulação destes atores não só nestes partidos e na imprensa, como também em *think-tanks* e instituições privadas associadas ao espaço ideológico das direitas. No último capítulo, o autor procurou

então mostrar como este projeto de “moldar uma direita conservadora e liberal” (p. 141) no plano político e cultural determina “a forma como estes intelectuais encaram o fenómeno do populismo de direita” (p. 141) através da análise das suas colunas de opinião.

Nas conclusões da investigação, Marchi argumenta que a explicação da postura da elite estudada em relação ao populismo — isto é, ao Chega — reside em cinco fatores: a sua identidade política (balizada pelo liberalismo na economia e pelo conservadorismo nos valores); a sua identidade sociocultural (marcada pelo cosmopolitismo das direitas anglo-saxónicas e não pelo nacionalismo); a sua relação com o sistema político-mediático daquilo a que chama de Terceira República portuguesa (marcada pelas suas posições reformistas em relação ao regime em oposição a qualquer posição anti-sistema); o seu propósito na sua intervenção no espaço público (assente no objetivo de rejeitar a identificação da direita contemporânea portuguesa com o Estado Novo e modernizar a sua imagem). Quanto ao quinto fator, relacionado com perspetiva futura destes atores em relação ao seu campo de pertença de direita e as consequentes escolhas tático-estratégicas, Marchi acaba por argumentar que o diferendo tático no meio “liberal-conservador” em relação ao Chega não tem a ver com a sua identidade mais liberal ou mais conservadora, nem com a sua pertença à esfera dos partidos ou do comentário político. O diferendo seria, então, de “ordem tática, acerca da inclusão ou da exclusão do populismo de direita, com relevância eleitoral, na estratégia do meio liberal-conservador para desalojar a esquerda do poder e do governo da nação” (p. 228).

Limitada a um problema muito específico — o da postura das direitas conservadoras em relação ao Chega — a obra de Marchi insiste, em conjunto com os seus interlocutores, numa alegada hegemonia cultural das esquerdas no espaço público e reproduz os principais argumentos da investigação que publicou sobre o Chega: o de que a emergência do partido rompe com a linha genealógica das direitas portuguesas e de que não se encontra associada a qualquer apoio das elites económicas, políticas e culturais do país (Marchi, 2020). Um maior cuidado na revisão da literatura teria ajudado seguramente não só a relativizar, como a mitigar ou até mesmo a inverter esta tese. Um enquadramento histórico e uma análise prosopográfica das direitas portuguesas teria revelado um conjunto alargado de continuidades ideológicas e organizacionais entre os vários setores das direitas portuguesas no contexto das transformações dos sistemas partidários contemporâneos (Roque, 2022). Verificar-se-ia que os “populistas” e os “antipopulistas” partilham não só diversos quadros institucionais e sociais, mas também apresentam afinidades ideológicas como a reivindicação da “flexibilização da economia e das leis laborais” (p. 68) contra o “multiculturalismo da esquerda pós-materialista” (p. 71). A trajetória ascendente

das chamadas direitas radicais portuguesas em órgãos de imprensa de grande circulação e nos partidos tradicionais constitui, aliás, um padrão partilhado com os “liberais-conservadores” desde 1974 (Madeira, 2019). A trajetória do líder do Chega revela também uma circulação muito intensa junto das elites da direita na academia, nos *media* — através do comentário político e desportivo — e no mundo empresarial (Roque, 2022). O financiamento de iniciativas como a *Atlântico* — pouco trabalhado por Marchi — constitui mais um exemplo destas continuidades. Membros da família detentora do Grupo Mello — que, como mostrou Marchi, financiou a *Atlântico* — constituem hoje uma das principais fontes de financiamento do Chega (Malhado, 2022). Se, de facto, o termo “bolha” traduz bem um certo elitismo das direitas e sugere uma certa separação entre o mundo do jornalismo e da política em relação aos meios populares, a oposição entre “populistas” e “antipopulistas” não permite capturar as forças sociais que integram uma longa tradição de amplos sectores deste espaço político. Pelo contrário, contribui para mistificar o percurso do líder do Chega, as bases sociais e ideológicas do partido e as suas relações com amplos sectores das elites portuguesas. Na realidade, mesmo o conjunto de temas de referência identificados pelo autor — o problema da corrupção e a descredibilização de um certo sector das elites políticas no *Independente*, ou a relevância do problema do terrorismo e da criminalidade étnica na *Atlântico*, para dar apenas dois exemplos — relevam amplas linhas de continuidade entre as agendas políticas da direita conservadora e a sua radicalização pelo Chega no quadro de uma nova estrutura de oportunidades políticas.

Em suma, Riccardo Marchi afirma na introdução de *A bolha: uma direita anti-populista* que a melhor contribuição desta obra seria a “abertura de várias pistas de investigação que poderão ser seguidas e aprofundadas por outros interessados nos trilhos das direitas” (p. 14). Não descurando a relevância dos dados empíricos que suportam o mapeamento das direitas portuguesas realizado pelo autor e que poderão vir a ser utilizados em trabalhos futuros, as fragilidades teóricas e metodológicas desta investigação remetem para a necessidade de ir além dos sistemas classificatórios fechados que procuram explicar o crescimento da extrema-direita contemporânea. Por outras palavras, para a necessidade de alargar os argumentos teóricos e comparativos em torno deste fenómeno de modo a pensar a história e inscrição das direitas contemporâneas em vários campos de poder social e a sua respetiva reconfiguração no atual contexto de fragmentação e polarização dos sistemas partidários do continente europeu.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Cardoso, G., Couraceiro, P., & Martinho, A. P. (2019, 8 de junho). A esquerda no parlamento e a direita na televisão? *European Journalism Observatory*.
<https://pt.ejo.ch/top-stories/a-esquerda-no-parlamento-e-a-direita-na-televisao>
- Figueiras, R. (2018). Pluralismo ou Paralelismo? O comentário político nos noticiários do prime-time na televisão portuguesa. *Estudos em Comunicação*, 1(26), 323-343.
- Madeira, B. (2019). *“Homens entre ruínas”? Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/125823>
- Malhado, A. R. (2022, 22 de setembro). Champalimauds, motas e companhia. *Sábado*.
- Marchi, R. (2020). *A nova direita anti-sistema: O caso do Chega*. Edições 70.
- Roque, J. (2022). *A repetição dos trânsitos: uma prosopografia do Chega* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra].

Data de submissão: 14/11/2022 | **Data de aceitação:** 13/12/2022



PRATAS, SÉRGIO. (2022). ASSOCIAÇÕES, DEMOCRACIA E UTOPIAS REAIS. O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO. ALMEDINA

Jéssica Chainho Pereira

FUNÇÕES: Conceptualização, Investigação, Supervisão, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

E-mail: jscpa@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4910-9077>

Serão as associações de cultura, recreio e desporto uma escola de democracia? E de cidadania? Quais são os seus efeitos democráticos? E como se caracteriza esse tipo associativo, em Portugal? A obra *Associações, Democracia e Utopias Reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto*¹ da autoria de Sérgio Pratas, doutorado em Sociologia pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, traz à discussão um conjunto de problemáticas que, tendo raízes na Sociologia Clássica, continuam a comportar singular relevância sociológica (política e cultural) para a compreensão das sociedades contemporâneas e da vida coletiva.

Interligando os conceitos de “associações”, “democracia” e “cidadania”, o autor propõe-se a analisar um objeto tão presente no quotidiano (e no imaginário) popular português, que é massa constitutiva dos bairros, aldeias e cidades e, ao mesmo tempo, tem sido arredado da investigação sociológica portuguesa: as coletividades, associações e clubes de cultura, recreio e desporto. Tendo como objetivos principais i) a caracterização do associativismo de cultura, recreio e desporto; e ii) a compreensão da sua constituição (ou não) como uma escola de democracia, Sérgio Pratas procura igualmente desencobrir o contributo e a mais-valia que essas organizações associativas têm tido (e poderão ter) para o aprofundamento da democracia, da participação e da cidadania.

Para isso, convoca, primeiramente, os quadros teóricos sobre ação coletiva e associações voluntárias, a partir da contraposição das escolas toquevilliana e marxista e, num segundo momento, o debate sobre as ameaças e desafios da democracia, apoiando-se na descrição de três vias distintas para o seu aprofundamento (democracia participativa, democracia associativa e democracia deliberativa), sobre o papel das associações voluntárias em cada uma e sobre os seus efeitos democráticos. Numa terceira parte, aborda a democracia nas associações, isto é, a sua democracia interna, recorrendo sobre os critérios para uma governação democrática e transparência organizacional.

1 A obra resulta da Tese de Doutoramento de Sérgio Pratas, integrada no Programa de Doutoramento em Sociologia, do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e concluída em 2022.

O modelo de análise desenvolvido abarca a discussão teórica e os principais conceitos, nomeadamente “associações de cultura, recreio e desporto”, “escola de cidadania”, “democracia interna” e “escola de democracia” e, sem condicionar a investigação a uma análise estrita de causa-efeito, o autor procura, sim, compreender os diversos elementos presentes num sistema complexo de interações. Empiricamente, emprega uma estratégia metodológica mista, conjugando complementarmente métodos e técnicas qualitativas e quantitativas. Para responder ao primeiro objetivo, utiliza dados secundários e realiza duas dezenas de entrevistas semi-directivas aos dirigentes do Conselho Nacional do Associativismo Popular e das estruturas descentralizadas da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Para o segundo, Sérgio Pratas desenvolve um estudo de caso centrado no concelho de Loures, a partir de dois inquéritos por questionário integrados num projeto de investigação e do desenvolvimento de pesquisa de terreno focada incisivamente sobre duas associações do concelho: uma associação mista e um clube desportivo.

Constituindo-se como uma pesquisa verdadeiramente assente na lógica de trabalho cumulativo, a obra e o seu autor não deixam de percorrer um caminho próprio. Apoiando-se numa já densa investigação internacional sobre o contributo das associações voluntárias para a democracia, e em alguns desenvolvimentos da investigação sociológica em Portugal², a obra destaca-se pela articulação de teorias, com enfoque sobre a maior família associativa presente em território nacional. Procurando ir mais longe, o autor aprofunda a discussão sobre o que se entende por “associativismo popular”, “associações populares” e “coletividades”, e de como estas podem constituir um travão à emergência do populismo.

A obra tem a mais-valia de relançar o debate científico e sociológico em Portugal, num campo fortemente marcado pela produção amadora e própria sobre as coletividades de cultura, recreio e desporto (Melo, 2007). Neste contexto, *Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto* constitui um avanço importante para quem procura compreender as dinâmicas sociais, os processos de ação coletiva e de transformação social e cultural da sociedade civil (portuguesa), ao mesmo tempo que deixa pistas para a construção de sociedades mais democráticas, participadas e inclusivas. Como as suas antecessoras, a obra não encerra o debate em si mesma, mas, pelo contrário, abre novos caminhos para análises futuras.

2 Veja-se as publicações de Capucha et al. (2020), Nunes et al. (2016), mas também do próprio Pratas (2015, 2016, 2019, 2020, 2021), Viegas (1986, 2004, 2014), Melo (1999, 2010), entre alguma produção científica da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Capucha, L., Nunes, N., Ávila, P., Santos, A., & Abrantes, E. (2020). *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019*. Câmara Municipal de Loures.
- Melo, D. (1999). O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio. *Penélope*, (21), 95-130.
- Melo, D. (2010). *A Cultura Popular no Estado Novo*. Angelus Novus.
- Melo, D. (2007). Bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português. *Boletim OBS*, (15).
<https://docplayer.com.br/17036510-Bibliografia-seleccionada-e-anotada-do-associativismo-voluntario-portugues-em-portugal-daniel-melo.html>
- Nunes, N., Cachado, R., Raposo, O., Ferreira, D., & Carmo, R. (2016). A ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 95-113.
- Pratas, S. (2015). Políticas sociais contemporâneas e associativismo popular. *Análise Associativa*, (2), 44-52.
- Pratas, S. (2016). *Um outro olhar sobre o associativismo popular*. CPCCRD.
- Pratas, S. (2019). Revisão da legislação associativa — uma prioridade para a nova legislatura? *Poder Local. Revista de Administração Democrática*, (157), 229-233.
- Pratas, S. (2020). *Democracia e transparência*. ANIMAR.
- Pratas, S. (2021). O Movimento Associativo Popular — Raízes e Futuro. *Economia Social. Leituras & Debates*, (12), 1-22.
- Viegas, J. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (1), 103-121.
- Viegas, J. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (46), 33-50.
- Viegas, J. (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. *Análise Associativa*, (1), 36-51.

Data de submissão: 18/11/2022 | **Data de aceitação:** 29/11/2022



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A SOCIOLOGIA *ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: artigos, ensaios e resenhas.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt;
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à SOCIOLOGIA *ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da SOCIOLOGIA *ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra “Autor@s”.
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à SOCIOLOGIA *ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. Os **ensaios** não devem ultrapassar 6000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
11. As **resenhas** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
12. Para os **artigos** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução, Enquadramento teórico, Método, Resultados, Conclusões, Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional), Referências;

13. Para os **ensaios** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução, Argumento (deve incluir a exposição/contextualização do caso, a perspectiva do/a autor/a e a sua fundamentação teórica), Conclusões (ou considerações finais), Referências.
14. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
15. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
16. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
17. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
18. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
19. Os **artigos** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.
20. Os **ensaios** devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo o tema, o objetivo ou motivação, o principal argumento do texto e a conclusão); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os ensaios escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

21. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista *SOCIOLOGIA ON LINE* não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
22. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
23. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://credit.niso.org/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
24. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
25. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
26. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 7th Edition*.
27. Os direitos de *copyright* são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. SOCIOLOGIA *ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: articles, essays and book reviews.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to SOCIOLOGIA *ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Essays** should not exceed 6000 words, including footnotes and references.
11. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
12. Regarding **articles** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.
13. For the **essays**, it is suggested that authors follow the following general structure: Introduction; Argument (should include the exposition/contextualization of the case, the author's perspective and theoretical foundation); Conclusions (or final considerations); References.

14. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
15. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
16. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
17. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
18. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights;
19. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
20. **Essays** must present a title in Portuguese and in English; a summary of up to 250 words in Portuguese and in English (including the theme, objective or motivation, the main argument of the text and the conclusion); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. The essays written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
21. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors;
22. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.
23. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://credi.niso.org/>), the contribution of each

author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.

24. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
25. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
26. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
27. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts.

